

Fundação Oswaldo Cruz
Escola Nacional de Saúde Pública

*Vivências de Violência em Vigário Geral:
Experiência de Gerações*

Cynthia Ozon Boghossian

Rio de Janeiro
Março, 1999

Vivências de Violência em Vigário Geral : Experiência de Gerações

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública.

Mestranda:

Cynthia Ozon Boghossian

Orientador:

Prof. Dr. Otávio Cruz Neto

Rio de Janeiro
Março, 1999

Agradecimentos

À minha mãe, pela presença atenciosa a cada passo e por me ensinar que para enfrentar os desafios “é só começar!”

Ao meu pai, pela coragem e curiosidade, que me instigam sempre a ir além.

Ao Marcos, parceiro no coração, pelo amor compreensivo e confiante.

Ao Otávio, companheiro nessa jornada, pelo seu compromisso carinhoso, e pelas lições pra toda a vida.

A Esther, Kley, Wanda, Ayda e Marly, sempre me encorajando a crescer.

A Renato e Aninha, Flávio e Paulinha presenças carinhosas em dias turbulentos.

À Esther Arantes , por me estimular nos primeiros passos da pesquisa social.

À Simone Gonçalves, olhar atencioso na aventura do crescimento.

A Médicos Sem Fronteiras, pelo trabalho desenvolvido em Vigário Geral, e por me apresentar amigas muito queridas, companheiras no prazer e desafio de educar: Cátia, Elizete, Andréia, Sofie, Bárbara, Bernadete e Glória.

À Escola Nacional de Saúde Pública, que acolheu nossa proposta.

Ao Capes, pelo seu fundamental apoio.

Aos sujeitos entrevistados, pela preciosidade da vida de cada um, feita palavra e ofertada.

Dedico este trabalho:

Aos 21 mártires de Vigário Geral,

No desejo de que a luta pela vida
seja precursora
de tempos melhores de se viver
para todos.

A Elaine e Lucimar, Conceição e João,

Que representam cada sujeito
que aqui se fez presente,
cujos sonhos de futuro
nos animam a trabalhar.

RESUMO

Este estudo visa compreender as representações sociais de violência, em duas gerações de moradores da favela Parque Proletário de Vigário Geral, no Rio de Janeiro. Foi estruturado a partir de entrevistas com moradores jovens (16 a 23 anos) e adultos (50 a 59 anos) nas quais foram explorados temas como moradia, escola, trabalho, família e educação, em sua relação com a violência. Através de uma abordagem qualitativa, as vivências de violência destacadas foram articuladas à experiência das gerações. Com base nessa experiência percebeu-se que a situação de exclusão, que influencia nos deslocamentos geográficos e abrange os planos do trabalho, da escola e da moradia, agrava em muito os efeitos da violência ligada ao tráfico. As diversas manifestações da violência interferem pesadamente na saúde, gerando transtornos emocionais, reduzindo os cuidados básicos com o corpo e afetando as relações intergeracionais, o que se expressa em maus-tratos físicos, psicológicos e negligência. Num círculo vicioso, a debilitação da saúde condiciona-se à carência de serviços, de recursos básicos e de informação. Como resultado desse processo, o valor da vida e os projetos de futuro dos sujeitos encontram-se vinculados predominantemente à sobrevivência. As pistas de prevenção, apontadas pelos moradores, giraram em torno da melhoria das condições de trabalho e educação e da necessidade de apoio familiar, sendo este mediado pela “conversa”. A qualidade e as formas de viabilizar este apoio foram problematizadas, diante da falta de diálogo e do predomínio da força na resolução dos conflitos. Formas de prevenção à violência e seus agravos foram aprofundadas em propostas mais específicas, como enfatizar a troca de experiência entre as gerações e dentro de grupos etários, uma maior capacitação dos profissionais das áreas de saúde e educação e a realização de intercâmbios entre rede escolar e rede de saúde, dentre outras, resultando numa nítida percepção de que a superação dos agravos ocasionados pela violência demandam a atenção de toda a sociedade e ações em vários níveis, sendo o campo da saúde pública espaço privilegiado para estas ações.

Palavras-chave: violência, geração, saúde pública.

ABSTRACT

This study aims to understand the violence representations in two generations of dwellers of the *Parque Proletário de Vigário Geral* slum in Rio de Janeiro. It has been structured through interviews with young (16 to 23 years old) and adult (50 to 59 years old) dwellers in which topics as dwelling, school, work, family, education and its relation with violence were discussed. The violence here, were linked to the generational experience through a qualitative approach. From this experience, the exclusion condition became noticeable, influencing geographic displacement and engulfing areas such as work, school and dwelling, worsen the effects of the violence connected with drug traffic. The various violence manifestations heavily affect health conditions, causing emotional upsets, reducing basic body care and affecting inter-generational relationships (causing physical and psychological abuses and negligence). In a vicious circle, health decay and lack of medical care, basic resources and information are linked. As a result, life value and future plans are reduced basically to the necessity of survival. The preventing possibilities – suggested by the individuals - were such as improvement of work and education conditions and the necessity of familiar support through “conversation”. The quality of this support and the ways to make it possible were arraigned, taking into consideration poor conditions of dialogue and the predominance of force in conflicts resolution. Ways of violence (and its damages) prevention are suggested in some more specific proposals: valorizing the experience exchange between generations and inside age groups; capacitating professionals of health and education and familiarizing them with the specific context of the individuals, as well as the web of educational and health services interchange. This study denotes a clear perception that the healing of the wounds caused by violence demands the attention of the society as a whole and a decisive action in several levels, having in mind that public health area is a fertile field for this kind of action.

Key words: violence, generation, public health.

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	01
<i>Considerações Metodológicas</i>	08
<i>Capítulo 1</i>	35
<i>Representações Sociais: das vivências à experiência compartilhada por gerações.</i>	
<i>Capítulo 2</i>	50
<i>Vivências de Violência.</i>	
<i>Capítulo 3</i>	90
<i>Experiência de Gerações.</i>	
<i>Considerações Finais</i>	118
<i>Redes pela Vida</i>	
<i>Referências Bibliográficas</i>	131
<i>Anexo</i>	136
<i>Roteiro de Entrevistas</i>	

APRESENTAÇÃO

“Nesta terra em que as fronteiras são sempre tênues, imperceptíveis para os olhos de “cá”, os contrários convivem: a alegria e o pranto, a miséria e o prazer, a violência e a solidariedade, a fé e o crime, o tráfico e a vida honesta, a glória efêmera e a resistência muda, o medo, a crueldade e o terror - um cotidiano feito de sofrimento, mas também de uma esperança que às vezes parece inútil”.

(Zuenir Ventura, 1994)

Da janela do consultório, ouvia-se várias vezes ao dia o refrão animado do *rap* famoso em 94: “Eu só quero é ser feliz, andar tranquilamente na favela onde eu nasci...”, entremeado por canções evangélicas, pregações, e de novo o mesmo *rap*. No ambulatório da entidade internacional Médicos Sem Fronteiras (MSF), na favela de Vigário Geral, eu atendia como psicóloga grupos de senhoras, crianças e famílias, vitimizadas por situações de violência. Nos dois primeiros anos de trabalho, era freqüente, no meio dos atendimentos, ouvirem-se fogos, em geral prenúncio da entrada da polícia na favela e de tiroteios. Assustados, nos atirávamos no chão ou nos refugiávamos nos fundos do ambulatório junto com nossos clientes. Mães e crianças ficavam a princípio em silêncio. Pouco a pouco, iam trazendo comentários em tom de desespero, de resignação ou de revolta: o medo pelos filhos que estavam nas ruas ou em casa sozinhos, os últimos incidentes na favela, invasões de suas casas, os desaparecimentos, os conhecidos presos... Até que uma delas lembrava a todos que as paredes ali tinham ouvidos. “Pra poder viver nesse lugar, você tem que ser mudo, surdo, cego, burro e besta”. Minha perplexidade acompanhava o movimento do grupo, embalada pelo medo e ao mesmo tempo pela ânsia de intervir de alguma maneira pois essa “lei”, que a vida em Vigário Geral impunha aos moradores como condição de sobrevivência, parecia-nos também comprometer a saúde que estávamos ali para promover.

“Saúde aqui é a gente estar vivo”, mais de uma vez ouvi nos grupos de espera do atendimento, quando explorava o sentido da palavra, tentando abordar o tema da prevenção e dos cuidados básicos de saúde. A esperança que nos motivava o trabalho era desafiada por aquela definição de saúde, que refletia, a nosso ver, a “qualidade” de vida na comunidade. A mesma jovem que falava da saúde, diante da minha perplexidade, justificava

sua observação: “De que adianta tá com saúde, se de uma hora pra outra você tá com o coração na boca, no meio dos tiros, perigando de morrer ali mesmo”.

Antes de chegar com MSF na comunidade de Vigário Geral, eu havia trabalhado em diversas ONGs (Organizações Não-Governamentais) que atuavam junto a populações em situação de risco, principalmente crianças e adolescentes que viviam nas ruas. No final dos anos 80, estas organizações passaram a ser conhecidas por uma forma alternativa de ação política, cujos projetos refletiam uma proposta central: afirmar que é possível – possível educar, testemunhar, solidarizar-se, fazer diferente. E que essas ações poderiam alcançar repercussões sociais mais amplas. As ONGs transformavam-se assim em verdadeiros redutos de esperança, em espaços de reinvenção da cidadania. Os cinco anos de trabalho com adolescentes de rua me ensinaram, no entanto, que seguir apostando nesta esperança exigia mais do que uma contínua militância. Exigia paciência para sucessivas frustrações, o olhar acurado para pequenas conquistas e a crescente consciência de nossos limites, num exercício constante de buscar e de criar possibilidades.

O desafio de trabalhar com a população de Vigário Geral trazia à tona este duro aprendizado de esperança. É ainda ele que me motiva a desenvolver este estudo. A sabedoria da população, decorrente de vivências tão profundas, tantas vezes partilhada conosco – a equipe de saúde – apontou, ao longo do nosso trabalho, para caminhos de reconstrução. Acredito que potencializar essas vozes e possibilidades é o caminho hoje viável para a construção de práticas e teorias que nos permitam ampliar nossa experiência – nós, profissionais de saúde, educadores, agentes sociais e comunitários, preocupados em fazer da esperança instrumento de efetiva transformação social. Ter me dirigido ao campo da saúde pública para este mestrado significou o intento de desenvolver um trabalho bem próximo às dificuldades da prática social em contextos de violência, vividas por diferentes profissionais e sentidas enormemente pela população.

A violência tem se colocado, de forma crescente, como questão para diversas áreas de conhecimento e práticas de intervenção social. No campo da saúde pública, ela se impõe como significativa causa de mortalidade e sobretudo de morbidade nas grandes cidades brasileiras, chegando a ganhar prioridade, nos anos 90, nas agendas das organizações internacionais do setor. Tem se alargado a literatura que se refere a esta relação, mas

muitos dos profissionais que se vêm no desafio da prática continuam sem resposta à demanda crescente e à prevenção.

São muito diversas as situações, comportamentos e estruturas caracterizados pelo termo violência. No entanto, quando se fala de violência urbana, as imagens que nos vem à mente caminham de imediato pelo alto número de homicídios, assaltos, seqüestros, pelos conflitos com a polícia nas favelas, pela criminalidade ligada ao tráfico. Começar a trabalhar criticamente sobre a questão nos obriga a compreender uma história que não começa ou termina na chamada “violência da delinqüência” – a que se manifesta através dos atos designados como “criminosos”.

Os anos 70 presenciaram, no Brasil, o aumento de uma criminalidade que passava a extrapolar domínios regionais e de classe social, considerados anteriormente como domínios “protegidos”, apavorando elites e instituindo uma associação estrita entre crime e favela. Na imagem romanceada de Zuenir Ventura, “enquanto dos morros só se ouvia samba, parecia não haver problema, até que se passaram a ouvir tiros”. Foi num momento marcado por profundas alterações políticas, econômicas e sociais que o crime organizado e o tráfico de drogas puderam se consolidar. Mesmo tendo estado presentes pelo menos desde os anos 50, corrupção, crimes brutais, consumo de drogas e miséria vieram a articular-se numa triste e trágica rede, sustentada por governos autoritários, interesses de elites e a atuação corrupta dos órgãos de segurança. A partir dos anos 80, principalmente, a sociedade começou a se referir à existência de uma “guerra” dentro das favelas: uma guerra econômica, que dependia de leis de mercado, e cujas trincheiras se erguiam por trás de populações a ela aprisionadas pela exclusão social, que tornavam-se assim suas maiores vítimas. Muitas formas de violência ganharam destaque na reportagem sobre esta batalha, que vive nos anos 90 seus mais trágicos momentos. Outras tantas formas permaneceram ocultas, formando uma rede de tecitura fina, através da qual torna-se difícil vislumbrar sua lógica e, mais difícil ainda, agir sobre ela.

Médicos Sem Fronteiras começou a trabalhar na cidade do Rio de Janeiro em 1994, porque reconhecia aqui esta mencionada “guerra”, que mantinha certa parcela da população em precaríssima situação de saúde. Foi chamado a atuar em Vigário Geral, num momento em que a comunidade era identificada como uma das mais trágicas trincheiras desta guerra.

Criou então na favela um Ambulatório de Atenção Primária à Saúde, no sentido de tornar possível um atendimento de qualidade, que interferisse de alguma forma no pesado processo de exclusão social ali vivido.

Atuando com a entidade desde seu estabelecimento no Rio, partilhei, com a equipe de profissionais, inúmeros questionamentos relacionados ao trabalho com saúde em situações extremas de exclusão e violência. Trabalho em que nos víamos, com frequência, perplexos frente a ameaças feitas às pessoas que atendíamos e a investidas da polícia, testemunhas do desespero de mulheres, que perdiam filhos e maridos assassinados, e das recorrentes queixas de saúde referentes às inúmeras formas de violência vividas. Sentíamos-nos afinal impotentes diante deste quadro, que se somava à falta de condições mais básicas de moradia, trabalho e saúde.

A favela “Parque Proletário de Vigário Geral” chegou a ocupar lugar de destaque na mídia e no imaginário da cidade, como principal cenário da violência urbana no Rio de Janeiro, pela chacina de 21 pessoas ocorrida em agosto de 1993. Sabíamos, entretanto, que a realidade que ali encontramos em pouco diferia da de muitas outras comunidades que, como esta, têm seu cotidiano marcado por situações de violência, tantas vezes “silenciosas”. As marcas da tragédia de Vigário Geral pareciam cicatrizes abertas quando ali chegamos, constantemente agredidas pela persistência de tiroteios, mortes e ameaças. A situação de saúde encontrada reafirmava esta imagem. Problemas de saúde primária, transformados em emergências pela falta crônica de cuidados básicos, pela ausência aparente de conhecimento e de motivação para cuidar da saúde, e mesmo pela dificuldade de se recorrer a socorro em épocas de “guerra”. A situação tornava-se pior, pelo agravo emocional decorrente da chacina e de cada conflito armado na favela.

Algumas questões fizeram-se presentes desde o início, por um lado estimulando novas ações, por outro evidenciando nossas dúvidas e impotência quanto aos caminhos de ação. Em que medida podíamos nos referir a um perfil de saúde delimitado por este campo? Que tipo de demandas apresentava? Seria possível interferir no quadro de saúde dos indivíduos e da comunidade, ou no pesado processo de exclusão ali vivido, a partir das ações focais de saúde que propúnhamos?

Atendendo como psicóloga do ambulatório, percebia que grande parte das queixas nos eram trazidas pelos usuários com explícita referência a situações de violência vividas: agressões, assassinato de parentes, invasões de residências pela polícia, ameaças de traficantes, envolvimento de parentes com o tráfico, maus-tratos e a falta completa de recursos de subsistência. Eram queixas e relatos de vida, frente aos quais toda a equipe se questionava quanto a seu papel ali, quanto à prioridade e aos efeitos de suas ações.

A imagem pela qual a favela de Vigário Geral ganhou visibilidade foi uma imagem de criminalidade, bem como as ações governamentais que nela vieram a ser desenvolvidas foram, em geral, as ações repressivas. Não é de se estranhar que os profissionais que se dirigem a este campo para trabalhar nutram também preconceitos de toda ordem. Em geral, decorrem destes preconceitos práticas ditas educativas, ou clínicas de caráter “disciplinar”, pretendendo “modificar” os moradores, inculcar “hábitos corretos” – por exemplo, na educação dos filhos, nas relações conjugais, na relação com outras instituições – em detrimento dos modos de vida e referências culturais dos sujeitos. Percebemos, em vista disso, a importância de uma compreensão a partir das diferenças – de socialização, de cultura, de contexto – que permita “descriminalizar” os modos de vida e interferir nos tradicionais discursos e práticas sociais com relação à violência. Os nossos esforços caminharam em tal direção, redundando nesta busca de diálogo com o mundo da saúde pública, que o mestrado vem possibilitar.

Partindo desta percepção é que venho propor, com a presente pesquisa, lançar foco sobre os múltiplos aspectos do viver e seus significados para os sujeitos, muitas vezes ocultos sob a imagem social de uma violência que passou a caracterizar, aos olhos da sociedade, a vida e os moradores das favelas. Abordados ora como vítimas, ora como heróis, como excluídos sociais, revoltosos, ou como população perigosa, tentaremos aqui levantar o pano de alguns rótulos que cobrem vivências tão particulares, sofrimentos e possibilidades de vida experimentados há gerações, apesar da violência, em função de suas condições, ou mesmo em seu detrimento.

Do contato com vivências de violência dos moradores e com o seu penoso processo de elaboração, definimos a proposta deste trabalho: investigar reflexos da violência no cotidiano, através do “universo de sentido” construído pelos sujeitos. O nosso intuito foi o

de poder melhor compreender o significado destas vivências para os moradores, na construção de sua identidade, projetos de vida, das suas relações com comunidade e sociedade, através de suas instituições. O caminho que escolhemos é o da compreensão das representações sociais sobre a violência, em duas distintas gerações.

Na história de Vigário Geral, percebe-se que, de “Parque Proletário” a “favela”, muitos processos foram vividos no caminho de uma progressiva marginalização e, acompanhando a tendência que outras favelas também viviam, de aumento de um certo tipo de violência. Por outro lado, desde a chacina, alguns moradores se referem a um “renascimento” da comunidade, atribuído à vinda de entidades sociais, do comércio e do reconhecimento externo de sua existência. As diferentes gerações de moradores parecem apresentar expressões diversas deste processo, não apenas pela vivência de diferentes períodos históricos, como pelas relações e papéis estabelecidos na rede familiar e na comunidade: prover, educar os filhos, a manutenção da casa, as relações com vizinhos e com os “meninos” – forma como se referem aos membros do tráfico. As maneiras de sentir e reagir às ameaças, os projetos de vida, os significados atribuídos às suas vivências e à violência local decorrem de um mosaico de aspectos. Movendo o caleidoscópio das falas dos sujeitos podem se formar sentidos que nos guiem para uma compreensão mais ampla de suas práticas.

Acreditamos, nessa perspectiva, que o enfoque geracional nos propicia uma aproximação mais histórica e específica do universo de subjetividade dos sujeitos, vindo a levantar questões a serem consideradas em quaisquer projetos de intervenção, que venham a se desenvolver em realidades como a enfocada. Objetivamos, neste esforço, contribuir com subsídios para ações mais direcionadas no campo da saúde, a partir de uma aproximação mais crítica da realidade do público alvo e das propostas de intervenção. Desejamos com isso poder articular reflexão científica com o trabalho dos grupos e movimentos sociais que caminham na direção de mudança.

Começam a ganhar espaço na saúde pública abordagens que incluem aspectos psicossociais e psicológicos quanto ao impacto da violência sobre suas vítimas, bem como a análise de fatores ambientais, dos agressores, e da morbidade decorrente de situações traumáticas. A abordagem da questão da violência, como fenômeno e experiência de grande

complexidade, deve buscar ir além de simplificações e articular os esforços e pontos de vista de várias disciplinas, setores, organizações e comunidades que lutam por direitos de cidadania. Recomenda-se nesse sentido uma atuação em níveis locais e específicos, mas sem perder de vista uma visão ampla do fenômeno. O conhecimento e proximidade da realidade dos habitantes da favela e a oportunidade de troca e de intervenção, pelo espaço de cuidado da saúde que ocupamos, vêm reforçar tal perspectiva.

A escolha deste objeto deriva de um “lugar” e de um “olhar” muito estimados, que o trabalho nestes anos permitiu: acompanhar de tão perto os moradores no seu processo de superação da situação traumática vivida. Trazemos ainda, como desejo, poder socializar o conhecimento partilhado e continuar contribuindo na compreensão e auxílio a este e outros processos de superação da violência, desenvolvendo um trabalho que possa registrar e testemunhar. Mas, sobretudo, ultrapassar o nível de registro dos fatos e seus efeitos, para uma compreensão articulada com a ação, que possa, de alguma forma, vir a incidir sobre práticas e concepções no campo social.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A escolha de um caminho

Inúmeras são as possibilidades de quem viaja. A escolha do veículo, por exemplo, vai depender de diversos fatores, como o tempo disponível, a experiência do viajante, os companheiros de viagem, o ponto de partida e os lugares aonde se quer chegar, as vias existentes ou as características das correntes... Iremos, neste capítulo, considerar as condições, que nessa jornada-dissertação, foram motivos de algumas escolhas, os nossos registros de bordo, as impressões, os acidentes de percurso, a descrição da paisagem e os companheiros de viagem.

Optamos pela abordagem qualitativa como forma de aproximação do nosso objeto, nosso “veículo” de compreensão. Visando compreender o universo dos sujeitos, suas vivências e representações, trabalhamos a partir da linguagem, expressa na fala dos moradores e captadas através de entrevistas.

Enquanto definíamos objeto de estudo e metodologia, cogitamos contemplar outras favelas, que tivessem seu cotidiano também marcado pela violência. Decidimos, entretanto, por uma pesquisa a nível local, tendo em vista a importância da especificidade do contexto para a compreensão das vivências. A partir deste esforço, tomado como um primeiro passo, quiçá possamos, em um novo momento de investigação, relacionar o conteúdo explorado com outras vivências e contextos. A favela de Vigário Geral é portanto o nosso campo de pesquisa.

Descrição da comunidade

A favela “Parque Proletário de Vigário Geral” fica situada na **Região da Leopoldina** - o conjunto de bairros e favelas entrecortados pela Ferrovia da Leopoldina e Avenida Brasil, no extremo norte do Município do Rio de Janeiro. É parte integrante do bairro de Vigário Geral, que pertence à **XI Região Administrativa - Penha**, a qual abriga, aproximadamente,

32 favelas. Corresponde ainda à **Área de Planejamento 3**, que engloba também os bairros: Penha, Penha Circular, Brás de Pina, Cordovil, Jardim América e Parada de Lucas. Quanto ao zoneamento, faz parte da **Z13** – Zona de uso predominante Industrial – de Acari / Vigário Geral. A Favela de Vigário Geral é delimitada por um lado pela Estrada de Ferro Leopoldina e por outro pelo leito original do Rio São João de Meriti. Paralelamente à linha férrea estende-se a Av. Bulhões Marcial que, ao sul, dá acesso à Av. Brasil e, ao norte, à Linha Vermelha.

A primeira movimentação planejada para a ocupação do Parque Proletário de Vigário Geral se deu por volta de 1910 quando, na faixa de terra à margens da linha que pertencia à Leopoldina, foram construídas casas para os funcionários daquela rede ferroviária. Os outros moradores foram chegando aos poucos e, por volta das décadas de 40/50, a comunidade começa a crescer. Foi quando passaram a chegar a Vigário Geral moradores transferidos de morros demolidos no Centro da cidade, como o Morro Santo Antônio (outrora situado onde hoje se vê a Av. Chile e a Catedral Metropolitana). Como grande parte da favela era constituída de brejo, as casas eram construídas acima de estacas de palafitas, bem como as passarelas que lhes davam acesso. Comentam os moradores que era comum caírem destas “pinguelas” na água suja do brejo, que ia até a cintura. Aos poucos, foi-se fazendo o aterro com lixo e entulho que os moradores jogavam no quintal de suas casas, até as ruas (atualmente 53) tornarem-se estáveis e o mangue desaparecer. No entanto ainda hoje a longa faixa de casas e barracos – em geral de tábuas reaproveitadas – que margeia o Rio Meriti, é com grande frequência alagada pelas chuvas, trazendo todo o lixo, lama e esgoto do rio, que pela sua poluição assemelha-se mais, atualmente, a uma enorme vala negra. Essa é a maior área de risco da favela, no que diz respeito à insalubridade.

A favela de Vigário Geral é considerada a terceira maior da região e a 31ª da cidade. Conta com um número aproximado de 1.668 casas (Cadastro de Favela / 1991. IPLANRIO; 1992-93 in Valla, 1995). O “Diagnóstico Sócio Ambiental do Parque Proletário de Vigário Geral” (ISER, 1944) foi uma das bases para esta breve descrição. Para ele foram utilizados os censos de 1980 e de 1991, atestando este último uma população de 6.457 pessoas em Vigário Geral. Na própria comunidade entretanto, assim como Zuenir Ventura, no seu livro Cidade Partida, relatam-se de 25 a 30 mil pessoas. Já a CEDAE trabalhava com um número inicial de 20 mil pessoas, que caiu para 14 mil e depois para 10 mil. Por ocasião do estudo

de levantamento ambiental citado, foi feita uma recontagem, que identificou um número de 6.600 pessoas em média e 116 casas fechadas, sem moradores. Em Vigário Geral e em toda a região da Penha, de que faz parte, teria havido um movimento contrário ao que o Censo indicou para as favelas do Rio, de aumento da população e das casas. Nesta região a população diminuiu. No levantamento sócio-ambiental destaca-se a razão da violência social como determinante fundamental da inversão deste processo. Aspecto que, na fala dos moradores, é apontado como causa ou desejo constante de mudança para outras áreas.

Convém também observar que, destes moradores, quase a metade (2.944) é composta por crianças e jovens (0-19 anos). Apenas 548 pessoas tem idade superior aos 55 anos. Se, por um lado, o fato de Vigário Geral ser considerada uma favela de gente jovem atrai projetos sociais voltados para esta faixa etária, por outro percebe-se a total ausência de infraestrutura de serviços e mesmo de acesso para a população mais velha. Outro fato importante de se remarcar é que, na faixa dos 15 aos 19 anos, foi notado no levantamento um déficit de 12,5% (41 indivíduos) da população masculina em relação à feminina. Ainda que demandando um estudo mais minucioso, que aponte as causas dessa diferença, os autores levantam as seguintes possibilidades: ou esses rapazes não moram mais na favela, ou não foram contatados pelo Censo, se encontram presos, ou foram mortos.

Na composição das casas, foi verificado que 348 mulheres são chefes de família sozinhas, sendo que 138 delas são analfabetas. Há 116 casas de Vigário Geral em que moram 8 ou mais pessoas, mas o número médio de pessoas por casa é de 4,16 moradores. Das 5.736 pessoas da favela, com mais de 5 anos, 4.458 (77%) são alfabetizadas. No entanto, a metade das mulheres e 38% dos homens, com mais de 55 anos, são analfabetos. Dentre os chefes de família, 85% não tem o primário completo, 70% deles ganhando até dois salários mínimos apenas. Este fato confirma um círculo vicioso de pobreza, que vincula baixíssimos salários ao nível de instrução dos moradores. Foram levantados 158 jovens, de 10 a 24 anos, que ainda permanecem analfabetos, bem como 866 pessoas acima de 10 anos, na mesma situação, dado alarmante em comparação com a Região Administrativa da Penha e com a Cidade do Rio de Janeiro. Embora morem na comunidade 811 crianças de 0-4 anos, existe apenas uma creche, que funciona com capacidade muito aquém da demanda. Para atender a cerca de 1100 crianças em idade escolar, a única escola localizada no interior da favela, o CIEP Mestre Cartola (com capacidade para 700 alunos) funciona bem abaixo deste limite,

devido à escassez de recursos para manutenção da escola e pagamento de professores. Considerando ainda o alto índice de repetência, muitas crianças ficam sem vagas.

Embora não exista informação disponível sobre a situação de empregos, foram feitas algumas estimativas, com base nas fichas de matrícula dos 328 alunos do CIEP, no que diz respeito ao emprego das mulheres. Verifica-se que em sua grande maioria estas mulheres são donas de casa. Um número bem menor trabalha como doméstica ou diarista e uma pequena minoria em indústria e comércio. Algumas entrevistas citadas no levantamento e o relato de moradores revelaram a existência de preconceito na área empresarial para dar emprego aos moradores.

Algumas ONGs vieram trabalhar na favela após 1993, a começar pela Casa da Paz, que pretendeu ser um marco de cidadania em referência ao assassinato das famílias de trabalhadores, cujos nomes e profissões figuram na porta de entrada da instituição. Este movimento, que deu enorme visibilidade à comunidade, teve o apoio do Viva Rio, grupo que também iniciava nesta época suas atividades em contraposição a uma violência de extermínio que mais e mais se pronunciava na cidade. O Afro-Reggae veio em seguida, focalizando a educação através do resgate cultural e de atividades artísticas como a dança, a música e a capoeira. Teve grande crescimento e adesão da juventude, levando inclusive grupos formados pelos jovens a se apresentarem em outros espaços e até mesmo fora do país. Médicos Sem Fronteiras chegou à favela em 1994, vindo trabalhar dentro da própria Casa da Paz, espaço em que as ONGs se congregavam, e onde também viviam suas divergências. Cada uma delas pôde, ao longo desse tempo, criar sua própria sede e conjugar esforços com outras mais, como a FUNLAR, a Associação de Moradores e a Prefeitura. A Associação, que não nos parecia representativa e permanecia silenciosa durante o período em que lá trabalhamos, vive hoje um renascimento através de diversos projetos, alguns apoiados pela Prefeitura, como o Pró-Sanear, de água e esgoto, e o Favela-Bairro, à espera de licitação para o início das obras. Nesse sentido, Vigário Geral vive realmente um momento novo, mas a esperança que habita nosso olhar, desde fora, nem sempre se faz presente na perspectiva dos moradores da favela, como veremos adiante.

Voltar a Vigário Geral

A minha primeira ida à comunidade se deu em fevereiro de 1994, época em que MSF foi chamado para atuar junto à Casa da Paz, na promoção de ações de saúde. Frente ao estigma que marcava Vigário Geral desde a chacina, minha primeira sensação ao cruzar a passarela que dá acesso à favela foi de medo e curiosidade, sobre este local tão noticiado pela violência onde, ao mesmo tempo, parecia haver um instigante movimento de cidadania promovido por moradores e por novas ONGs que ali se instalavam. A imagem da comunidade como um local violento e sem lei, que a chacina e a mídia divulgavam, se impunha como uma impressão prévia. Acostumada ao trabalho com jovens infratores em situações de risco, me surpreendi ao constatar a representatividade que esse estigma tinha para mim. A sensação que sentia me despertou a atenção quanto à forma com que esta imagem repercutia nos próprios moradores, nas comunidades vizinhas, empregadores, professores, profissionais de saúde, dentre outros sujeitos com os quais eles contavam no seu dia-a-dia. Três anos de trabalho como psicóloga do ambulatório ali instalado, me possibilitaram conhecer outros tantos lados da vida dos moradores e da violência, ao partilhar da experiência dos sujeitos atendidos. O olhar direcionado para uma proposta terapêutica me instigava a traduzir alguns significados construídos a partir delas. Mas a urgência de ações e o condicionamento aos nossos objetivos me furtavam o tempo e a perspectiva de análise, que o mestrado viria propiciar. Após ter me desligado da entidade, voltei para o campo, quase um ano depois, desde um novo lugar, dentro de um também novo momento da comunidade e do ambulatório, agora vinculado ao Município e a uma ONG local (MOGEC), que fora recém-fundada com o auxílio de Médicos Sem Fronteiras, para a administração do serviço. A coordenação do Ambulatório passava a ser desta ONG, composta por lideranças locais (gestores comunitários) e profissionais de saúde pagos pelo Município.

Como daquela primeira vez em que cheguei a Vigário Geral, retorno com curiosidade e medo. A curiosidade imediata era de apreender um novo momento da comunidade e do ambulatório, seus novos sujeitos, novas relações. Receava não ser reconhecida pelos moradores, ser percebida como uma espécie de “turista”, sensação que sempre me

incomodara na forma de se aproximar dos “visitantes” ocasionais das favelas, em geral estrangeiros, políticos e pesquisadores...

O trajeto até a favela foi repleto destas indagações. Túnel Rebouças, Linha Vermelha, Aeroporto, Duque de Caxias, até chegar ao bairro de Vigário Geral. Ruas asfaltadas, farto comércio, apartamentos, escolas. Do outro lado da avenida perigosa de atravessar, do outro lado da passarela, do outro lado da linha de trem, a favela com seus muitos lados, suas únicas duas entradas-saídas, margeada ao fundo pelo Rio Meriti que, ao encher, inunda de lixo as casas mais pobres, na periferia da favela. Delimitada assim, nos dá a sensação do isolamento de uma ilha, próxima da cidade, distante da cidadania. Do alto da passarela se vislumbram esses dois mundos. Difícil vencer o abismo físico, que parece a metáfora de um abismo social, que une e separa as diferentes condições de vida. Difícil ultrapassar a escadaria da alta passarela, o que faz com que muitos idosos passem anos a fio sem sair da favela. Obras intermináveis refletem o abandono do local. Um cruzamento sem sinalização e a calçada alta e esburacada dificultam ainda mais uma travessia de obstáculos que redundam em freqüentes atropelamentos. Fiquei surpresa ao deparar-me então com um sinal, ainda apagado, e com uma nova passarela rampada por sobre a via “assassina”, que apareceram ali de uma hora para outra. Ao longo dos três meses de trabalho de campo, esta passagem continuava bloqueada por um muro, sobre o qual foi necessário pular todas as vezes, contando vez ou outra com a ajuda de algum morador, o mesmo acontecendo com senhoras com compras, crianças e idosos, bicicletas, mães com bebês. Uma profusão de galhardetes de propaganda política na entrada da favela parecia-me a justificativa destas “meias” melhorias. Na travessia, me vêm à cabeça a lentidão e o desleixo destas aparentes mudanças, sujeitas a vicissitudes eleitoreiras e governamentais.

Seguidas vezes via pessoas caminhando pela linha do trem, coberta de lixo jogado de dentro da favela. Loucos, moleques, andarilhos e surfistas de trem me alertavam para uma outra dimensão de “risco”, assunto tão freqüentemente trabalhado nos nossos grupos de saúde e prevenção, que me fazia agora pensar no valor da vida para aquelas pessoas.

Ao “desembarcar” na favela, curiosidade e medo transformam-se rapidamente em sentimentos de familiaridade e estranhamento. Antigos pacientes que me reconheciam vinham encontrar-me na rua e contar-me da evolução de suas histórias: nascimentos, descasamentos, maridos que voltaram do presídio ou que estão fugidos, filhos que se foram,

outros que voltaram à casa de suas mães. Crianças que eu atendera, agora jovens, adolescentes, grávidas. O afeto manifesto traz de novo uma esperança que muitas imagens e embates do trabalho nem sempre me permitiam enxergar. Mas a percepção da familiaridade construída, dos inúmeros laços mantidos após meu distanciamento, ecoou como resultado de trabalho, como um comprometimento em mão dupla. Não se vê mais a polícia nas ruas, como quando parti. Desconhecia os novos personagens do tráfico local, a frequência de conflitos e o que representaria então esta figura nova que ali entrava, desvestida do branco da saúde (uniforme ditado pela organização como norma de segurança), agora vestida por este novo papel: “investigadora”. Procurava explicá-lo a pacientes antigos que me solicitavam atendimento e aos entrevistados que já me conheciam. Comentava que vinha agora estudar, que tinha aprendido muita coisa naqueles três anos e que então estaria escrevendo estas coisas com a ajuda deles, para tentar contribuir para ter serviços melhores na sua e em outras comunidades.

No primeiro dia de campo, meu olhar é comparativo: o que mudou? Me dirijo ao Ambulatório, revejo os parceiros de trabalho. Procuo explicar a uma das novas coordenadoras do posto, agente da comunidade, os objetivos da pesquisa, solicitando fazer as entrevistas ali e pedindo a ela sugestões quanto a pessoas a serem entrevistadas. Animada com o que apresento, oferece o espaço e começa a descrever a situação de algumas pessoas que eu poderia entrevistar. Traz indicações de moradores que viveram histórias de violência ou de usuários do ambulatório, que ela indicaria para mim como psicóloga. Por mais que eu afirme como critério apenas a idade e a disponibilidade para conversar, percebo o quanto é difícil, para aqueles que me conheceram na função de psicóloga, transpor esse meu papel e, de certa forma, frustrar a expectativa de um retorno. O que parece se agravar pelo fato de que o ambulatório já não dispõe deste serviço, por decisão da Prefeitura. Senti neste momento que seria mais adequado, aos meus objetivos nesta investigação, desvincular-me deste espaço. Esta impressão se deu a partir da conversa com os funcionários do posto e dos meus próprios sentimentos ao voltar ali, tão comprometidos com o propósito terapêutico. Com a idéia de me despir deste papel, decidi buscar os entrevistados fora da rede específica do ambulatório.

Reconhecendo histórias, tecendo encontros

Como escolher então os sujeitos? Pacientes antigos, atores conhecidos da história da comunidade, amigos, desconhecidos, vítimas diretas de violência, ou moradores de modo geral... Queria aprender das histórias comuns, ver em que medida a violência se fazia uma questão e de que maneira, mesmo para os que não foram diretamente vitimizados. Sendo assim, optei por não privilegiar nenhum daqueles grupos. Cheguei aos meus entrevistados através de conhecidos, amigos e mesmo através de uma das agentes comunitárias do Ambulatório. O que eu continuava delimitando era a faixa etária, a disponibilidade de conversar e alguma diversidade em termos de perfil. Por vezes, a rede de entrevistados foi se tecendo dentro de uma mesma família, possibilidade que acabou trazendo aportes ricos pela complementaridade entre entrevistas de irmãos, pai e filha, pela comparação de representações sobre fatos comuns, interpretados segundo a geração, o gênero, o papel na família.

Ao entrevistar antigos pacientes, fatos anteriormente relatados no processo terapêutico voltavam como ponto de referência nas respostas. Dessa forma, pareciam ser omitidos certos dados tidos como já sabidos, nas respostas dos sujeitos e nas minhas perguntas. Outro risco presente era gravitar a conversa em torno de questões que foram focos do processo terapêutico. Ou então, como viam em mim um referencial de ajuda, apresentarem-me novas demandas. Esta situação aconteceu com dois entrevistados e não comprometeu, a meu ver, o resultado da entrevista. A relação prévia de confiança, o aprofundamento de questões com um olhar diferenciado foram por vezes facilitadores e permitiram uma percepção mais ampla de um processo temporal de saúde. Aconteceu também de encontrar diferentes versões, no relato de vivências já conhecidas, ou versões de vizinhos e familiares, revelando-se contradições significativas no contexto estudado.

Havia definido, conforme exposto no projeto, que realizaria entrevistas previamente marcadas no ambulatório, espaço reservado e “neutro”, onde julgava possível amenizar o receio de sermos ouvidos, ou de levantar suspeitas que pudessem prejudicar os sujeitos. As vezes em que tentei agendar encontros, não tive sucesso, a pessoa não compareceu. Em geral, as pessoas contatadas preferiam realizar as entrevistas nas suas casas, por causa de algum compromisso, para poder olhar as crianças, esperar alguém ou, simplesmente, eu ia

sendo convidada pra entrar e iniciávamos a conversa num tom informal que facilitava a espontaneidade e a confiança. O que inicialmente decorreu de uma dificuldade tornou-se um importante facilitador do diálogo, de observações e interações a partir do espaço da casa, que trazia suas marcas, construídas ao longo da vida. Fotografias nas paredes, a organização do espaço, os pertences, a circulação de outros membros da família e suas interações. Receber alguém de fora, a psicóloga do ambulatório, ou simplesmente uma visita amistosa parecia permitir ao entrevistado sentir-se valorizado. Ao perceber que esse contato com o espaço da casa se fazia importante para o conhecimento daquela realidade, passei a adotá-lo em todas as entrevistas. No ambulatório parecia ser mais complicado delimitar, para mim e para os sujeitos, uma interação nova, visto que mesmo nas casas esta questão se fazia presente. O que entendemos pelo fato de que o profissional de saúde muitas vezes cria com o usuário dos serviços uma relação de unilateralidade, em que se coloca como provedor e determinador de prescrições, e o usuário como receptor passivo destas. Mesmo procurando possibilitar uma relação diferente, o próprio espaço de saúde evoca, em geral, tais posturas.

O desafio maior de realizar as entrevistas nas casas era contornar os barulhos do dia a dia. Constatei, mais uma vez, que a vida na favela é embalada por uma orquestra de ruídos tais como: cachorros em todas as casas, igrejas evangélicas com seus hinos e pregações, rádios em alto volume, televisões com programas de auditório, crianças que choram, brigas de vizinhos etc. Sendo assim, não somente torna-se dificultada a transcrição das fitas gravadas, como a concentração também é outra, com muitas interrupções por vizinhos, crianças e familiares que às vezes se mantinham presentes na entrevista, por falta de espaço no recinto ou por curiosidade, acabando vez por outra por participar com comentários ou se prontificando a ser o próximo entrevistado.

O gravador foi em geral bem aceito, sendo que uma das pessoas entrevistadas pediu que o desligasse, ao narrar o assassinato do seu marido, atribuindo responsabilidades. Reconsiderou o pedido ao reiniciar a gravação, relatando em detalhes todo o ocorrido. Eu mesma, muitas vezes envolvida completamente com a conversa, perdia o momento de mudança da fita e conseqüentemente alguma parte do relato.

No horário da tarde, a favela estava cheia de pessoas nas ruas e casas, o que me chamou atenção quanto ao desemprego na comunidade. A polícia já não transitava pelas ruas,

embora continuasse presente na favela. Um quadro antigo se refazia. Grupinhos de jovens nas esquinas me evocavam as bocas de fumo dos primeiros tempos. Diante deles eu passava cabisbaixa, sentindo-me inquirida quanto a minha presença ali. Tive novamente esta sensação. Por outro lado, ao transitar pelos becos, ia reencontrando pessoas que me cumprimentavam efusivamente, estranhando ver-me “perdida” por ali. Recordo-me de que nos últimos tempos de trabalho quase não saía às ruas, dando-me conta do quanto é importante a percepção do espaço e da população desde aí, numa realidade menos “protegida” pelas paredes do ambulatório. Esta percepção é estendida para o contato com a casa dos entrevistados, onde todas as entrevistas foram feitas.

Quando contatadas, as pessoas em geral aceitavam a entrevista imediatamente, principalmente se já me conheciam. Senti o quanto influenciava este contato me identificarem como “a psicóloga do postinho”, diante do que diziam: “eu tô precisando muito disso ...”, ou “eu tenho um sobrinho que...”, “a professora da escola falou que meu filho...” Mas logo a conversa se desenrolava e este fato perdia importância. Realizar a entrevista num espaço diferenciado do ambulatório permitia uma maior discriminação dos papéis, tanto para eles quanto para mim, que com frequência “caía na tentação” de uma escuta mais “terapêutica”. Permitiu-me também conhecer outros membros da família, o perfil da casa, presenciar e vivenciar um pouco do cotidiano dos moradores. A desvantagem principal que sentia era não ter condição de resguardar o espaço de conversa de interrupções, ruídos diversos e intensos, e da presença de familiares que ali ficavam, interessados no assunto. Supus que essa aparente ausência de privacidade se constituía também em algo a se aprender sobre a vida dos sujeitos entrevistados.

Reescrever o texto, construir um novo olhar

Preparar um roteiro de entrevista me soava a princípio como aprisionar uma conversa. A primeira tentativa determinou perguntas muito diretas em alguns pontos, tangenciais demais em outros, parecendo servir a qualquer temática de investigação. No trabalho de construção deste roteiro optamos então por definir certos temas para a conversa, seguidos de uma justificativa para serem trabalhados. Norteada pelos nossos objetivos, procuramos relacionar algumas perguntas que serviriam como alternativas de caminhos para abordar estes temas.

As entrevistas realizadas transcorreram, a partir deste roteiro, como uma viagem com indicações de visitas, mas cujo guia ou viajante escolheu passar rápido, ou deter-se em determinadas paisagens, explorar certas vielas, ou então dirigir um olhar panorâmico sobre elas, dependendo de suas experiências, motivações, do tempo disponível e do “clima” da conversa. Muitas vezes a noite caía e a entrevista se encurtava. Outras vezes se alongou imensamente pelo prazer da viagem, pelas riquezas encontradas, pela disposição do viajante. Para alguns sujeitos, a abordagem de certos temas não tinha repercussão, enquanto para outros representaria o campo privilegiado de percepção de sentidos, práticas e representações sobre violência. Alguns temas, a própria entrevistadora tratou de omitir. Durante a análise, percebi que esse “esquecimento” era determinado, ora pela dificuldade em abordar o assunto com certos sujeitos (que desviavam dele em suas respostas), ora de relacioná-los com o restante da conversa, ou ainda a entrevista já se havia alongado demais e o próprio entrevistado tratava de encerrá-la. Procurei estimular a conversação numa atitude respeitosa, ciente de quão delicado era relembrar situações difíceis, e também ter cuidado ao tocar em feridas mal cicatrizadas, ou abrir um universo de reflexão sobre um campo aparentemente ainda não expresso em linguagem. Notava que a possibilidade do relato muitas vezes vinha dar inteireza a uma seqüência de acontecimentos e percepções. O que parecia se dar ao evocar sua expressão através de perguntas, alguns assombros e ênfases, e pelo olhar externo atencioso. Senti que o roteiro conduzia a um relato aproximado à construção de histórias de vida, que não foi nossa proposta metodológica neste momento. Inevitavelmente, algumas referências da conversação terapêutica influenciavam uma postura e certas estratégias de perguntar, que algumas vezes contribuíram para o estabelecimento de confiança e acolhimento das diferenças. Outras vezes elas me conduziam a armadilhas de percepção e a intervenções tomadas de preocupação. Acreditando que numa entrevista qualitativa tomamos parte com aquilo que somos e com o que sentimos, tentei reconhecer, na medida do possível, as influências que pesaram sobre o meu olhar, que tentarei identificar ao longo deste trabalho.

Os entrevistados manifestaram por vezes um discurso receoso e até submisso, procurando “agradar” ao entrevistador, como se não tivessem o direito de expressar a própria opinião. Tantas vezes, em contextos de pobreza e violência, os sujeitos sociais são negados ou invalidados, enquanto tais, pela ação das diversas instituições e instâncias de poder que com eles interagem. Foi algumas vezes mais demorado estimular a sua autonomia e gerar uma

situação de confiança que reduzisse este sentimento e propiciasse tranquilidade para exporem experiências.

Transcrevendo e relendo as entrevistas, inúmeros aspectos saltam aos olhos como universos não explorados, perguntas omitidas, entrevistas menos atentas ou desvios de percurso. Muitos destes pude perceber e contornar nas entrevistas seguintes. Outros tornam-se pauta para próximas estudos. Como numa viagem, detalhes são perdidos, fotografias não traduziram a cor do momento, escolhas de trajeto são repensadas. Tais percepções ensinam sobre nós, sobre o visto e vivido, sobre a viagem possível naquele momento. Pois, assim como os caminhos que trilhamos numa viagem, a nossa compreensão, no percurso da pesquisa, “se faz ao caminhar”.

Tecendo os fios para uma nova trama

Realizei 11 entrevistas, dentro das faixas etárias de 16 a 23 anos e de 50 a 59 anos, bem como uma entrevista complementar. Elas distribuíram-se da seguinte forma:

- ◆ Seis jovens: três rapazes e três moças, na faixa de 16 a 23 anos.
- ◆ Cinco adultos: duas mulheres e três homens, na faixa de 50 a 59 anos.
- ◆ Uma mulher de 36 anos.

Ao chegar de cada entrevista, que sentia como uma imersão no universo dos sujeitos, escrevia pequenos textos contextualizando o encontro e as sensações que suscitara em mim. Pareceu-me importante esta elaboração, para discriminar aspectos de análise decorrentes de minhas impressões, de eventuais comparações e pré-conceitos ligados à uma prática anterior. Sendo assim, empreendo este esforço de “clarificação” da interação desta pesquisadora e de suas impressões com o mundo dos sujeitos pesquisados. Na ordem das entrevistas realizadas, passo então à descrição do meu trajeto dentro de Vigário Geral, ao longo do trabalho de campo. Os nomes dos entrevistados foram substituídos, para sua proteção.

Início de viagem

No primeiro dia de trabalho de campo me dirigi à casa de Dona Judith, uma das minhas primeiras pacientes no ambulatório, a quem não encontrava há muito. Ela representava para mim uma referência na comunidade da temática escolhida para esta pesquisa. Um de seus filhos fora assassinado em frente à sua porta, conforme me havia contado, e outro havia desaparecido. Apegara-se a uma neta que levou à psicóloga do posto, queixando-se de ser uma menina muito inibida, que chorava com medo de tudo. Chegando em sua casa a encontro tão mais envelhecida e isolada, num espaço desordenado, úmido, sempre em obras, ou “ajeitando”, segundo ela. Serve-me biscoitos, guaraná, café. A televisão no quarto-cozinha-sala, de não mais de 6 metros quadrados, ligada em alto volume. E Dona Judith, atenta ao filme de aventura da sessão da tarde, parecia não querer ou poder concentrar-se numa conversa. Apresentava uma fala confusa, desordenada, como o espaço físico que habitava parecia refletir. Dizia que iria buscar a neta na escola, convidando-me a vir conversar com ela em outra hora, pois sentia saudades de nossas conversas. Ela dizia não voltar ao “postinho” pois as atendentes (agentes comunitárias) lhe disseram desaforos a última vez que foi lá. Nessa primeira tentativa, entendi que, face à intimidade que tinha com Dona Judith e a aparente situação em que se encontrava, outro tipo de conversa teria mais espaço ali. Via as fotografias dos filhos envelhecidas nas paredes. Apontou-as recordando: “esse é o meu menino que mataram”. Senti também, neste instante, que voltar ao assunto na perspectiva da pesquisa poderia não ser confortável para ela.

Primeira entrevista – conversa de comadre.

Sáímos andando juntas pela rua até que encontramos com **Dona Luzia**, a avó de outra menina que eu atendia. Há tempos não a via. Ela tinha feito parte do grupo de saúde mental, junto a Dona Judith, constituído de mulheres encaminhadas pelo psiquiatra à psicoterapia. Por visualizar na história e relatos dessas mulheres questões bastante comuns entre si, eu optara por uma abordagem de grupo. Dona Judith adiantou-se, imbuída de me ajudar, já tratando de explicar a Dona Luzia que eu estava ali pra conversar sobre a violência da comunidade. Fiquei surpresa com esta tradução-resumo que fez da minha cuidadosa explicação. Ponderei quanto à minha excessiva cerimônia, percebendo que o tema era

efetivamente mais familiar para elas do que para mim. Abaixando o volume da voz, Dona Luzia me puxou para perto. Em pé no portão, começou a me contar do dia em que mais sofreu na sua vida, quando seu filho ficara preso na passarela, em meio ao tiroteio da polícia. Prontificou-se a conversar e me chamou para entrar. Indiferente a minha explicação sobre o gravador, cuidados e objetivos, emendou com o caso que uma de suas filhas estava vivendo, o que transformou-se num pedido de “conselho de comadre”. Dizia que seu genro tinha outra mulher e batia em sua filha, não adiantando falar a ela para se separar. O que deveria fazer para convencê-la? Expliquei-lhe que fazia tempo que não conversávamos, mas que depois da entrevista, se quisesse, talvez fosse mais fácil para mim ajudá-la. Ela não deixou passar, vindo me cobrar um “conselho” assim que desliguei o gravador.

D. Luzia viera da Paraíba, e nos conta que nunca pôde estudar. Tem hoje 5 filhos e, no momento, trabalha em casa. Falava com sotaque acentuado e com muitos regionalismos, evocando valores do contexto cultural da roça, que parecia manter vivos em sua forma de vida e em sua família. Precisei repetir algumas perguntas e ela algumas respostas, ambas num esforço nítido de tradução. O tom e volume de sua voz abaixavam, cada vez que se referia de forma mais explícita a casos de violência na favela.

Sua casa era confortável e voltada para dentro, como numa tentativa de esconder-se, separar-se da rua. Aparelhos eletrônicos, flores artificiais, mesa e sofá eram cobertos por plásticos. Utensílios conquistados com sacrifício, pensei, que aquela dona de casa se esmerava em preservar, assim como à família, como aos valores vindos de sua terra, como às lembranças dolorosas que contava bem baixinho. Um espaço que refletia seus cuidados e o que me pareceu um fechamento ao mundo de fora, da favela, através da família e dos seus guardados. Ela própria encerra nossa entrevista, afirmando que “já estava bom assim”. Ao sair, me apresenta o resto da casa e me mostra os remédios psiquiátricos que estava tomando, pois sofria de “problema de nervos”. Fico surpresa pois, ao conversamos sobre saúde na entrevista, o fez de maneira distanciada, sem se referir a si mesma. Pergunto, força do hábito, desde quando vinha tomando os remédios e o que ocasionara este nervoso. Ao que responde que há muito tempo e por “problemas da vida, vida que é só problema”, e que se fosse contá-la ali, não ia ter gravador que bastasse...

Saio desta primeira entrevista refletindo sobre seu comentário final. Dona Luzia, de certa forma, compreendera o propósito daquele breve encontro, diferenciando nossa conversa da que tínhamos no ambulatório. Trocamos ao final algumas idéias sobre suas filhas e suas dificuldades, num tom muito mais de “comadres” do que profissional. Penso também sobre o incômodo sentido por mim ao resgatar lembranças dolorosas de violência numa perspectiva diferente da terapêutica. Preocupo-me em terminar as entrevistas num clima de esperança, de acolhimento, dando destaque a conquistas da vida, aos sonhos e planos para o futuro.

Paisagem e companheiros de viagem

Acompanhada de Cátia, assistente social e parceira de trabalho no ambulatório, fomos procurar Rosa, adolescente que participara de várias atividades conosco. Saímos caminhando pela favela e, como de costume, andávamos coladas às paredes das casas. Comentei isto com Cátia, acreditando que a favela passava por novos tempos de pacificação e risco reduzido, ao que respondeu: “sabe-se lá, a gente escuta tanta coisa naquele ambulatório...”. Estranhamos um movimento diferente na rua, as pessoas paradas a olhar para a passarela, como em outros tempos na favela. Perguntamos a um morador que, parecendo não nos reconhecer, respondeu: “A polícia levou uns quatro. Não precisa ter medo não, isso aí nós já tamos acostumados”, acrescentou em resposta à nossa surpresa. Mas a sensação de também “estarmos acostumadas” só sublinhava o medo de novas situações pois já tínhamos enfrentado momentos de grande tensão, ao sermos surpreendidas na rua pelos anteriormente “habituais” tiroteios da favela.

Um grupo de crianças a brincar nos aborda, com beijos e carinhos efusivos, a pedir a Cátia para fazer de novo aquela coisa que tinha escova, pasta, espelho... Cátia pergunta se elas não faziam mais, em casa, aquilo que fizemos na rua (atividade de escovação). Ao que uma delas responde, admirada com sua pergunta: “- Não!” “- E por quê você não faz?” “- Porque lá não tem escova, nem pasta, nem espelho...”, voltando, esperta e descalça, para a brincadeira. “Tá vendo?” - diz a assistente social, “A gente às vezes viaja!” Antes de sairmos, ela comenta ainda que, mais do que na época em que o posto era de MSF e atendia basicamente crianças, hoje ela sente melhor a realidade da favela. Têm ido adultos da

“Brasília” – zona mais periférica e mais pobre –, que a deixam impressionada e impotente, diante da miséria e da falta de recursos dos moradores: “As pessoas são muito mal-tratadas, a gente não sabe por onde começar, nem o que fazer”.

Uma entrevista complementar: Reencontros.

Ao chegar na casa da mãe de Rosa, encontramos vários vizinhos reunidos em torno de uma fogueira, com seus copos de bebida. Esta visão me evoca uma imagem nostálgica de roça, mas remeto-me depois aos grupos de moradores das ruas, entre os quais esta prática é muito comum, para aquecer as noites ao relento e fazer comida nas calçadas. Olhares desconfiados sobre nós, até que Dona Jucineide me reconhece e me toma pela mão, dizendo aos outros que sou sua psicóloga. Ela fora encaminhada para mim por Cátia, há dois anos, um tempo depois de ter tido o marido assassinado. Nesta ocasião, jogara-se na frente dos carros, desiludida. Suas filhas menores, irmãs de Rosa, iam mal na escola, faziam desenhos escuros e confusos. Ficamos esperando Rosa chegar e iniciamos uma conversa sobre meu trabalho e posteriormente sobre sua vida. Ao ver que eu trazia um gravador, pediu que a entrevistasse, pois tinha muita coisa pra contar. Comenta que tem o sonho de escrever um livro sobre tudo que viveu. Ainda que não fazendo parte do grupo escolhido para a pesquisa, entrevistei Dona Jucineide - uma avó de 36 anos. Parecia tão empenhada em me ajudar naquele momento e em relatar sua experiência, que fiz a entrevista, de forma bastante aberta, atendendo a seu pedido e constituindo material complementar ao do grupo selecionado. Habita um barraco de chão batido, que enche com a lama do valão. As paredes de seu quarto são cobertas de recortes de revista de jogadores de futebol, atores, cantoras, lugares, que me mostra com grande orgulho, como mobília da casa. Traz uma história de vida carregada de vivências sofridas, da qual destaca o orgulho de ter conseguido superar o que passou e o seu enorme desejo de estudar e se tornar advogada, para poder “fazer justiça” pelo marido. Fala da bagunça que ficou sua casa depois do que aconteceu e que só agora estava tendo condições de arrumar. Diz também que as nossas conversas no postinho a ajudaram bastante, quando estava muito pior, mas que só depois do tempo passar sentia que poderia sobreviver.

A Segunda Entrevista: diferenças em família.

Depois de uma hora de conversa, chega **Rosa**, que prefere conversar comigo na casa de sua amiga, onde estava dormindo por uns tempos. Conta que se separou por uns dias do marido, pois ele tinha saído com uma outra menina, e não sabe se voltarão. A princípio bastante tímida e extremamente sensível ao que vai narrando, Rosa fala quase sussurrando, com os olhos molhados em alguns momentos. Seu relato é contínuo e surpreendentemente maduro. Rosa tem então 17 anos e participara do grupo de planejamento familiar que eu coordenara, mais de uma vez. Tornou-se nossa “monitora”, participava e cooperava muito com as outras mulheres, inteligente, solícita, estudando sempre os folhetos que entregávamos, ficando conosco após o encerramento para dividir seus pensamentos. O contraste da vida e do barraco de Dona Jucineide, sua mãe, com o “equilíbrio” de Rosa saltou aos olhos. Ela falava o tempo todo serenamente e bem baixinho, porém expressando a intensidade de sua experiência. Trouxe uma versão diferente da morte do pai e falava de sua preocupação com a mãe. Relata reticente o alívio por ter conseguido, apesar de tudo, afastar-se desse pai e de suas tentativas de abuso sexual para com ela. A entrevista pareceu ter-lhe dado a possibilidade de dividir este assunto, pela primeira vez. Reflito quanto à trajetória que fizemos juntas, até esta confiança ser conquistada. E também quantas situações como essa permanecem em silêncio, frente ao atendimento apressado e algumas vezes alienado de alguns profissionais dentro dos serviços de saúde. Diante do relato, procurei manter-me solidária e cuidadosa num terreno tão delicado como o da vivência confidenciada.

A terceira entrevista: “Você é de casa mesmo”.

Já havia encontrado **Lucimar** na porta do ambulatório com seu filho. Nos cumprimentamos com saudade e propus a ela nosso papo, o que a deixou empolgada. Conheci esta moça no grupo de adolescentes, do qual participava esporadicamente. Passou pelo atendimento individual, planejamento familiar e grupo de gestantes. Procurara por mim uma vez, após ter “tomado chumbinho”, dizia ela, “pra morrer”, ela e seu filho que estava “na barriga”. Nunca esqueci os poucos contatos que tivemos pelo seu carinho e sensibilidade, mostrando ao

mesmo tempo estar sozinha no enfrentamento de uma vida tão sofrida. Mora com um irmão, que aparenta algum comprometimento psíquico, e que, após um acidente, andava com uma perna coberta de ferros. Vejo que, apesar de tê-la encontrado em tantas atividades do ambulatório, pouco sabia a respeito de sua história. Lucimar preferiu fazer a entrevista no “postinho”, que o seu quartinho estava muito desarrumado – “ O meu filho joga tudo pro alto!”. Entra no seu quarto e retorna dizendo: “Se você num reparar, a gente pode fazer aqui, porque você já é de casa mermo...”. Entrando no cômodo único, piso de terra batida, uma porta, paredes úmidas e descascadas, uma cama meio quebrada, uma geladeira sem porta, emaranhado de painéis e sacos de mantimentos sobre uma prateleira improvisada. Num berço velho, roupas dobradas impecavelmente. Pedacos de brinquedos pelo chão. E o filho, que ainda não fala, encardido e com o nariz sempre escorrendo, entra e sai do cômodo, independente. Raras vezes consigo cortar seu relato, sussurado, enfático, moto-contínuo. Tenho a sensação de que é a primeira vez que ela pode juntar todos estes “cacos” de vivências, construindo uma história com sentido. Sua voz, no quarto escuro e fechado, ecoava. Voz que ecoava dentro de um vazio no peito, estômago, coração. Era no entanto alegre, comunicativa. Foi difícil fazer a transcrição, quase inaudível, por todas essas razões. Ficaram muitas lacunas. Mas insisti. Porque aquele momento único pareceu ter tanta importância para ela, que não quis refazer a entrevista, quis preservá-la, com a intensidade e carinho daquele reencontro.

A quarta entrevista: Álbum de retratos.

O primeiro rapaz a ser entrevistado foi **Jair**, de 17 anos. Foi indicado por uma agente comunitária que trabalhou comigo desde a fundação do ambulatório. Dizia já ter proposto a entrevista a ele, pois sabia que ele adorava conversar. Fui até sua casa, sem marcar. Já conhecia a sua mãe, que estava no momento com ele, na casa impecavelmente limpa - uma construção semelhante a uma palafita, feita de tábuas velhas e com muitas frestas. Pareceu-me ser uma das antigas casas da favela, do tempo que o chão era ainda de brejo.

A entrevista me fez entrar em contato com uma idéia de família dotada, por eles, de importância central em relação à violência, e refletida na organização meticulosa daquele espaço. Uma representação de sustentação e de manutenção de um caminho “certo”, como

referido no seu discurso. Em determinado momento em que perguntei a ele sobre seus melhores amigos, pegou um álbum de fotos para mostrá-los, apontando, num grupo de seis, que três deles já tinham sido assassinados. Meninos que na foto tinham 11, 12 anos, posando num time de futebol, orgulhosos. Continuando a mostrar as fotos, deteve-se numa fotografia do pai, desbotada, junto a uma casa de roça. A mãe precipitou-se na sala a explicar que aquelas eram outras filhas do marido. O que mais me chamou a atenção foi conhecer esse rapaz estudioso, que namora e participa da Igreja, com planos de futuro e vida estruturada, que a despeito destes fatores, sofre intensamente a violência local, através, principalmente, de sua rede de amigos.

Pontes e Atalhos

Andando pelas ruas, reencontrei uma participante de um dos grupos do ambulatório, Fátima, que me cumprimentou efusivamente. Expliquei o que fazia ali e ela me levou até uma senhora, Dona Carmem, sua vizinha. Iniciamos a entrevista na casa desta conhecida sendo que, com 15 minutos de fita, Dona Carmem diz que tem que se retirar, pois sua casa serve de sala de aula para uma escolinha de reforço - em que uma moradora é professora - e precisava estar lá. Combino de passar num outro dia, mas fiquei com a sensação de que Dona Carmem quis evitar falar sobre o assunto no qual estávamos entrando.

A quinta entrevista: uma cumplicidade inusitada.

Ainda na casa de Fátima, tenho a oportunidade de entrevistar seu irmão, **Pedro**, de 23 anos. Estava deitado em seu quartinho com sua esposa, vendo TV. Fiquei receosa e sugeri que marcássemos um outro dia mas ele, animado com a proposta, quis fazer a entrevista naquele momento. Fiquei surpresa de encontrar um jovem com uma linguagem e experiência tão diferentes da maioria que havia conhecido. Havia sido seminarista, militado em partidos de esquerda, tendo morado alguns anos no nordeste. Explorei perguntas a partir desta diferença, que engendra vocabulário e vivências familiares às minhas. Comentei com ele o quanto era rico para a pesquisa entrevistar pessoas diferentes e o quanto foi importante saber das possibilidades que havia aberto em sua vida, das suas motivações e do seu esforço

de ir adiante. Ele me sugeriu entrevistar alguém do tráfico. Disse que poderia fazer o contato com um amigo dele. Fiquei animada e ao mesmo tempo receosa, desistindo por ora desta oportunidade. Pediu-me também que, quando terminasse, emprestasse a ele o meu “livro” para ler. Saí me perguntando como é que jovens como o Pedro ficam tão isolados na comunidade, quando poderiam ter importante participação no trabalho com outros jovens.

Sexta entrevista: uma nova rede.

A irmã de Pedro levou-me à casa do entrevistado seguinte, **Seu Messias**, 53 anos. Num beco próximo à linha de trem fica o seu barraco, num quintal descuidado, com dois imensos cachorros muitíssimo bem cuidados: “Vivem no maior luxo”, comenta ele. Numa grande sala, encontro-o com duas de suas filhas, que reconhecia do ambulatório, seus dois netos e logo chega mais uma neta, que fora de um grupo de adolescentes e me abraçou com empolgação. De súbito, me senti “em família”. As filhas me dirigem olhares que, pelo que percebi depois, referiam-se ao fato do pai ter bebido antes de vir falar comigo.

No início da entrevista, sentia que ele idealizava sua relação com a comunidade e sua família. Nos temas mais sérios, respondia monossilabicamente até deixar claro, de forma quase didática, que “dessas coisas não se pode falar” por ali. Gradativamente, Seu Messias vai compreendendo a proposta da entrevista e vai se soltando, o que nos permite criar um clima de maior sinceridade. Diz que iria então ser meu ajudante, pois tinha muitos amigos na favela. Ainda que levemente alcoolizado, Seu Messias trouxe conteúdos importantes quanto a trabalho e família, principalmente no contraste com a entrevista com sua filha, Elaine, que realizei logo em seguida.

A sétima entrevista: continuando “em família”.

A fala conciliadora de Seu Messias é sobreposta pela entrevista de sua filha, que traz de imediato a preocupação com o alcoolismo do pai, referindo-se a brigas constantes na família. Ela nos faz o relato de uma vida entremeada pela violência ligada ao tráfico. **Elaine** tem 16 anos e fora cliente do Ambulatório. Participou com 14 anos do grupo de gestantes:

uma menina aparentemente bastante ingênua, despreparada e amedrontada. Logo após ganhar o bebê, perde o namorado assassinado numa das incursões da polícia na favela. Presencio este momento, que se tornou referencial para mim da realidade de muitas das meninas da favela e do desespero dos pais frente ao namoro das filhas com os traficantes. A entrevista é feita em seu quartinho, colado no barraco do pai – o espaço de uma cama de casal, bichos de pelúcia e bonecas, panos desbotados esticados sobre as paredes de tábua remendada. Parecia então uma mulher, muito mudada, desinibida e comunicativa, falando com uma intimidade e confiança que não recordava termos construído. Vou me lembrando da gravidez tumultuada, de quando fui a sua casa após o parto, explicar-lhe o curativo dos pontos, do velório de seu marido.

Ouve-se claramente o falar de todos na casa e no andar de cima, sendo o teto meio esburacado, parecendo poder cair a qualquer momento. Fala deste seu espaço com o orgulho de uma grande conquista: “Aqui eu tenho até meu banheiro!” Iniciamos uma conversa informal, relembro o grupo do qual participou e a preocupação com seu pai. A mãe de Elaine morrera há poucos meses de doença decorrente da bebida. Elaine e sua irmã, nos últimos anos, haviam se tornado “viúvas” do tráfico, o que comenta com destacada naturalidade, completando que hoje sua família vive de uma “pensão” de 100 reais que a “boca” de favela vizinha paga a sua irmã. “Era pra pagar 600..., mas quem vai reclamar?” A entrevista correu de maneira mais informal que as outras, pelas surpresas que trazia e pelo imenso interesse por aquela trajetória de vida particular. Muito mais “marginal” do que eu poderia imaginar, eu estava então entrando em contato com a realidade daquela “menininha” que conhecera num ambulatório e que sentia não “atingir” com nosso trabalho. No final da entrevista ela refere-se a sua intenção de trabalhar no tráfico, sentindo-se desesperançada quanto a arranjar um emprego. Gradativamente, vai confirmando que já fizera isso algumas vezes, o que me faz concluir que estava dentro e já não via maneira de sair. Foi difícil manejar uma certa perplexidade e preocupação, tentando entender suas opções, sem esconder o “lugar” de estranhamento no qual me via, em toda nossa conversa.

A oitava entrevista: uma jovem família.

Encontro **Netinho**, 21 anos, depois de um cansativo dia de entrevistas. Já eram 20:50hs e confesso que, depois de tudo que ouvi, não me agradava sair dali tão tarde. Netinho já sabia da pesquisa, pelo seu irmão Jair, também entrevistado, e me conhecia pois sua esposa Marta participara do grupo de gestantes comigo há dois anos atrás. O papo começou com muitas brincadeiras e descontração. O tom de sua fala é de moleque, e vai rindo de tudo até o assunto tocar em pontos mais delicados, como as vezes em que apanhava de sua mãe na frente dos colegas, seus sentimentos com relação ao pai, os amigos perdidos no tráfico. Sua casa me surpreende, assim como uma trajetória de vida tão estruturada, as chances que teve e aproveitou, ter estudado ainda que com dificuldades, estar trabalhando num órgão público, estar casado, com esposa e filha, ter conseguido construir sua casa, para onde se mudou, antes mesmo de casar. Vida e casa organizadas, numa idade que me parecia tão precoce, com a conquista de uma independência que salta aos olhos. Foi uma entrevista bastante linear, em que pude abordar a maioria dos pontos com facilidade, o que decorreu provavelmente de códigos verbais e culturais mais próximos. Sua entrevista teve também complementaridades com a de seu irmão, trazendo impressões semelhantes, em certo sentido - vida estruturada, distanciamento e familiaridade com a vida marginal, o valor atribuído à família, e alguns contrastes como no que diz respeito a sua relação com pai e mãe. Saí da favela após esta entrevista às 22 horas, ponderando bastante sobre as enormes diferenças da vida de cada um dos entrevistados, abstraíndo um pouco do medo de percorrer os becos escuros por onde passava, cenário das tantas vivências ali ouvidas naquele dia.

A nona entrevista: da tristeza ao reconhecimento

Na vez seguinte em que me dirigi ao campo para finalizar as entrevistas, tive grande dificuldade em contatar algum adulto que se mostrasse disponível para conversar. Fiz algumas visitas sem sucesso, alguns estavam trabalhando, outros acompanhavam a novela ou preferiam marcar outro dia. Encontrando Marlurdes, antiga cliente do ambulatório e hoje uma das gestoras comunitárias do MOGEC, pedi ajuda. Levou-me à casa de seu pai, onde tomamos chá e conversamos, mas pareceu-me que a entrevista assustou-o um pouco. Ele me propôs retornar num outro dia. Ela levou-me ainda à casa de **Seu João**, de 59 anos, que prontamente se dispôs a conversar. Convidou-nos a entrar, pedindo desculpas pela “casa de pobre”. Essa entrevista teve inúmeras participações e interrupções pelo movimento de

chegada e saída de outros membros da família, pela presença e participação de Marlurdes, que permaneceu conosco até o final. Seu João encontrava-se abatido e frustrado. Com a saúde debilitada, acabara de chegar em casa transtornado, pois não conseguira ser atendido no hospital e nem sequer obtivera o atestado que lhe permitiria a aposentadoria. Parecia cansado e desanimado, envelhecido para além de sua idade. Falava baixo e lentamente, amargurado pela romaria frustrada de postos e hospitais pelos quais passara neste dia. Conversamos sobre algumas possibilidades, através do ambulatório de Médicos Sem Fronteiras.

Gradativamente vi mudando um pouco o tom de sua voz, até parecer empolgado com a oportunidade de relatar uma vida de trabalho ininterrupto, que justificava sua frustração neste momento. Mas vida também de muitas conquistas, a partir de uma infância dura na roça. Sua casa era alegre e ampla, como tendo passado por muitos acréscimos, em função da família que crescia e de uma situação que melhorava gradativamente. Testemunha os velhos tempos de Vigário Geral e o quanto trabalhou pela comunidade, aterrando o lodo que era antes tudo aquilo ali. Quando sua esposa chega em casa, ele vira pra ela e fala: “-Ela é psicóloga, está fazendo uma entrevista comigo!”, ao que sua filha ri, comentando que está todo orgulhoso. As filhas casadas continuam morando na lage, com seus maridos, situação bastante usual na favela. Foi uma entrevista de grande fluência, em que o relato de um momento extremamente triste do seu dia a dia transformou-se no reconhecimento de inúmeras conquistas. Ao sair me agradece, antes que eu tenha tempo de fazer o mesmo, pedindo que quando voltasse por ali fosse visitá-lo.

A décima entrevista: “antigos amigos”.

Nesse mesmo dia volto a à casa de Seu Messias, que me conduz à mercearia de **Seu Benício**, 59 anos. Chegando lá, me apresenta como uma amiga sua, que queria fazer uma entrevista com ele. Ele me olha desconfiado detrás do balcão. Minha explicação soa pouco convincente e ele permanece desconfiado. Pergunto se gostaria de marcar um outro dia, mas ele diz que poderia falar agora. Porém não me convida a entrar, deixando-me em dúvida quanto a realizar a entrevista daquela maneira, em pé, como uma freguesa do bar e ainda acompanhada do meu amigo Messias, que já pedira uma cervejinha para nós. Sem saber

também como desfazer o quadro configurado, apanho o gravador e iniciamos as perguntas. O máximo que consegui “negociar” foi que desligasse a televisão, que mais parecia um alto-falante para toda a favela. Com as constantes interferências de Seu Messias, dando exemplo de suas respostas, a entrevista toma contornos bem diferentes, mais formais por um lado – sinto-me uma jornalista – menos por outro, pois em alguns momentos parece uma conversa de botequim. Outros fregueses se aproximam e se assustam com o gravador. Conhecidos meus da favela param e me cumprimentam. Esta situação pouco convencional de entrevista engendra um distanciamento maior, mesmo pela impossibilidade de abordar temas mais delicados, assuntos que suscitasse postura mais reflexiva. Percebo, por outro lado, que na favela parte dos assuntos são tratados assim, numa diferenciada relação casa e rua. Como transparece nas conversas de janela e de portão, espaço intermediário destes dois universos.

A décima primeira entrevista: vicissitudes de um “final” de viagem.

O último dia de trabalho de campo traz pra mim a realidade de inúmeras ocasiões de atendimento. Ao passar no ambulatório, como sempre faço, encontro Maria Lúcia, 19 anos, que participara comigo de grupos de gestante, pré-natal e planejamento familiar. A enfermeira e a assistente social estavam tentando resolver seu caso e me chamaram para ajudá-las. A moça tinha vindo se “defender”, no ambulatório, do marido que queria à força ter relações sexuais com ela e ameaçava espancá-la. Ela tinha acabado de ter seu quarto filho e queria colocar o DIU. Só que ele se recusava a usar camisinha neste intervalo, deixando-a apavorada de voltar pra casa, de engravidar, de apanhar dele. Seu marido trabalha no tráfico e havia estado preso até então. Conversamos com ela, procurando alternativas, uma das quais seria que ele comparecesse ao ambulatório, ao que se recusou. Combinamos de visitá-lo, junto com ela, para tentar negociar o uso da camisinha. Minha última entrevista surgiu desta vivência, que preencheu toda a tarde reservada para o trabalho de campo. Maria Lúcia prontificou-se a me ajudar, como que em troca de minha visita a sua casa. Levou-me àquela que é sua conselheira na comunidade e vizinha, **Dona Conceição**, 50 anos. Morava na Brasília, ao lado do valão, num barraco úmido e escuro, em que os poucos pertences, apesar da circulação de crianças, dispunham-se impecavelmente arrumados. Negra, extremamente tímida, envelhecida, analfabeta. Uma mulher forte, D. Conceição traz um depoimento novo, até então pra mim, de conteúdo extremamente

religioso, que era reforçado pela sua filha mais nova, adolescente, que participou de toda nossa conversa. Crianças entram e saem, o rádio do vizinho é ligado em alto volume, o cachorro não para de latir. Foi difícil me concentrar, preocupada também com Maria Lúcia, que havia voltado pra casa e apareceu diversas vezes na porta, para ver se eu já havia terminado. D. Conceição, migrante com sua família, havia morado na rua, por conta de uma gravidez não aceita pelos pais, em sua adolescência. Desde então não falara mais com eles, que permaneceram em Campos. Sentia-se feliz por ter hoje em dia seu barraco - herdado do último marido - e de ajudar muita gente ali, a suas filhas e genros, “Graças a Deus”. Lamentava apenas que sua casa enchesse com as chuvas, ressaltando, entretanto, que Deus ia ajudá-la. Fico atenta às relações de solidariedade e vizinhança tecidas por ela, bem como o forte papel que cumpria esta religiosidade na vida de sua família. Convida-me a ir com ela ao culto de sua Igreja, reconsiderando em seguida: “Você estuda, é rica, por quê que vai vir numa igreja por aqui...”.

Antes de sair, passo na casa de Maria Lúcia, um cubículo em que só cabe uma cama, onde me convida a sentar, e onde o marido se manteve todo tempo deitado. Televisão ligada, sua mãe ao lado, usando o fogareiro, as crianças ao redor, uma delas a pedir seu peito. O rapaz diz se sentir muito mal de gripe. Sugiro um suco de limão. A sogra responde a ela, quando lhe pede o limão que, se tivesse “dáva é veneno pr’aquele vagabundo”. Conversamos longamente sobre a situação de Maria Lúcia e de nossa preocupação com os dois. Fazemos, ao final, um trato referente ao uso da camisinha, que parece deixar Maria Lúcia mais tranqüila. Saio mobilizada por este atendimento surpresa, que em meio às entrevistas traz imagens vivas e difíceis de lidar, de um cotidiano que é a concretização de muitas das vivências relatadas. Cotidiano que nos fala de conflitos, que vão além de uma violência estrutural. Falamos da possibilidade de pedir ajuda e da viabilidade de encontrar caminhos de gestão destes conflitos, através do respeito às diferenças e da abertura para novos compromissos e negociações.

Momento da Análise: Ferramentas de Compreensão.

O material constituído das entrevistas, observações e anotações do campo foi analisado a partir de contribuições da **Hermenêutica Dialética**, como proposta por Minayo (1992). A

aplicação do princípio dialético hermenêutico de análise, em estudos no campo da violência permite buscar entendê-la como um fenômeno na totalidade da formação social (suas raízes histórico-culturais) e na sua diferenciação e especificidade peculiar, de acordo com o tipo ou aspecto a ser analisado (Gomes,1997). Tal perspectiva de análise foi escolhida, dentro dos objetivos deste estudo, por melhor articular processo social e processo de conhecimento.

“A união da hermenêutica com a dialética leva que o intérprete busque entender o texto, a fala, o depoimento como resultado de um processo social (trabalho e dominação) e processo de conhecimento (expresso em linguagem) ambos frutos de múltiplas determinações, mas com significado específico. Esse texto é a representação social de uma realidade que se mostra e se esconde na comunicação, onde o autor e o intérprete são parte de um mesmo contexto ético político e onde o acordo subsiste ao mesmo tempo que as tensões e perturbações sociais.” (Minayo, 1996:228)

O primeiro passo do método Hermenêutico Dialético, e portanto o primeiro nível de interpretação a ser traçado, é o das *determinações fundamentais*. A partir da conjuntura sócio-econômica e política da qual faz parte o grupo focado, são definidas as *categorias gerais*, ainda na fase exploratória da pesquisa. As categorias são instrumentos de classificação que utilizamos para agrupar elementos, idéias ou expressões em torno de um conceito que possa abrangê-los. Definidas nesta etapa, elas são categorias mais gerais e abstratas a serem embasadas pela fundamentação teórica. O segundo nível de interpretação é o momento de confrontá-las com os fatos surgidos na investigação, através da *Ordenação dos Dados*, da *Classificação* e da *Análise Final*. Na *Ordenação dos Dados*, é mapeado todo o material dos relatos, observações e anotações de campo, com vistas a uma primeira classificação, que decorre de uma leitura exaustiva. Na *Classificação dos Dados*, o movimento é de questionar nosso material, com base na fundamentação teórica. O dado é construído a partir das interrogações sobre o que identificamos como relevante nos textos. Com base nas estruturas relevantes dos atores sociais, elaboramos as *categorias específicas*, definindo assim os conjuntos de informações presentes na comunicação, que no processo desta pesquisa se constituíram como grupos temáticos. As categorias gerais são então comparadas com as categorias específicas, formuladas após o trabalho de campo. Já nos encontramos aí na fase de Análise Final, em que buscamos responder às indagações da

pesquisa, com base em nossos objetivos, promovendo relações entre o concreto e o abstrato, o geral e o particular, a teoria e a prática (Gomes,1995) .

Através deste processo é que se faz possível trabalhar sobre as determinações fundamentais ligadas ao contexto histórico e social do grupo em foco, no seu encontro com dados empíricos, que representam a especificidade da questão trabalhada. Partindo dos dados colhidos, voltamo-nos para a teoria, refletindo sobre os conceitos iniciais e colocando em dúvida idéias evidentes. A proposta é então, a de construir uma nova aproximação do objeto, em que o “pensamento antigo encontra outros limites e se ilumina, e o novo contém o antigo incluindo-o numa nova perspectiva” (Minayo, 1996: 234).

No instante hermenêutico da análise, o material das representações sociais é trabalhado enquanto estrutura de discurso sendo que, a esta análise, se impõe uma “superação dialética”, segundo as relações que envolvem pesquisador, contexto, objeto e sujeitos pesquisados.

Um dos grandes desafios que o processo de análise visa superar habita o próprio pesquisador, os condicionamentos de sua práxis, suas representações. Neste mergulho na verdade do outro, a interpretação poderá quiçá desfazer as fronteiras que separam objetividade de subjetividade, exterioridade de interioridade, análise de síntese, ampliando dessa forma conhecimento, experiência e ação de pesquisador e sujeitos da pesquisa.

*Representações Sociais: das vivências à
experiência compartilhada por gerações*

Capítulo 1

Representações Sociais: das vivências à experiência compartilhada por gerações

Nosso trabalho traz como proposta um percurso que parte de um lugar concreto, Vigário Geral, para um lugar construído a partir das vivências dos sujeitos. Um lugar que se inaugura com a experiência vivida e transmitida pelas gerações. O nosso olhar de estrangeiro-pesquisador se vale do conceito de representação social para interpretar essa experiência. Neste capítulo, iremos articular alguns dos termos que nos serviram de referência nesse esforço de interpretação: **representação social, vivência, experiência, e geração.**

Escolhemos utilizar como recurso o conceito de **representação social** porque nos interessa a voz que fala desde um lugar. Essa voz é, simultaneamente, uma fala sobre este lugar, sobre o sujeito que fala, seus grupos, sua rede de relações e sobre a sociedade. É uma fala histórica, que dialoga com outras vozes: com a voz do pesquisador, com as “culturas” a que este pertence, sua classe social e gênero, por exemplo, com sua própria história, e com inúmeras outras instâncias, cujas determinações nem sempre podemos traduzir. Na confluência destes diversos “lugares”, esta voz se afirma nas suas idiossincrasias, a partir de um conjunto particular de vivências. Diferencia-se do que é coletivo, plural, generalizável e, ao mesmo tempo, identifica-se, fazendo parte, refletindo, sendo justificado por ele.

O binômio pessoa e sociedade é o nosso espaço de reflexão. Na sua relação se revelam as múltiplas determinações que constroem o sujeito e o seu contexto, inseparáveis e indispensáveis como dimensões de análise. A subjetividade do sujeito se coloca face às objetividades do seu contexto social ou então, numa nova perspectiva, a vivência concreta de um sujeito específico, face às possibilidades de um universo cultural mais amplo, no qual se insere e dele incorpora significados. Dessa lente, que vai do foco ao panorama e vice-versa, contemplamos sistemas diferentes e ao mesmo tempo similares, nos quais podemos observar as dimensões “micro” e “macro”, em seus mútuos reflexos, e assim aproximarmo-nos de “compreensões”.

A categoria **representação social** é uma ferramenta que nos permite trabalhar sobre as múltiplas dimensões de significados, construídas por sujeito e sociedade. Ela vem se afirmando na pesquisa social pela sua utilidade para a compreensão das possíveis formas de relação entre os atores sociais e destes com os temas representados.

O termo *representação social* é inaugurado por Moscovici (1978), que o define como uma “*modalidade de conhecimento particular*” e como “*corpus organizado de conhecimento*”. É entendido também como uma “*atividade psíquica*”, graças à qual os homens tornam inteligível a realidade física e social e se inserem num grupo. Na sua conceituação o autor alude ao **conhecimento** e a uma **forma particular de conhecer**, bem como a uma **organização deste conteúdo** através de uma **atividade** do indivíduo. A representação social tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre os indivíduos. São conjuntos dinâmicos, criativos, com o status de produzir comportamentos e relações com o meio, de modificá-lo e não simplesmente de reproduzi-lo. Pois “*representar uma coisa, um estado, não consiste simplesmente em desdobrá-lo, repeti-lo ou reproduzi-lo; é retocá-lo, modificar-lhe o texto*”. Antes de Moscovici, Alfred Shutz, teórico da Fenomenologia, utilizou o termo “*senso comum*” de forma correlata, ao concebê-lo como uma “*ferramenta utilizada pelo ator social para atribuir significado a sua ação*”. Na sua formulação a compreensão do mundo se dá a partir de um estoque de experiências pessoais e coletivas. O mundo, por sua vez, é compreendido com um “*tecido de significados*” instituído pelas ações humanas e passível de ser captado e interpretado (Minayo, 1996).

As definições anteriores são articuladas por Minayo (1996) com destacada clareza. Ela caracteriza as representações sociais como “*categorias de pensamento*” que expressam a realidade, explicando-a, justificando-a e mesmo questionando-a. A partir dessa idéia, compreendemos melhor que desempenhe funções tanto de manutenção como de reação à realidade, de identificação do sujeito com seus grupos, bem como de diferenciação. Sua mediação privilegiada é a linguagem, visto que se manifesta em palavras, sentimentos e condutas. Como tais, podem se institucionalizar ou não, devendo ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais. Entendemos assim que, a partir de uma bagagem de “*vivências*”, o sujeito constrói representações sociais. Nessa construção opera o pensamento, a expressão ou linguagem que as organiza e a comunicação que as reafirma socialmente. Com esta troca o sujeito se retro-alimenta e responde através de novas interações, do seu discurso, suas ações e seu comportamento.

Recorro a um exemplo do campo para compreender o conceito. Ao solicitar a um dos entrevistados que conceitue a palavra violência, lanço mão da imagem do estrangeiro: “*Se um extra terrestre viesse aqui na terra, como é que o senhor explicaria a ele o que é violência?*” Ao que ele prontamente responde: “*Não ia falar nada. Eu ia deixar ele passar por tudo aquilo. Tem demais, não posso falar. Só dele chegar aqui ele ia encontrar. Já era o que eu ia dizer a ele*”. (Messias, 53 anos)

O sujeito nos fala assim da “impossibilidade” de definir a violência e, dizendo isso, tece uma representação social. Atentos ao contexto do qual ela emerge, à experiência trazida por este senhor, arriscamos algumas traduções: a violência “tem demais”, em todo lugar por onde se andar. É de alguma forma “visível”, é difícil descrevê-la, nem sempre se pode falar dela: está em toda parte e falar é arriscado, como frisou ao longo de toda sua entrevista. A melhor forma de entender é viver. Aprende-se vivenciando. Esse senhor generoso e afetivo, que trabalhou ao longo de toda a vida, não imaginava passar por todas as vivências que me descreve: desemprego, solidão, a viuvez das duas filhas. Ele vai explicando e vai refletindo e entendendo enquanto explica. O lugar de onde fala é o lugar de suas vivências. O “lugar das vivências”, mais do que uma geografia do contexto, é a figura que se forma, dinâmica, caleidoscópio de vozes. A inter-relação do personagem com este seu “entorno” constrói o sujeito e suas possibilidades de futuro, nas quais estamos interessados nesta pesquisa.

O termo **vivência**, já utilizado algumas vezes até aqui, refere-se a fatos, acontecimentos e situações destacáveis do fluxo do vivido, por sua representatividade, para o sujeito ou observador (pesquisador), atentos a uma determinada temática – como a violência, a educação dos filhos, o trabalho. Segundo o dicionário Aurélio o verbo “vivenciar” é definido como “*viver, sentir ou captar em profundidade*”. A definição nos remete a um sentido de intensidade que faz com que o vivido se destaque do cotidiano. Define também o termo como “*situação, modos ou hábitos de vida*”, o que vem ao encontro do nosso olhar sobre o cotidiano das diferentes gerações. Destacamos ainda a caracterização, ainda pelo dicionário, da **vivência** como “*experiência de vida*”, que evidencia a relação do conceito com o de **experiência**, cuja definição exploraremos em seguida:

O termo **experiência** vem caracterizar para nós um aprendizado, não sistemático, a partir de uma ou mais vivências. Esse aprendizado consiste de valores e ensinamentos, bem como de sentimentos, pensamentos e reflexões que se construíram a partir do viver. Segundo o

dicionário Larousse (1992), experiência é o “*ensinamento (ou habilidade) adquirido pela prática ou observação*”, mais especificamente refere-se a uma “*prática de vida*”. A prática que daremos destaque aqui é o que estamos chamando de “vivências de violência”. Ainda no dicionário encontramos a definição de experiência como um “*conjunto de conhecimentos individuais ou específicos que constituem aquisições vantajosas acumuladas historicamente pela humanidade*”. Ela adquire neste sentido uma função de preservação, participando da construção histórica do conhecimento. Valendo-se desta perspectiva é que viemos falar de uma “experiência de gerações”.

O teórico Alfred Shutz (apud Minayo, 1994) diferencia, ao falar de representações, **experiência de conhecimento**. Ele considera a experiência como a reunião de aspectos comuns a um certo número de pessoas, enquanto o conhecimento é tido como individual e construído subjetivamente. Não trabalharemos com esta diferenciação, mas ao referirmos a experiência a vivências de diferentes gerações, valorizamos o seu aspecto coletivo, não perdendo de vista a particularidade do conjunto representado por cada sujeito, que chamaremos aqui da mesma forma. Nós compreendemos que ele reúne ao mesmo tempo aspectos particulares e coletivos como discutido no início deste capítulo. O termo foi escolhido por ser uma referência tão constante na linguagem cotidiana para expressar a acumulação de conhecimento e a relação entre jovens e adultos. Fez-se várias vezes presente nos relatos de vida como reforço à intensidade do vivido e como aqueles conhecimentos que podem ser transmitidos nas relações intergeracionais. Consideramos então a experiência como base para as representações sociais. Ao falarmos destas, falamos da interação do olhar do pesquisador, dos seus destaques, referências e o seu esforço de análise, com a experiência dos entrevistados.

Trazemos a expressão **experiência de gerações** no título de nossa pesquisa para evocar a persistência de certas vivências por um largo espaço de tempo, e também por quisermos abordar o conhecimento gerado, sedimentado e transmitido ao longo do ciclo de vida. Antes de explicitar melhor o conceito de geração, gostaríamos ainda de resgatar um dos aspectos da contribuição de Marx (1973) ao trabalho com representações sociais. O autor as considera como conteúdo da consciência, sendo produzidas a partir da vida material e estabelecendo com ela uma relação dialética. Diante disso, Marx aponta o condicionamento de classe como ponto chave para analisar as representações (Minayo, 1996). O reconhecimento da importância da categoria classe social no campo das pesquisas deu

relevância ao contexto concreto de onde emerge a fala, delineado pela questão do poder. Esse contexto foi ganhando novos contornos, na medida em que outros determinantes sociais fundamentais passaram a ser reconhecidos e valorizados nas análises das representações sociais nas sociedades contemporâneas, como por exemplo gênero, raça, religião, dentre outros, e o conceito de geração. Dentro dos objetivos de nossa pesquisa, este conceito nos pareceu de especial relevância na compreensão das representações, levando-nos a optar por seu destaque como uma das referências de nossa análise. Contemplar a fala dos sujeitos numa perspectiva de “geração” implica antes de tudo na definição da categoria.

Na linguagem cotidiana o termo **geração** se apresenta em diversas expressões e com variados sentidos em nossa cultura: “conflito de gerações”, “as pessoas da minha geração...”, “geração anos 90”, “geração dos meus avós”, “há muitas gerações”, “de geração para geração”, “marcou gerações”, “símbolo de uma geração”. Nestes exemplos ele aparece como referência para a relação entre pessoas; a determinação de uma faixa etária; a medida de um tempo decorrido; a transmissão de conhecimentos; ou como marco de eventos históricos ou da identidade cultural de determinados grupos. Mas se nos detivermos na essência do que faz tão presentes estas expressões, talvez nos deparemos com muitos outros exemplos, na literatura, nas canções, em nossas próprias inquietudes face ao mistério da passagem do tempo - nascimentos, amadurecimento, heranças e finitude. Tempo que ao delimitar fronteiras constrói também caminhos entre elas. O tempo (e sua duração) se reveste de sentidos subjetivos dados pelas vivências e percepção das gerações. Vejamos portanto como a categoria vem sendo abordada na pesquisa social.

O termo **geração**, com tão diversas e amplas referências, se desdobra em estudos no campo da Sociologia, Psicologia, Antropologia e História, que lançam mão da categoria na compreensão das continuidades e discontinuidades no tempo cultural e histórico e no tempo dos indivíduos, grupos, famílias e povos que o constroem, dando a ele sentido.

Os dicionários de sociologia (FGV, 1986; Johnson, 1997) nos apontam definições para o termo que podem ser agrupadas da seguinte maneira:

- a) Uma geração compreende todos os membros de uma sociedade cujo comportamento entre si, e com relação a outras gerações, se baseia no fato de serem contemporâneos, ou de descenderem de um ancestral comum no mesmo número de graus.

- b) Uma geração compreende a prole de um mesmo progenitor, considerada como “grau” no cálculo da descendência de um ancestral mais distante.
- c) Grupo que ocupa a mesma posição num sistema de parentesco.
- d) Segmento de tempo entre o nascimento dos membros de uma sociedade nascidos na mesma época e o nascimento de sua prole, o que corresponde em média a 29 anos.

Como ponto de partida para nossa abordagem consideramos **geração** como “os membros de uma sociedade que nasceram aproximadamente numa mesma época, aparentados ou não por laços de sangue” (FGV, 1986: 315). Nesta definição encontramos referência às anteriores e uma abrangência que permite múltiplos aportes. A dificuldade ressaltada por Johnson (1997) numa definição mais geral é a determinação do início e término de uma geração, para que esta não se torne arbitrária. Aponta como solução definir as gerações em termos de eventos e períodos históricos importantes tais como o Pós-guerra, a Depressão etc. A utilização do conceito é geralmente acompanhada pelo esforço para explicar o comportamento dos membros da geração pelas condições peculiares a sua época: “geração perdida”, “geração do pós - guerra”, “geração dos filhos da AIDS”. Os jovens “burgueses” que dançaram ao som do conjunto “Legião Urbana” no final dos anos 80 no Brasil, tenham talvez ouvido e se identificado com seu refrão: “*Somos os filhos da revolução / Somos burgueses sem religião / Somos o futuro da nação/ Geração Coca-cola.*”

Em que medida podem ser vistas como homogêneas as vivências e as relações delimitadas pelas gerações? Os conflitos entre elas são reeditados, sintetizando cultura, sociedade e as particularidades de seus personagens, resistindo às generalizações.

A tendência mais tradicional de abordagem dentro das ciências humanas foi de classificar o comportamento de indivíduos através da *faixa etária* e de um grupo de características que a ela corresponderiam. Esta tendência teve início com a progressiva delimitação das fases ou etapas de vida e remonta ao estabelecimento de um programa educativo e moral que foi o centro do surgimento da família burguesa moderna (Saraceno, 1992). Os estudos pioneiros de Ariés (1986) sobre o lugar da infância e dos filhos nas famílias da Europa ocidental demonstraram que a idade, como representação de uma fase de vida com características determinadas culturalmente, passa por uma construção social que pode ser historicamente

compreendida. Cada geração atua com relação a si própria e outras com base nesta representação, contribuindo, junto a processos sociais, econômicos e à atuação de diversas instituições e agentes externos, no que se convencionou chamar de uma *construção social das idades*. Nos estudos de Ariés a família moderna, como “família afetiva”, nasce de uma redefinição do lugar dos filhos que passaram a ocupar o centro afetivo e simbólico da família e não mais simplesmente a condição de “*elo de uma cadeia geracional*” que perpetua uma linhagem, ou de “*força de trabalho em miniatura*”. Esta redefinição, enquanto modificou as relações entre gerações, criou significados, espaços e peritos para o percurso do crescimento. Foram se tornando visíveis certas etapas da vida tais como “idades de formação”, de “ingresso no mundo do trabalho”, “casamento”, de “vida adulta” etc. Ao mesmo tempo a experiência de ser filho, pais ou avós é modificada com os significados que se vão construindo para as diferentes etapas. Esta construção é intermediada em grande parte pelas instituições e profissionais encarregados da tutela e da produção de bens e serviços voltados para cada uma delas, tais como o estado, a escola, e as instituições de saúde através do saber médico.

“O aparecimento de etapas evolutivas, ao mesmo tempo socialmente reconhecidas e regulamentadas, como a adolescência e a juventude, é fortemente devedor a uma organização escolar que, embora de modos diferentes nos vários países, escande percursos e etapas cada vez mais precisas do nascimento até a idade adulta.”
(Saraceno, 1990)

Esta “institucionalização” das etapas de vida teve reflexos cruciais no desenvolvimento das diversas ciências que estudavam comportamento e sociedade. A psicologia teve destaque na produção de teorias sobre o “desenvolvimento”, caracterizando o ciclo de vida dos indivíduos por padrões comuns e universais de comportamento em cada faixa etária. Tais definições também se fizeram presentes em áreas de conhecimento e intervenção social como a pedagogia, a sociologia, a antropologia e a própria medicina. O ideal de comportamento ou de crescimento dos filhos adolescentes ou crianças escolares, por exemplo, seria tal que, em não se correspondendo a este, impunham-se ao sujeito as estratégias de controle, socialização, educação ou medicação que o corrigissem. À cada geração corresponderiam também determinados papéis que passavam a ser delimitados pelos detentores de um novo saber técnico que se instituía. Donzelot (1977), Ariés (1986), Foucault (1992) e Costa (1983), no Brasil, contribuíram para a compreensão do gradual

processo de normatização sobre o corpo e práticas que se deu a partir do séc XVII. A família burguesa do séc. XIX viveu o desenvolvimento desta especialização e de seus desdobramentos, tendo determinado os princípios e objetivos de muitos estudos até os dias de hoje: generalizar padrões a partir de modelos dominantes de família e a caracterizar como desvio ou carência os que não correspondessem a estes. A crítica a esse discurso da “carência” e do “desvio” direcionado às camadas populares foi aprofundada por Nicolaci-da-Costa (1987).

Os estudos demográficos são também representativos na abordagem da questão das gerações. Eles apontam estatisticamente a forma como eventos e processos históricos - crises econômicas, guerras, migrações, políticas diversas, revoluções - incidem na estrutura etária, nas formas de distintas gerações ocuparem o tempo e espaço, na organização da família etc. Fatores de análise são depreendidos destes acontecimentos tais como a observação de baixas e altas de fecundidade, a definição das transições demográficas, as taxas de reposição das idades e expectativa de vida. Tais estudos representam uma importante referência na compreensão dos desafios ligados à representação histórica das idades, mas não serão abordados diretamente nessa pesquisa.

A idéia de **juventude** e os estudos que para ela se voltaram tornaram-se referenciais na delimitação do conceito de geração. Considerada como “privilégio de classe” no séc. XIX, a “juventude” passa a ocupar um espaço de tempo cada vez mais prolongado e a ganhar importância cada vez maior, seja como potencial consumidora de bens e serviços, seja pelos “problemas sociais” a ela atribuídos, tornando-se com isso alvo de inúmeras pesquisas. Bozon (1994) se refere à juventude como uma “etapa de transição” que vem se alongando nos últimos trinta anos, em razão do prolongamento da escolarização, do impulso da média de fecundidade, mas também do desenvolvimento do desemprego e do trabalho precário, em particular entre os jovens. Temos nesta análise uma articulação de múltiplos fatores na interpretação de um fenômeno de geração. Saraceno (1992) destaca, ainda com relação a este fato, que a legitimidade de dependência entre filhos e pais e a necessidade de longos períodos formativos tem diferentes reconhecimentos e possibilidades de realização segundo os recursos econômicos e sociais do grupo, família ou comunidade em questão, ressaltando a atenção a diferenciações sociais na observação dos fenômenos geracionais. Destaca também a autora a importância que a escola mantém como instrumento de modificação e reforço da estratificação social, criando distinções quer geracionais, na medida em que

filhos podem ter uma escolaridade mais elevada que os seus pais, quer as experiências de serem pais e de serem filhos nas várias classes. Tal fato demonstrou relevância na comunidade pesquisada, levando em consideração a melhoria, ainda que precariamente, do nível educacional dos mais jovens face ao dos mais velhos. Faz-se possível compreender, dentro dos parâmetros apontados, que “novas idades” sejam “inventadas”, ganhem ou percam destaque, fazendo emergir questões diferenciadas tanto para os sujeitos, como para as relações intergeracionais e as instituições.

Uma longa duração de vida, condição conquistada por avanços na sociedade, implica relações familiares diversificadas ao longo do tempo. A convivência e por vezes coabitação em meio a novas posições e situações geracionais coloca novas necessidades de negociação em que valores, expectativas recíprocas, os limites, os direitos e deveres devem ser continuamente reelaborados e negociados, muitas vezes sem uma tradição à qual se referirem, ainda que dentro de uma continuidade de relações que a princípio abrandam as transições (Saraceno, 1990). Etapas como a do “ninho vazio” em que os filhos adultos já deixaram a casa e a problemática da “geração do meio”, encarregada de cuidar das necessidades tanto das gerações anteriores como dos seus filhos - e algumas vezes dos netos - são exemplos de novas vivências que merecem estudos específicos. No contexto estudado observamos uma série de arranjos familiares como dos filhos que moram com os avós, casais que moram com os pais, irmãos que adotam sobrinhos. Sobre essa “circulação das crianças”, Fonseca (1993) desenvolve um importante trabalho que permite entendê-la como uma estrutura básica de parentesco em grupos de baixa renda brasileiros, como forma alternativa de organização vinculada à cultura urbana e a diferentes representações de família.

As referências já citadas nos levam a concluir que interpretar uma geração exige a compreensão, para além de um substrato biológico das idades, da construção sócio-histórica que sobre este se dá. Pertencer a certa faixa etária pode representar símbolo de “sucesso”, condição desejada e vendida como mercadoria, ou o seu contrário, numa outra cultura, num outro período histórico ou em outra circunstância, num mesmo momento e localidade. A “juventude”, condição em geral valorizada pelos meios de comunicação, tem outra conotação quando nos referimos a vivência de um jovem negro morador de subúrbio ou favela. Guedes (1991: 224) aponta que grande parte dos estudos sobre jovens nas sociedades industriais modernas, no contexto urbano, assumiam a categoria jovem como “auto-

definidora”, como uma “entidade em abstrato”. Como se, havendo jovens em todas as classes sociais, “*os efeitos específicos da situação e posições sociais seriam neutralizados por aspectos comuns (por exemplo, conflitos de gerações e formas específicas de lazer)*”.

Uma das constantes referências aos jovens é de serem eles identificados ou temidos como força de mudança e de turbulência que poderia abalar a ordem social. Vianna (1997) remete-nos a questionar que “ordem” e que jovem, especificamente, representariam tal ameaça. O autor considera, neste raciocínio, que a totalidade da vida social poderia, ela própria, nesse final de século, ser definida com muitos dos adjetivos que tem sido usados para classificar a juventude: transitoriedade, turbulência, agitação, tensão, possibilidade de ruptura, crise, conflito, instabilidade, ambigüidade, liminaridade, flexibilidade, inquietude. Destacando mais alguns “atributos” tidos como peculiares ao jovem, FOLICO (1990) formula de maneira interessante a interrelação entre características comuns, especificidades de classe, e o “olhar” da sociedade.

“La juventud viene a ser, por tanto, un período dentro del cual esta socialmente aceptado el desarrollo y manifestación de la capacidad de asombrarse y ponerse perplejo. Las fronteras del asombro son variables según el grupo social del que se trate, pues la perplejidad de los jóvenes es similar en cuanto a su capacidad pero diferente según su contenido: los jóvenes de las poblaciones pueden mostrarse tan asombrados como los del centro o de arriba, aunque por distintas razones y, lo más importante, desde distintas posiciones. Esta perplejidad eventualmente se traduce en comportamientos sociales diversos sobre los cuales actúan pronto la exclusión y el castigo como mecanismos de resguardo y control social. La sociedad tiene, podía decirse, una tolerancia diferencial a las distintas formas de ser joven que en ella se originan.” (FOLICO,1990).

A sociedade sabe homogeneizar a experiência da juventude quando pretende negar a desigualdade social, mas dá ênfase às diferenças quando o propósito é exclusão e controle, justificando assim as possíveis “desigualdades”. Para a compreensão de vivências e comportamentos das gerações devem-se observar as determinações de gênero, classe social e raça que se sobrepõem às representações - já culturalmente delimitadas - de tempo e idade. Análise fundamental na perspectiva de não se incorrer numa generalização da experiência da juventude e nem numa pretensa e ilusória isenção sócio-política (Willis, 1978; Zaluar,1997 Heilborn, 1997). O mesmo raciocínio se aplica a outras faixas etárias e é neste

sentido que a categoria geração se mostra bastante abrangente e cuidadosa na consideração dos fenômenos ligados à idade, em contextos específicos.

Marcuse (apud Zaluar, 1997) se referiu a juventude como a uma “*quase classe social*” homogênea, com interesses e valores próprios: definida pelo romantismo (o gosto pelo imediato, a importância da experiência e da sensação) e pelo “hiperconformismo” a seu grupo de pares. O foco na idade, no período atribulado da adolescência e no desenvolvimento de uma subcultura (ou subculturas) da juventude resulta na tentativa de explicar pela fase da vida as práticas, organizações e valores dos jovens de diferentes origens e de diversas posições na sociedade. Esta tendência a que já nos referimos, deu origem a elaboração de uma “*sociologia da juventude*”. As teorias então desenvolvidas, como a da “delinqüência”, da “deriva” ou do “comportamento desviante” buscavam destrinchar a associação entre **criminalidade** e **juventude**. Grande parte delas procurava explicar o surgimento das gangues no mundo todo relacionando-o com o fenômeno universal do aumento da criminalidade que se deu a partir dos anos 60.

A crítica fundamental a estas teorias é de que elas, ao ensaiarem interpretações universalizadoras para fenômenos um tanto diversos, transitam pelos caminhos do funcionalismo e positivismo. Um dos críticos da “sociologia da juventude”, Dubet (apud Zaluar, 1997) afirma que o alcance da sociologia da juventude é limitado pela inexistência de uma uniformidade de hábitos e valores em toda a juventude de um país. Por outro lado, teóricos que procuravam identificar certos movimentos jovens com a classe operária, desenvolvendo uma “sociologia de classes”, tais como Hall (apud Zaluar, 1997), encontraram problemas para classificar grupos de jovens racistas, cuja ideologia se afastava completamente daquelas contestatórias dos adultos. A classe social encontrava-se assim partida em consequência do afastamento entre gerações. A sociologia da juventude, se entendida em seus diferentes contextos históricos e culturais, viria permitir, neste exemplo, uma relativização da teoria de classes.

As contribuições trazidas por Zaluar (1997) a este debate a partir da pesquisa junto a jovens marginalizados, nos remetem a uma perspectiva contextualizada que permite focar novas e mais amplas redes. Ela destaca que:

(...) a criação, por sujeitos ativos, de práticas 'desviantes', 'delinquentes' ou 'criminosas' estaria articulada com as práticas, formas de organização e valores da sociedade mais ampla onde organizações juvenis, criminosas ou não, apareceram. A história dessas organizações e suas relações com outras organizações econômicas, políticas e criminais, além de governamentais encarregadas de seu controle, demonstram a participação subjetiva de vários atores nos processos complexos de suas interações mútuas e transformações nem sempre previsíveis (...) (1997: 20).

A autora ressalta que para a compreensão da criminalidade associada à juventude, o crime local deve ser ligado à organização internacional dos cartéis das drogas, além, é claro, das instituições locais - a polícia e a justiça - com as quais esses adolescentes e jovens adultos estão em permanente contato e constante fuga. É claro que em nossa análise aqui não pretendemos ou podemos ir tão longe, mas ter em vista estes múltiplos níveis que interagem nas determinações do contexto, nos ajuda a desenvolver um trabalho menos alienado, melhor compreendendo a relação entre comunidade, poderes locais e sujeitos.

Desviando nosso foco e indo ao encontro dos jovens de Brasília que puseram fogo num mendigo no ano de 1997, nos deparamos com o comportamento criminoso de jovens de classe alta. Na visão de Jurandir Freyre Costa (JB, 1997), este comportamento não representou nem a *“idiossincrasia de monstros desumanos”*, nem seriam eles *“psicologicamente doentes”* como a sociedade quis pensar. Mas sim que *“cada cultura produz a juventude transviada que é espelho de seus vícios recalcados e que esta conduta se ensina e se aprende, assim como aprendemos a ter preconceitos contra quem é pobre, negro, suburbano, nordestino”*. Considera ainda o autor que a atribuição de um *instinto básico degenerado* a estes jovens é um mecanismo da sociedade (e sua necessidade) de:

fazer vista grossa às lições de arrivismo, carreirismo, inveja, ganância e preconceito que os nossos filhos de classe média continuam a receber diariamente numa sociedade que tem se mostrado como uma usina de criminosos, pela desigualdade social, pelo desemprego, pela ostentação acintosa dos ricos em meio à miséria da maioria (idem).

Em mais esta análise, que traz uma situação paralela às anteriores, mas numa classe social diferente, o esforço de compreensão de um comportamento aparentemente isolado articula

as diferentes formas de violência às representações que setores dominantes da sociedade fazem sobre elas, permitindo sua reprodução.

A antropologia teve um papel fundamental na elaboração de um novo conceito de geração. Incorpora a crítica ao processo etnocêntrico de naturalização de categorias sociais ocidentais e dominantes - tais como as de jovem e velho - e permite a “*desnaturalização*” das idades e dos papéis representados nas relações intergeracionais. Essa perspectiva se fez presente no do estudo de continuidades e descontinuidades no interior de uma mesma sociedade e entre sociedades diferentes. Propiciou dessa maneira a compreensão de modelos de família e socialização em culturas não ocidentais (Lacoste-Dujardin, 1985), nas camadas populares (Zaluar, 1994; Willis, 1978), sob o recorte de gênero (Heilborn, 1997), de raça ou grupo étnico.

Tomando o exemplo de uma outra faixa etária, a velhice, podemos perceber que a definição deste período como “*terceira idade*” é trazida por um movimento de valorização, em que surgem novos atores e busca-se mudar a representação da categoria. Uma preocupação em estabelecer conquistas sociais e políticas equânimes com relação às distintas gerações vem no bojo deste movimento que traz, dentre outras reivindicações, a luta pelo estabelecimento de uma “*agenda intergeracional*”:

“Uma estratégia de aproximação intergeracional no sentido político é necessária para construir pontes entre muitos grupos para apoiar programas e legislações de interesse comum a todas as idades. A peça central de tais abordagens deve ser a eliminação da pobreza e a garantia da adequada educação, emprego, habitação e saúde.” (Kingson apud França & Soares, 1997: 162)

Democratizar as decisões e ações com relação às gerações equívale, nesta perspectiva, à transformação das estruturas da sociedade como um todo. Tomando juventude e velhice como conceitos construídos socialmente, podemos entender que sejam privilegiadas ou desprestigiadas segundo os fenômenos sociais a que estejam relacionadas e, assim, aos papéis que lhes são atribuídos. Representam em algumas culturas valores de mudança e de conservação, mas muitas das questões que estereotipadamente marcavam as relações entre gerações não mais sinalizam sem ambigüidades os conflitos entre estes diferentes grupos geracionais (Vianna, 1997). Outros limites, outras fronteiras entre as culturas se impõem.

“A experiência histórica da terceira idade diz respeito, de agora em diante, à sociedade inteira, em busca de novos equilíbrios entre os tempos sociais e as gerações. Doravante, as pessoas idosas já não são apenas as guardiãs da memória coletiva das instituições. São também criadoras de uma nova economia, de uma nova sociedade e de uma cultura, que interessam a todas as gerações e às relações entre elas” (Dumazedier apud França & Soares, 1997: 153).

O estudo de representações de gerações, tomando este exemplo, torna-se importante não só para ter elementos de compreensão da mudança social como para alimentar debates sobre as políticas voltadas para cada uma delas.

“A tentativa de pensar a sociedade sem ‘entidades estáticas e rígidas (construídas seja para se opor a elas ou para apoiá-las) cria uma visão dinâmica da relação entre os diversos grupo sociais (geracionais ou não), onde a própria definição destes grupos (incluindo a localização das fronteiras entre esses grupos) também está em constante transformação” (Vianna, 1997: 14).

O que buscaremos nesta pesquisa não é unificar as vivências dentro de cada geração ou tentar definir qual seria o seu denominador comum, mas compreender a diversidade das representações sobre violência em suas possíveis determinações, seus contrastes e similaridades.

A importância portanto de relacionar os conceitos de **geração** e de **violência** encontra-se principalmente no fato de que os papéis sociais naturalizados nas relações entre as gerações são elementos chave na manutenção ou na mudança das estruturas sociais. Tendo como interesse apreender as condições que mantém, previnem ou ampliam a violência do ponto de vista dos sujeitos, a percepção destas estruturas subjetivas numa perspectiva de gerações reafirma-se em sua relevância.

Para entender as visões de mundo das gerações, a partir do que foi levantado aqui, deveremos tecer a fina rede que permita trazer à tona relações entre idade, condição social, contexto e forma de inserção numa história recente que atinge a todos no âmbito da violência local - os sujeitos particulares que foram pesquisados, o próprio pesquisador e as visões dominantes na sociedade. Todos trazemos representações sobre a violência, em geral

carregadas da intensidade de histórias presenciadas, vividas, sofridas. É então que falamos de **vivências**. Como ponto de partida para nossa jornada recorreremos a elas. No capítulo que se segue nos aproximaremos destas vivências guiados pelo conceito de **violência**.

Vivências de Violência

Capítulo 2

Vivências de Violência

Falar de vivências é falar do que foi vivido, sentido ou captado em profundidade. Na leitura das entrevistas diversos temas saltaram aos nossos olhos, o que nos fez destacá-los da totalidade dos relatos: pela intensidade com que foram narrados, pela repercussão do seu conteúdo em outros temas estudados, pela sua repetição ou contraste. Desta forma, as vivências de violência foram captadas da narrativa do sujeito, segundo as ênfases dele próprio e as nossas, relacionadas pela lógica dos objetivos da pesquisa e de nossa experiência. Neste capítulo, elas serão discutidas e articuladas com definições de violência e uma categorização de suas “formas” ou expressões – produto científico e coletivo, decorrente de outros tantos esforços de compreensão.

Ao longo dos depoimentos, identificamos situações de violência que não foram apontadas ao perguntarmos diretamente sobre a violência vivida ou presenciada. Elas surgem como referência aos trânsitos de moradia, como vivências que inauguram reflexões sobre o valor da vida, como justificativa de algumas escolhas, na maioria das vezes carregadas de frustração e também de um sentido de sobrevivência, por terem sido superadas e hoje relatadas. Sendo assim, elas merecem especial destaque, pois vêm refletir um “estar no mundo” diferenciado. Elas geraram **experiência**.

Comprendemos, ao longo do trabalho de campo, que a categoria violência é uma categoria externa ao grupo. Ainda assim, nos interessava perceber que temas ou palavras ela suscitava nos sujeitos, sendo portanto abordada diretamente, ao final das entrevistas. Um dos adultos com quem conversamos, ao ser perguntado quanto a alguma violência vivida, responde e reforça algumas vezes e com segurança: “*Eu vivi a violência da própria vida*”, referindo-se em seguida a uma vida de trabalho incessante, à falta de estudo e de lazer. Hoje, sentindo-se velho e sozinho, ressentido da companhia e do reconhecimento dos filhos, ao que se refere como parte dessa forma de violência. Com a expressão que utiliza, o sujeito entrevistado traduz para nós a abrangência do termo violência, assim como a ressonância que tem e que o faz cunhar esta expressão, que pode ser entendida a partir das vivências que nos traz. A pergunta-resposta específica torna-se irrelevante, frente ao conteúdo dos relatos de vida. A

idéia de uma violência una, estereotipada, rende-se às vivências concretas, se corporifica em estados de saúde diversos, em sentimentos de frustração, de injustiça, de humilhação, de resignação e outros que exploraremos em nossa análise.

O que caracterizar como violência entretanto, se a discussão sobre ela se esgota muitas vezes em jargões da mídia, ou definições por demais abstratas, pela sua subjetividade e abrangência? Televisão e jornais trazem cada vez mais descrições e imagens da violência social, como o carro-chefe de suas programações e reportagens. Com isso, parecem trabalhar na reprodução das mensagens de um senso comum dominante, informando e nomeando para a população se tais ou quais fenômenos são violentos. Uma de suas mais patentes “propagandas” é a apresentação do excluído social como potencial criminoso, como exclusivo responsável pela violência, semeando o imaginário de terror e legitimando práticas de repressão voltadas exclusivamente para este grupo, como resposta única à violência do nosso tempo. Cabe-nos apreciar esta influência, quando negada ou reforçada pelos sujeitos, e sobretudo buscar compreensões que ultrapassem estas concepções, problematizando o conceito e ressaltando alguns cuidados para sua análise.

São incessantes os esforços de várias disciplinas para compreender e definir **violência**, fenômeno que acompanha a humanidade, como uma de suas mais dilemáticas questões. O quê considerar violento? Ou o quê a sociedade decreta como violento? O quê um grupo, diferentemente de outros, crê ser violência? Alguns estudos serviram para apontá-la como parte da condição humana, outros tantos vem destacando que ela aparece de forma peculiar, de acordo com os arranjos societários de onde emergem. É de certa forma consensual a noção de coerção e de dano a um indivíduo ou grupo de determinada classe, etnia ou gênero. Num sentido mais geral, o termo abarca as inúmeras circunstâncias em que a força é empregada sobre outrem, como constrangimento de qualquer ordem. As definições trazidas pelos entrevistados poderiam servir-nos, neste momento, como eixo de reflexão sobre o conceito. Mas escolhemos deixar para o final deste capítulo a discussão sobre elas, por entendermos que, estreitamente ligadas às suas vivências, poderão estas iluminar melhor os caminhos do pensamento e o discurso dos sujeitos. Deixamos, para as próximas páginas, a voz aos teóricos, que nos oferecem balizas para construir uma perspectiva crítica e atenta às armadilhas do senso comum, no que tange à análise da violência.

A evolução do conceito de violência acompanha os movimentos da sociedade e da ciência, tão imbricado se encontra nos desafios do cotidiano urbano. O termo tem o seu sentido constantemente ampliado. Inicialmente usado para definir a agressão, o uso da força física, o contato humano direto e intencional, alarga-se para um universo de múltiplas expressões, vindo habitar as mais diversas esferas sociais, no espaço público ou privado, não só de forma física, mas também psíquica e simbólica, como define Michaud (1989):

“há violência quando, em uma situação de interação, um ou vários autores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais”.

Portanto, conhecer e explicar seus motivos, identificar seus agentes e suas vítimas, as condições e formas de agressão, as razões e (des)razões envolvidas e o seu relato, requer assumir “perspectivas” determinadas, o que evidencia a violência como um conceito eminentemente ideológico. Envolvidas nela encontram-se as relações de luta pelo poder, de opressão e expropriação e, sendo assim, o interesse de grupos, de pessoas, de nações. A percepção da violência está ligada ao ponto de vista social e político que adotamos, segundo o qual é possível analisá-la, compreendê-la ou condená-la de modo diverso (Costa,1996). Decorrente desta compreensão, podemos conceber que muitos aspectos ou formas da violência permaneçam ocultos e outros tantos vão se revelando, ao longo da história.

As transformações na natureza do social, na percepção dos direitos humanos, levam a novas conceitualizações da violência, que passa a englobar uma série de manifestações antes não consideradas (Waiselfisz, 1998). Crimes e violência de natureza sexual, por exemplo, até então tratados na esfera privada – e não nomeados como violência – passam a ser considerados e adquirem visibilidade na esfera pública, na medida em que as mulheres se assumem como portadoras de direitos.

Dos muitos estudos que têm se desenvolvido com relação à violência depreendem-se alguns elementos essenciais para sua análise e compreensão. A partir da análise que autores *do Centro Latino Americano de Estudos sobre Violência e Saúde - CLAVES/ ENSP/ FIOCRUZ* têm produzido sobre a relação entre violência e saúde, e da crítica que têm feito a

diferentes formas de abordagem, destacamos alguns pontos fundamentais, a considerar em nossa reflexão.

Uma das tendências ressaltadas e problematizadas por eles, no campo dos “estudos sobre violência”, foi a de tomá-la exclusivamente como *parte constituinte da natureza humana* – as abordagens de cunho mais exclusivamente psicologicista e biologicista. Muito mais abrangente do que nesta perspectiva de análise, a violência é hoje percebida como um fenômeno bio-psico-social complexo. Ela é gerada e se desenvolve nas relações sociais, onde os cidadãos são, ao mesmo tempo, sujeitos e objetos da violência na vida em sociedade. A categoria deve, por isso, ser entendida e analisada em *rede*, não podendo ser tratada de forma *fatalista*, o que redundaria em geral em visões unidirecionais e preconceituosas do tema. Outra tendência destacada foi a de considerá-la como uma *entidade em abstrato*. Ao contrário desta idéia, ela deve ser entendida como expressão específica de relações sociais, que assumem características próprias, sob as várias formas de agressões físicas e psicológicas, delitos, maus-tratos, desigualdades, injustiças e impunidades que testemunhamos a cada dia. Sua visibilidade, compreensão e representação social são diferentes, em função da sociedade e cultura que se considere. Faz-se imprescindível adotar uma perspectiva histórica de análise, especificando sua dinâmica, no tempo e no espaço, e correlacionando-a com outros fatores. Em síntese,

entende-se a violência como um fenômeno gerado nos processos sociais, que atinge o âmbito das instituições, grupos e indivíduos, sendo desigualmente distribuída, culturalmente delimitada e reveladora das contradições e das formas de dominação da sociedade. (Souza, 1996)

Fenômeno multicausal, a violência abriga fatores internos e externos, aspectos qualitativos e quantitativos, dimensões particulares e gerais. Sua abordagem teórica e metodológica entrelaça saberes e práticas de várias áreas, devendo ser portanto foco de estudos multidisciplinares. Minayo apresenta-nos uma categorização das distintas formas de violência, em que distingue *Violência Estrutural*, *Violência Cultural*, *Violência de Resistência* e *Violência da Delinquência*. Ressalta que estas diferentes expressões devem articular-se dentro de uma visão de “*rede*”, o que é brilhantemente ilustrado pela citação de Domenach (apud Minayo, 1994: 07):

(...) *cada manifestação particular (da violência) se articula com as outras. Só se pode entender suas formas mais brutais e atroz, em rede com situações menos escandalosas que se escondem e são protegidas por ideologias e instituições respeitáveis como, à vezes, a Justiça ou a Família. A violência dos pequenos grupos deve ser relacionada com a violência do Estado; a violência dos conflitos, com a ordem estabelecida(...)* A compreensão da rede, do específico e do diferenciado induz a trabalhar num quadro mais amplo do que aquele que atinge apenas os aspectos institucionais, estruturais e oficiais, e a buscar na própria sociedade as raízes de mudança.

A nossa motivação central neste trabalho define-se pelo que o autor pontua como a busca destas raízes de mudança, no discurso e realidade daqueles que a vivenciam tão de perto, para assim tecer uma rede coletiva de saberes e de práticas. Como fios dessa rede, lançamos mão da caracterização dos tipos de violência proposta por Minayo.

A *Violência Estrutural* vem referir-se à violência de âmbito sócio-econômico e político e se expressa nas desigualdades sociais, nas expropriações das condições básicas de saúde, educação, habitação e emprego, nas exclusões social e moral de determinados grupos e classes.

Violência Cultural é o termo usado para designar as diferentes formas de discriminação racial e étnica, religiosa, de gênero, e de grupos sociais diversos, com a valorização de atos violentos para a solução de conflitos e diferenças. Ela apoia-se, em geral, na violência estrutural, reforçando-a e sendo reforçada por ela.

A *Violência da Resistência* abrange as diferentes formas de resposta à violência estrutural, por parte dos grupos, classes, nações e indivíduos oprimidos. Esta categoria é muitas vezes objeto de contestação e repressão, tanto por parte dos detentores do poder, quanto do ponto de vista filosófico, sob a alegação de que não seria adequado responder à violência com violência. No entanto, na sociedade, violência e justiça se encontram numa complexa unidade e, segundo as circunstâncias, pode-se identificar “uma violência que aniquila a justiça e outra que a restabelece.”

A *Violência da Delinqüência* refere-se aos atos socialmente designados como criminosos, como fora da lei reconhecida numa dada sociedade. Sua análise precisa passar pela

compreensão da violência estrutural e cultural, visto que a desigualdade, a alienação do trabalho e nas relações, o menosprezo de valores e normas, em função do lucro, o consumismo, o culto à força e o machismo são alguns dos fatores que contribuem para a expansão da delinquência. Na sociedade, esta é a ordem de ações e representações mais comumente identificada com o termo “violência”. Numa visão reducionista e preconceituosa, se “criminaliza a pobreza”, colocando-se segmentos inteiros como suspeitos na promoção de atos violentos. Ainda em grande parte das teorias sobre a violência, ela aparece vinculada de forma unívoca à pobreza. Cruz Neto (1995) afirma a importância de se negar a linearidade entre estes termos, pois que esta visão tende a fixar a origem da violência em certo tipo de pessoas (pobres) e espaços sócio-geográficos (favelas e periferias das grandes cidades), através de teorias fatalistas e maniqueístas, como numa espécie de “determinismo sociológico”, que define a pobreza como um meio social “carente de moralidade básica do humano”, ou “meio de cultura” para o aparecimento do criminoso. O autor explicita que tal relação existe sim, mas em dois aspectos centrais: (1) de que são os pobres as maiores vítimas da violência estrutural; (2) de que são eles que perfilam as estatísticas de mortes violentas, configurando assim um grupo de risco para o extermínio em geral. Pobreza e miséria são, portanto, facetas da violência estrutural que, numa análise mais aprofundada, devem ser combinadas com outros tantos fatores, como a violência cultural e os processos econômicos e políticos mais amplos.

O campo do crime traz atos violentos de extrema importância, sendo que, por trás dele, podem estar presentes aspectos que os influenciam, nem sempre considerados como violentos (Cruz Neto, 1995). DaMatta (1982) ressalta a importância de se evitar, na análise da delinquência e da violência, por conseguinte, o viés valorativo e normativo, ou seja, o discurso a favor ou contra, que dificulta o entendimento de um fenômeno que se constitui como um desafio para a sociedade e não apenas um mal, podendo ser inclusive elemento de mudanças. Portanto,

“(...) o crime deve ser sempre relacionado à norma; o desvio à regra; o conflito à solidariedade; a ordem à desordem; o cinismo à consciência e ação sociais. Porque o crime e o castigo, a ordem e a desordem, a violência e a concórdia revelam, também, as formas de propriedade e de governo, bem como as leis do mercado.” (apud Minayo, 1994:08).

Neste sentido, questões aparentemente díspares, como tráfico de drogas, violência intrafamiliar e precariedade da cidadania podem ser entendidos em sua correlação, numa visão menos determinista e unilinear, numa abordagem de “rede”.

Ao escolher e destacar os trechos das entrevistas preservamos seqüências por vezes extensas. Acreditamos que dessa forma podemos melhor apreender a estrutura de relevância dos sujeitos. Os trechos trazem conteúdos multifacetados, dos quais selecionamos um foco para ser discutido. Nós os mantivemos em sua totalidade, desejando abrir caminho para outras leituras e articulações. Temas eventualmente ignorados serão algumas vezes discutidos mais adiante, quando o abordarmos de forma mais específica. Dessa maneira, algumas idas e vindas em certas reflexões se fazem inevitáveis. Não conseguimos nos furtar de retomar, às vezes nos repetindo, dados da história de alguns sujeitos, julgando pertinente recuperar o contexto da fala, em seu desenho particular.

Escolhemos iniciar nossa análise a partir das observações dos entrevistados sobre as mudanças ocorridas na comunidade. Elas nos conduzem para os dois eixos centrais de vivências. Referente, um deles, à violência ligada à estrutura de vida e moradia, e o outro ao campo da criminalidade, nos seus mais diversos aspectos. Pretendemos, através das falas destacadas, trazer a percepção de como estes dois eixos se entrelaçam e se reforçam, o que pode ser observado na seqüência abaixo:

A situação daqui mudou porque antigamente nós tínhamos que pegá água lá fora. Subir ponte, passá pelo buraco, se arriscando a vida pra atravessar e pegá água. Também não era assim com asfalto, era barro. Ah, mudou bastante, em vista do que era. (...) Mas na violência pra mim continua a mesma coisa. Porque mesmo os cara num tendo aqui, mesmo assim acontece as coisa. Mesmo num tendo os bandido tem as polícia. Eles mesmo faz as covardia deles. O pior é que é com as pessoas assim, moradores, sem ter nada a ver. Invade as casa, bate. Como eu já vi muitas pessoas apanhando aí sem ter feito nada. (Rosa,17)

A maior parte das respostas dos adultos à indagação quanto ao que mudou em Vigário Geral trouxe referências à precariedade das condições de moradia, fora e dentro da comunidade. A “escolha” da favela como moradia impunha-se, em geral, pela expulsão de outros lugares, pela expropriação, por ameaças pessoais e o medo da violência, como também por mudanças decorrentes de conflitos de família, perdas por morte ou prisão ou a vinda da roça à procura de um familiar, de uma condição melhor de vida. Dona Conceição (50), por exemplo, mora há trinta anos em Vigário Geral. Passou a infância na roça, com a família, mas vieram tentar a sorte no Rio. Eles voltaram e ela ficou, morando na rua, com duas

filhas. Num albergue, conheceu seu companheiro. Quando este foi preso, ela foi morar em Vigário Geral, onde ele tinha um barraco, mas não podia transitar. A chegada a este espaço já é portanto pautada por um processo de exclusão crescente, em que a violência se coloca como definição do trânsito espacial. Quando eu pergunto a ela se tinha passado por alguma situação de violência, nega. Mas ao reconduzir a questão, ela traz o “morar na rua”, em si, como a situação mais violenta da vida.

Graças a Deus, , não tive violência.(...) Acho que a coisa mais forte na minha vida foi morar na rua. É horrível, dá medo, a gente dormir na rua é se arriscar. Tem medo de amanhecer morta, de assim... um home abusá.

O termo violência se reserva a situações extremadas de agressão, morte ou estupro, o que nos deixa a impressão de um “anestesiamento”, pela freqüente exposição ao abuso físico de várias ordens e pela sua naturalização. Outra entrevistada, desta vez uma jovem, traz uma história de “peregrinação”, que a levou a morar em diferentes casas e famílias, das quais era obrigada a sair, sendo expulsa ou fugindo, porque sofria alguma agressão, preconceito ou ameaça, ou por precisar se proteger, como veremos adiante.

Eu moro aqui há 4 anos. Antes nós morava lá no () mas meu padrasto teve uns problema lá dentro, com os bandidos de lá e os bandidos queria matar ele. Minha mãe ficou com medo, veio morar aqui na casa da minha tia () Ficamo morando lá um tempão. Até durante o tempo que minha mãe tava trabalhando, ganhava dinheiro, tava tudo bem. Depois um tio meu, André, marido da minha tia, vivia me batendo eu não gostei. Me batia com esses chinelo Rider, ficava a marca dele inteirinha. Ai eu fiquei com raiva e sai de lá. (Lucimar, 18)

Seu Benício é o entrevistado que mora há menos tempo em Vigário Geral. Ele chega à comunidade por ter “sofrido” assaltos. Os três adultos deram destaque a essa vivência que nos pareceu vitimizar especialmente os mais velhos, ainda que vivendo em situação de extrema pobreza. Eles tornam-se alvos fáceis do ato criminal que reflete, segundo Seu João (59), uma miséria maior do seu autor, quando relata ter sido assaltado no ônibus por uma adolescente da própria favela. A experiência de chegar a Vigário Geral sem nada foi comum a todos os entrevistados ou a suas famílias, reforçando a idéia de construção e de identidade com a favela, principalmente nos mais velhos.

Dona Conceição (50) relata, na sua trajetória de moradia, a vivência de abandono da família. A mãe, que viera ao Rio para tentar sobreviver, abandonara os filhos aqui. Ela narra a forte pressão da situação que seus pais viveram, relacionada a uma questão de terra e trabalho e ao afastamento de suas referências culturais. Sua separação definitiva da família deu-se

porque a mãe voltou a Cantagalo, aonde passara sua infância com a família, “sem se despedir dela”. Ela ficou magoada, o que alega como razão para nunca mais voltar a vê-los.

Ela foi embora porque ela não gostou daqui do Rio. Ela gostava mais de lá, porque lá é que tinha o estilo dela, e ela gostava muito de andar pra festa, ia pra casa dos parente, dos irmão, pras fazenda. Lá tinha mais liberdade. (...) Mas nessa casa onde a gente tava morando, a gente não podia fazê nada pra gente, só pro patrão. (...) A gente podia tirá pra gente, mas não podia vendê nada. Ai ela não gostou. (...) Eu fiquei sentida, achei que ela não devia ter feito aquilo, e esperava que ela viesse pra eu despedir dela, que eu ia compreendê... Eu senti, chorei pra caramba, porque eu gostava muito dela e ela gostava de mim, mas aí eu então não volto mais.

Ela nos traz uma situação “afetiva” que evidencia a pressão econômica e social, que vem incidir sobre a questão privada de indivíduo e família. Morando com seu irmão no Rio, Dona Conceição sente-se novamente rejeitada, ao perceber que sua cunhada não achava certo o seu irmão sustentar ela e a filha. Novamente a situação econômica desarticula o vínculo de família, redundando no abandono e risco ainda maior de Dona Conceição e das filhas: “*Eu achei que era melhor ficar sozinha, seguindo o destino da minha vida*”. A idéia de pobreza como destino apareceu em mais de um relato, nos passando a idéia de isenção, para o sujeito, da possibilidade de interferir na situação de exclusão em que se encontra. Viver na rua foi a única saída encontrada, e o local em que conseguiu construir e fazer parte de uma rede própria de ajuda, contando com aqueles que estavam numa mesma situação de abandono social.

Não sei se era porque as garotas era gêmea, aí o pessoal gostava. Só que os que chamavam de mendigo, não era bem mendigo, porque não tava decaído, tava pessoa nova, podia lutar pra sobrevivê. Aí, uma ajudava, outra tomava conta, tinha muito assim (...) Na sarjeta, que a gente chamava de maloca, tinha gente que tinha parente. A gente ficava ali mas uns tinha casa onde não gostava de ficar, achava que ali era um modo de fugir deles né, aí eles me ajudavam. Um ficava com a garota, a gente ia apanhá água, todo mundo com seu baldinho, lavava roupa (...) a lembrança mais forte que eu tenho dessa época era no dia do Natal, que a gente reunia o pessoal, aí eles dava brinquedo pras garotas... e a gente procurava não ficar mais dentro da lama. Ficava assim... a gente sabia que um dia a gente ia sair dali ...”

O que sustentava a sua sobrevivência na rua era uma rede de conhecimento, que lhe garantia pequenos serviços, alimentação e solidariedade. O seu relato dá destaque a violência da situação de desterro e desamparo presente na “migração”, principalmente a solitária mudança espacial em situação de pobreza. Nessa situação, sobreviver era acreditar na possibilidade de mudança, o que a fazia não se entregar, não tornar-se mendiga. A circunstância mais difícil do início de sua vida em Vigário Geral é que então se viu isolada dessa rede que lhe permitia a sobrevivência, pois aí não tinha amigos, ao contrário da rua.

Aí eu vim pra cá, mas aqui que foi o pedaço, porque aqui eu não tinha conhecido quase nenhum (...). Eu tinha que descer lá pra baixo pra arrumar comida, porque lá tinha mais conhecido. Com criança pequena o pessoal me ajudava, na feira. (...). Eu não trabalhava, porque não tinha quem ficasse com as garota, essas duas gêmeas. Aí, depois de um tempo, eu comecei a me firmar aqui, o pessoal me ajudar. Aí, com mais conhecimento, foi mais fácil eu sobreviver. Graças a Deus, até hoje... A gente tem uma fase na vida alta e outra baixa.

Manifestando grande confiança, inspirada por um sentimento religioso, Conceição afirma mais uma vez a importância do “conhecimento” para “sobreviver”. Essa experiência parece partir da profunda sensação de isolamento a que se viu submetida com dois bebês e sem dinheiro, morando na rua. Para Abranches (1987), ser pobre é definido, de maneira muito simples, como consumir todas as suas energias na luta apenas pela sobrevivência. Ao entrar em contato com este e outros relatos, esse sentido de existência fez-se presente como resultante das diversas formas de violência.

A história de ocupação da comunidade, que abrigou moradores de diversas favelas num reassentamento desordenado, mostra outros aspectos dessa “sobrevivência”, que vem somar-se à fome e desterro relatados por Conceição. Alguns dos entrevistados colocam-se como pioneiros na utilização de um terreno a princípio inabitável - uma região de mangue, alagável, isolada entre a linha férrea, a rodovia e o rio. Os cinco adultos entrevistados deram ênfase à dificuldade destes tempos de início de ocupação da favela: à lama, às pinguelas que davam entrada às casas, às enchentes, à falta d’água e aos atropelamentos. O tom das falas sugere a sensação de um local fora do mapa, da falta de escolha, de uma sobrevivência fincada naquele solo, como o “lixo” com o qual se fazia o chão. Se a morte, a perda de amigos e parentes hoje é determinada muito mais pelo uso da arma de fogo, ela antes já acontecia como decorrente do tipo de violência que se fazia presente pela ausência de segurança “estrutural”.

Tudo aqui era barraco, táuba, tudo caído, uma lama danada. (...) O problema era que as pessoas botavam lixo na rua. Botavam lixo pra poder aterrar e melhorar. Faziam uma passarela pra gente poder passar. Aqui, nessa travessia aqui, já morreu muita gente. E era isso que tinha. Já morreu até o meu afilhado, morreu aí. Sobrinho e afilhado, morreu aqui na linha. A 50 metros aqui da entrada. O trem pegou, matou. (Messias, 53)

Ao compararem a favela de outrora com a de hoje os adultos referem-se a uma grande melhoria neste aspecto. Seu João (59) coloca-se como autor dessa história, como construtor de uma condição melhor de vida na favela às custas de muito sacrifício, o que denotou pra nós um sentido de identidade e pertencimento trazido por esta geração.

(...) a gente buscava água lá pra perto de Jeneci. Ai, tinha que fazer uma fila, e carregava a água de lá. A gente tinha que buscar aterro lá de fora pra poder aterrar aqui o barraco da gente. E a gente ainda andava numas tábuas de 20 cm, tinha umas que tinha até 15. Isso aqui era tudo cheio d'água. (...) Mas eu hoje não devo nada obrigação à Associação não. Eu devo à própria minha pessoa. Porque a minha rua, se ela tá aterrada fomos nós que aterramos. Fomos lá fora buscar terra e aterramos. A associação não fez nada não.

Nessa fala ouvimos também a negação de meios, que não o individual, familiar ou de vizinhança na melhoria do espaço, quando o entrevistado menciona a desconfiança da associação, acusada em seguida de manter interesses privados. O lugar de onde fala, se nos atentarmos a toda sua entrevista, parece ser o de convicção de não acreditar ou contar com a “instituição”, seja ela governo, empregadores, associação, hospital ou escola, para a sua sobrevivência.

Os tempos de tiroteio e a chacina parecem roubar o sentido de pertencimento que Seu João e outros manifestaram, fazendo presente a sensação de território alheio, tomado, de não envolvimento e de impotência pois novas relações de poder baseadas na força se superpõem às relações de vizinhança, amizade e de construção da comunidade. Inauguram-se a desconfiança e a lei do silêncio. A violência ligada à criminalidade é trazida como contraponto na avaliação do que mudou na comunidade, sobre o que as observações divergem, apresentando-se em muito relacionadas ao grau de inserção social do sujeitos, no presente e ao longo de sua história, o que envolve moradia, estudo, trabalho e sua rede social, composta esta por integrantes da família, trabalho, escola, amigos e, no caso especialmente das senhoras com quem conversamos, pela igreja.

Percebemos que a vivência de formas de violência ligadas ao universo da criminalidade vem agravar ainda mais o quadro de exclusão. E quanto mais isolado o indivíduo se encontra de uma rede que lhe proporciona ajuda e proteção, mais esse sujeito se coloca exposto à vivências dessa ordem. Estas vivências atualizam a mensagem de desmerecimento do valor da vida que se dá através de outros tantos “desmerecimentos”: do local de moradia, das amizades, da confiança, da capacidade de trabalho. A constante exposição da morte, que tem a chacina como sua maior expressão, acirra o sentimento de desvalorização da vida, que passa também pelo desrespeito à condição de sujeito e de cidadão. Sair da favela foi, durante o tempo em que trabalhamos lá, o desejo maior de todos os moradores, pelo medo, pelo risco de vida que a chacina colocou na porta de cada família. Este desejo se contrapõe à

luta de construção da comunidade, da casa de alvenaria exposta com tanto orgulho, construída ao longo do trabalho de 35 anos.

Eu certamente já quis sair daqui. Sabe o motivo? Eu não tinha sossego. Eu trabalhava a noite, trabalhei num prédio, pra ver como é as coisa, colega...eu sou cara já mais ou menos experiente da vida...Não tem estudo que quando meu pai morreu eu fiquei com três meses de nascido. Minha mãe pobre. Quando eu cheguei a época de estudar, eu tive que fazer o seguinte, eu tive que trabalhar. Ai eu trabalhava de noite e não tinha sossego pra dormir de dia. Trabalhava de noite, como é que eu ia dormir? De dia não tinha jeito que era tiro né. Ia até a noite alta. Eu ia morar em outro lugar qualquer.(...) Hoje realmente , eu digo, o que eu já passei e o que eu tenho hoje em dia, eu tenho bastante coisa já. Eu vim pra aqui morando num barraquinho, agora graças a deus tenho uma casa de tijolo, pra mim já é uma grande vitória, não é não? Tem muita gente que peleja pra conseguir um barraco, pra conseguir uma casa e não consegue. Mas tudo também depende muito do esforço da pessoa também.(...) A favelinha agora tá calma, tranqüila...isso aqui a gente fez com o maior suor, a gente deixar isso aqui de uma hora pra outra é dose. (João, 59)

Durante os anos de trabalho em Vigário Geral escutei muitas vezes os moradores repetirem que seu maior desejo era poder se mudar dali por causa dos tiroteios e mortes presenciadas. Este desafio trazia consigo enorme conflito. A partir das entrevistas expõe-se que a mudança geográfica traz imensas dificuldades para o sujeito que consegue estabelecer em seu local de moradia inúmeros vínculos de apoio e de identidade que lhe remetem à condição de sujeito.

Ao colocar a pergunta sobre as mudanças ocorridas na favela cada morador remonta a um aspecto, a um tipo de mudança, mais remota ou recente, que para ele fez diferença. A ocupação da favela pela polícia, que se deu nestes últimos tempos, demarcou um novo momento, assim como a chacina e a vinda das Ongs. Para Dona Luzia (56) esta ocupação representa a possibilidade de um menor “envolvimento” dos moradores com as vivências que o tráfico impõe dentro da favela.

Com todas as desgraças que está acontecendo hoje é melhor. (...) Miôra pra todo mundo, fica entre eles mermo, aí morador não entra nesse meio, só com eles mermo. Já aconteceu de matar dois, três, eles mermo faz, eles mermo resorve, eles mermo sofre.

Esta senhora vive dentro de casa e para a família. Sua casa , rodeada por um quintal com muitas árvores tem grades e grandes portas que a separam da rua e denotam a tentativa de isolamento, necessidade expressa por muitos moradores. Ela parece traduzir um esforço de diferenciação vinculado à “sobrevivência” na favela e possibilitada pela manutenção do próprio universo cultural (no seu caso de origem rural e nordestina). Ele se expressa numa religiosidade exacerbada com forte conteúdo moral e numa rígida educação cujo esforço

apresentado é, freqüentemente, o de “diferenciar-se”. Quando se refere a “eles” naturalmente iguala policiais e “bandidos”, no seu potencial de gerar sofrimento e provocar violência.

A jovem *Lucimar* (18) ressalta a melhoria da favela em termos estruturais, ao mesmo tempo que comenta que isso não representou uma mudança no sentido pessoal. Ela não conseguiu emprego, apesar de terem sido abertas novas frentes de trabalho na comunidade. Traz-nos também o medo de um retorno aos piores tempos de Vigário Geral, referindo-se à “aparência” da favela, à marca dos tiros nas casas, como um estigma. Este destaque parece expressar a identificação da imagem da favela com sua imagem pessoal e o seu processo de vida. Ao falar da melhoria da favela, Lucimar se coloca em primeira pessoa, “eu melhorei...”.

Mudou em bens materiais, em tudo. Hoje em dia nós temos lixeiro na comunidade que não tinha. O serviço deles ajuda muito também . Mas eu ainda não consegui serviço. Mas uma prima minha se inscreveu e conseguiu. Tem o negócio da bolsa ali na Casa da Paz. Eu me inscrevi mas eu não consegui, já acabou também, agora tá abrindo de novo. Então eu acho que eu melhorei...E fora a aparência da favela melhorou muito porque tem certas casas que era toda furada de tiro que não é mais. Como tem aqui na esquina, você já viu, aquela casa ali, como é horrível de tanto tiro? Aquele poste ali como é horrível de tanto tiro? Às vezes eu olho p'raquele poste e fico achando “Ai meu Deus, eu não quero que aquele tempo volte” Inclusive eu, naquela época, morava aqui sozinha.

Com a polícia aqui dentro , algumas pessoas diz que tão mais protegidas, mas a coisa não é bem assim..Não é não. Algumas pessoas como eu, com eles aqui me sinto bem e não me sinto, porque eles são muito traiçoeiros. No dia em que eles quebraram o braço do garoto, eu tinha ido lá em Lucas, no Corpo de bombeiros, buscar a bicicleta. Eu tava vindo, o garoto já tava lá no Postinho, ali em frente ao Brizolão. Eu escutei o garoto falando: “eu cheiro, mãe, eu cheiro mãe? E os polícia falando: “cala boca, se não eu vou te quebrar aqui mesmo”. Eles respeitam morador, desse jeito? Não respeita. Do jeito que eu escutei, tinha mais pessoas, também escutaram. Então quer dizer...eles não respeitam o morador tanto assim, não respeitam.

Pensamos que esta forma com que Lucimar, de uma melhoria estrutural, parte para o desejo de mudar e suas dificuldades nesse sentido, reflete o quanto a imagem do local, suas marcas e impressões, associa-se à situação de bem estar do indivíduo e a uma sensação de haver futuro. No correr de sua reflexão, ela conta dos espancamentos que continua presenciando, e da sensação de desrespeito e medo que experimentou, contrários à suposta mudança de atitude dos policiais, que muitos apregoam. Tendo enfrentado uma situação de terror e espancamento dentro de sua casa, como relatado mais adiante, essa sensação é sublinhada. A sua vivência aumenta ainda mais o impacto do caso que nos conta, com indignação e desesperança.

Ela mora perto da “boca”, numa situação de muita pobreza, com o filho e o irmão, doente e aparentemente drogado. Desconfiava, neste momento, que o namorado tivesse sido preso, pois estava desaparecido. Não está trabalhando ou estudando, e por não ter nenhuma ventilação dentro de casa, passa grande parte dos dias sentada próxima a sua porta, na rua. Sua perspectiva parte portanto de uma situação de extrema exclusão, que vem agravar ainda mais os fatores de risco ao seu redor, como estar na rua, chamar a atenção e suscitar a desconfiança da polícia, presenciar inúmeras agressões, circunstâncias que a colocam ainda mais vulnerável às diversas formas de violência.

Rosa (17) também fala de um lugar de duras vivências e daí constrói o seu olhar. Mesmo assim ela se identifica com a comunidade, onde tem amigos e conhece todo mundo. Considera a melhoria das condições de vida em Vigário Geral, contrastada com a violência que continua a ameaçar. Embora a situação de vida esteja mais calma, pela sua experiência, não vislumbra mudança na violência policial, por quem toda família foi pesadamente vitimizada.

(...) eles pegaram a minha mãe e bateram. Eu não podia fazer nada... também.. eu não tava nem aqui... Mas sei lá, não sei nem o quê que pensar...Porque meu pai também morreu por causa disso, sabe? Por causa dos policiais. E é uma situação muito desagradável. É que... se fosse pra escolher entre eles e os bandidos, eu preferia que os bandidos ficassem aqui. Porque pelo menos a gente tem mais uma confiança. Confia mais neles do que nos policiais.

Ter confiança nos bandidos significa saber que eles obedecem a certas regras, mínimas, de respeito aos moradores que, segundo os relatos, os policiais reiteradamente desconsideram. Rosa e sua família viveram o extremo deste desrespeito através de um assassinato a céu aberto, da anulação mais completa da pessoa, da família, da ordem. O sentido desta desconfiança é amplo. Suas conseqüências colocam-se para além da revolta, citada por muitos. A socialização dos moradores de Vigário Geral tem como ingrediente a referência de inoperância e de horror à polícia, e por extensão às instituições, ao poder público e governo, um aprendizado de desconfiança e desesperança que a violência ensina.

Não adianta a polícia ocupar um lugar, se eles mesmos são os próprio bandidos. Porque a maioria das pessoas agora tão confiando mais em traficante do que em polícia. Não adianta. Você falar melhorou, 100%. Não adianta. Os bandidos mesmo são as próprias polícia. Aí tem aquele negócio: “Ah, melhorou!” - “Ah, não melhorou, preferia os caras”. Não adianta nada, eu fico no meio. Os polícia, com elas aí ou não, por mim não faz diferença nenhuma. Porque se tiver que voltar, o tráfico volta, se não tiver que voltar, não volta. Mas pra mim não faz diferença nenhuma. (Netinho, 21)

Três dos cinco adultos entrevistados são analfabetos, trazendo uma infância de trabalho na roça em que a possibilidade de estudar sequer se colocava. A frustração referente à falta de estudos foi geral, nos 12 moradores, na maioria das vezes contraposta à necessidade de trabalhar desde a infância. Deposita-se na impossibilidade de estudar a mais freqüente justificativa quanto à sensação de “fracasso” no campo do trabalho.

O que eu lamento é só não ter estudo. Porque o problema todinho é só esse. Se eu fosse uma pessoa que tivesse estudo, aí minha situação realmente seria bem melhor que hoje em dia. Porque o cara, quanto mais estudo tem, mais dinheiro ele ganha.” (João, 59)

Acho que ser pobre é ruim. A gente deveria ter mais facilidade. Esse é o meu trauma. O que mais me fez falta foi não poder estudar, não poder me formar. No caso da senhora, pra poder se formar, seus pais devem ter lhe ajudado muito...Eu, pelo contrário, quando eu comecei a sobreviver, me atiraram num trabalho de qualquer forma, até as onze da noite, pra poder levar pra eles e ... até hoje ... (Benício, 57)

Seu Benício demonstra-se muito entristecido por uma história de privações e responsabilidades com a família, a ponto de declarar-se “traumatizado”. Ao referir-se à violência, utiliza a própria história como definição, na qual o sentido de continuidade da pressão social da pobreza é colocado como determinante. Dona Luzia (56) nos traz também o exemplo de uma vida desfocada das próprias necessidades e interesses, justificada pelo papel que assume, de dona de casa, migrante da roça, o que relata com um pouco menos de indignação, encarando o seu caminho como “natural”.

Estudei...estudei não, eu via os outro estudando (...) Eu acho que cheguei um mês. Mas tinha que trabalhar na roça, como é que eu ia?(...) Eu cheguei a ter vontade, mas não dava pra mim estudar. Dava não porque em casa de família a gente trabalha até dez horas da noite. Algumas vezes que eu aprendi algumas coisas, escrever meu nome, escrever jornal. Até escrevia, num sabe, mas esqueci depois de velha...Às vezes eu leio tudo, compreendeu, mas pra escrever falta letra. Mas aprendi vendo os outros lendo, os outro estudando...”

Seu João (59), ao longo de nossa conversa, muitas vezes mencionou seu desejo de estudar, o que me fez perguntá-lo se já tinha tentado depois de adulto, sendo tão importante para ele. Surpreendo-me quando fala que “nunca deixou de estudar”, ao mesmo tempo em que apresenta-se como analfabeto. Sua justificativa vai ao encontro do stress da própria vida. Enquanto fala do estudo, seu discurso se intercepta por situações de trabalho, o grande foco de sua vida e de suas frustrações. Apresenta-nos todo o seu “aborrecimento” de não “conseguir aprender”, embora nos traga justificativas tão claras para suas dificuldades e demonstre sua persistência. A sensação de desvalorização representada pela falta de estudo se imprime fortemente em sua auto-imagem.

Eu estudei na associação, com uma menina lá de fora que dava aula pra gente. Trabalhei muito em construção civil, ponte Rio Niterói, trabalhei muito ali, quando deu aquela explosão. Eu tava trabalhando lá no meio quando explodiu. Morreu aquele engenheiro de SP, morreu daqui do Rio...Ai eu não parava não. Porque você chega pra conseguir o emprego, qual é o diploma que você tem, primeiro ou segundo? Ai você responde assim “eu não tenho nenhum não. Só sei assinar meu nome e ler alguma coisinha”. Eu sinto aborrecido de eu não ter estudo.(...) Agora não dá mais tempo não. Eu tô muito velho.(...) Porque sabe o que é? Um montão de problema que a pessoa tem, não dá pra encaixar mais o estudo não. Você tá no estudo pensando nos problemas que vai ter que realizar dentro de casa e você não consegue... você não consegue de jeito nenhum ir pra frente. Em vez de você aprender, desaprende. Entendeu? Eu nunca deixei de estudar não, só que não encaixava nada na cabeça. (...) Não aprendia..(...)Toda a vida eu tive vontade. O que eu fico aborrecido é que às vezes eu penso que vou escrever, e eu não consigo escrever aquilo...

Este mesmo senhor que relata o imenso esforço que precisava fazer para estudar, diferencia a geração de seus filhos da dele, afirmando que, no caso deles, não estudaram porque não quiseram. Expõe a concepção de que o pobre já deve contentar-se por não ser analfabeto, idéia vinculada a sua vivência, e de certa forma proposta às gerações seguintes. Recordo-me a situação de uma cliente cujo maior obstáculo para estudar era a constante mensagem do pai, negro, que insistia com a filha que não adiantava que estudasse pois os negros não podiam ir longe. Embora a fala de João não traga esta ênfase, o dado de preconceito ligado à raça, à pobreza e à marginalidade é frequentemente trazido pelos sujeitos, colocando-se como obstáculo a mais para a educação.

Igual eles não estudaram mais porque praticamente acho que não quis. Porque até a oitava série esta daí fez. A Marlene quase se formou. Agora, o Júnior, foi até a quinta série. Aquela ali foi até a sétima. Como pobre acho que tá bom. Não tá não? Não é analfabeta.

Alfabetizar-se é um valor extremo que o próprio João não conseguiu concretizar. Embora aludindo ao fato dos filhos não aproveitarem uma chance tão especial, explicita um limite, determinação, que coloca o pobre fora do ideal de conclusão escolar, e portanto da escola como caminho para a profissionalização. Nesse sentido demonstra-se “até” orgulhoso dos filhos terem ido tão mais longe do que ele. Seu Benício (57) traz uma visão um pouco mais crítica destes limites à educação, colocando no governo a responsabilidade por este “fracasso escolar”.

Qual a escola pública que nós temos aí, que o Governo deu condições de fazer todos os graus? Um pobre tem condições de tirar uma contabilidade? Tem condições de formar um médico? Tem condições de formar um engenheiro? Não tem.

A idéia do jovem “não querer estudar” apareceu diversas vezes nos relatos nos fazendo questionar sobre suas raízes nesse contexto. A paralisação dos estudos apresentou-se nas

três jovens como um caminho ainda “natural”, muito embora nessa geração seja um pouco mais corrente ultrapassar o analfabetismo. Nos trechos relacionados apresentam-se vários fatores como justificativa: a dificuldade de pagar o material, de se sustentar, o preconceito, e principalmente a gravidez precoce que tantas formas de violência revela e outras tantas acarreta. Curiosamente, no primeiro relato, Rosa (17) afirma que não estudou porque não quis. Insisti na pergunta, atenta à história de privações que já relatara.

(...) Porque eu tive a oportunidade de estudar, eu que não quis. Pra mim poder me apegar logo a namorado. Mas também não tinha nem...como eu digo: “eu não quero estudar”. Foi porque no tempo que eu tava estudando, tava na 5ª, os livros da escola era R\$ 15, 00 cada um. Sete livros. Aí então eu preferi não ir pra escola porque a professora ficava sempre cobrando e minha mãe não tinha dinheiro pra comprar material de escola, não tinha dinheiro pra comprar roupa. E era uma situação muito desagradável. Todo mundo ficava me zoando. Aí, eu falei: “Ah, eu não vou mais pra escola, não”. (...) preconceito de cor, eu já sofri muito na escola, claro, meu cabelo que era duro...e porque eu não ia arrumada, por causa que eu não tinha isso. E as meninas assim, que tinham material todinho, andava arrumadinha na escola, elas não ficavam junto comigo não. Sentavam em mesas diferente. E eu ficava olhando pras outras garotas que era assim igual a mim, sabe? E aqui também, quando eu estudei no Jorge Gouvea, os meninos ficavam me zoando porque eles iam com tênis de marca, de bermuda, de saia jeans... e eu não tinha nada disso, só ia de chinelo pra escola, cara. Ai, também, é muito preconceito. Por isso que eu parei de estudar mesmo.

Razões que podem parecer menores, como a roupa, o calçado, o material, a exclusão dos grupinhos, vem atuar como graves limitadores para a permanência na escola. São portanto questões a serem trabalhadas pela própria escola mas acabam em geral passando ao largo da educação. Na superação dos obstáculos que interceptam essa trajetória cabe a ela a abordagem e solução de conflitos como este. Para tal coloca-se a necessidade de discussão junto a professores, funcionários, famílias e alunos de caminhos de prevenção a formas específicas e próximas de violência. No caso de Lucimar (18), as interrupções acompanhavam o ciclo de desemprego, desabrigo, e de luta pela sobrevivência.

Mas era sempre assim. Estudava o ano todo, no final do ano não tinha dinheiro, ficava todo mundo sem estudar. Nisso eu e meu irmão repetimos o CA umas cinco ou seis vezes. Porque sempre no final do ano a gente saía da escola. Depois que a gente veio pra cá pra favela, estudamos ali no Brizolão. Eu repeti a primeira, a segunda e a terceira. Do Brizolão eu fui morar lá na minha irmã. Aí eu comecei a estudar lá, supletivo. Aí repeti a segunda, fiz a terceira, a quarta, passei pra quinta e saí da escola. Aí eu vim morar aqui de novo e como eu queria casar, eu parei de estudar. Aí eu conheci o pai do meu filho e a gente foi morar junto. Eu só pensava em trabalhar e manter minha casa com o pai dele, era só nisso que eu pensava. E sair da favela que sempre foi um grande sonho. Essa favela, eu não sei o que acontece com ela que muita gente aqui não consegue ir pra frente. E uma dessas pessoas sou eu.

Lucimar projeta no espaço da favela a impossibilidade de “ir pra frente”, o que atribui a algum fator desconhecido. Como em atribuição ao “destino”, de algo que a situação social lhe coloca e as características do espaço, desvalorizado e estigmatizado, vêm reforçar.

Trabalho e escola se articulam nas histórias de vida. No esforço de sobrevivência esta última perde espaço, torna-se secundária, a não ser quando os valores familiares e sacrifício dos pais voltam-se integralmente para propiciar e permitir os estudos. Elaine, jovem de 16 anos, ao trazer-nos o relato abaixo já tem uma filha e é viúva. Pondera quanto a realizar entregas para “os meninos”, e cada vez mais a possibilidade de retorno à escola vai se fazendo remota, exigindo esforço maior para se efetivar.

Cheguei a estudar sim, cheguei a fazer ali na República. Eu ia pra terceira. Eu era bem dizer quase da quarta no Brizolão. Mas lá só tinha pra terceira. Ai eu fiz minha ficha, tudinho meu ali. Comprei o uniforme para a República à noite. Mas sendo que eu comecei a trabalhar, lá, trabalhava em pé aí chegava muito cansada. (...) Agora que já acabou o serviço eu vou ter que voltar a estudar. Vou ter que esperar junho e julho pra voltar a estudar (...) Eu comecei a namorar, né... aí perdi a cabeça. Perdi assim, só queria saber de namorar, não queria saber de nada, nem de estudar, nem de mais nada. Só mesmo de namorar.

Cabe comparar o relato desta jovem como o de seu pai, Seu Messias (53), também entrevistado nesta pesquisa. Sua concepção do trabalho infantil, em detrimento da escolarização, parece decorrer de sua experiência familiar, e realizar-se “ao revés” no caso de suas filhas, que foram envolver-se no tráfico, apontando-o como alternativa de trabalho e distanciando-se com isso, mais e mais da escola.

O governo falou assim. Os menor tem que estudar. Não. Que no meu tempo eu trabalhava e estudava. “O menor só tem que estudar”. Ele vai estudar, vai pegar o serviço de manhã. E de tarde, vai fazer o quê? Ou então, ele trabalha de tarde e de manhã, vai fazer o quê? Ele tem que trabalhar! Uma horinha ele tem que trabalhar. Ele vai chegar e pedir dinheiro ao pai dele, pra ir ao cinema, uma coisa e outra... E se o pai dele é pobre? O quê que ele tem que fazer? Nas horas vagas ele tem que fazer outras coisas lá que não vai dever. Antigamente era assim. Eu pegava meio dia e largava cinco horas. O meu pai falava assim: “Ó, meu filho, eu quero que você seja um doutor.” Não. Eu vou trabalhar e ajudar o senhor. E trabalhava. Chegava do serviço, tomava meu banho e ia estudar. Hoje em dia eles não querem mais não. Menor não pode trabalhar. Quê isso? Quem é que tá matando na rua? Não é menor? Eles tem que dar serviço pra o menor ir trabalhar em paz.

A justificativa dada quanto à paralisação dos estudos por Débora, por Rosa, e por Lucimar e alguns dos adultos como Conceição, é do envolvimento com um companheiro, da vontade de “só querer namorar”, arrematada criticamente por um sentido de “vadiagem” ou de preguiça. Ela nos chamou atenção pois se assemelha a um discurso mais moralista, disciplinar, importado da própria escola ao estigmatizar caminhos tão comuns na vida das adolescentes neste contexto. Ou então dos pais, incriminando a menina por opções que em

geral foram também as suas, e também suas frustrações, que parecem querer “expiar” através das filhas. Parecem representar ainda a própria sociedade, que coloca uma suposta “culpa” pelo fracasso educacional no indivíduo, por uma escola deficiente e distante da realidade, de uma realidade em que a sobrevivência passa ao largo dessa escola e que se impõe com muito mais veemência.

Conceição, ainda menina, trabalhava como doméstica, distante da família e de suas colegas que ficaram na roça, de onde viera. O momento de lazer, de passeio, de namoro e de convivência era a hora de ir à escola. Mas na sua fala ecoa um sentido de “perversidade” que ela própria se atribui por trapacear na hora de estudar.

A realidade mesmo é que eu ia pro colégio, mas não gostava de estudar. Eu ia fazê bagunça. Eu achava muito chato. Cheguei a aprender a ler, mas pouco, eu não tenho paciência, me dá nervoso e a minha cabeça.... Assim pegar um ônibus, ler assim alguma coisa, eu sei ler. Tirar meu nome eu sei, mas ficar sentada....A escola só era pra eu comer merenda e passear. A bagunça que eu fazia era só quando eu tinha aquela oportunidade, porque eu trabalhava o dia todo em casa de família. Então de noite, tinha hora que ela me deixava ir pra escola: ia de sete às dez. Aí eu ia pro Méier, encontrar as colegas e fazia a nossa farra. Comia pipoca, falava com os garotos e depois cada uma ia pro seu serviço. Não deixava de trabalhar, não deixava de fazer farra ...

A desmotivação de Netinho na escola reitera o conteúdo acima discutido. Já empregado desde 13 anos e sem nutrir a perspectiva de ir além do posto que ocupa, a escola perde relevância. O esforço a ser desempenhado para manter o estudo concomitante ao trabalho há de ser muito grande. Demonstra também atribuir-se certa “culpa” pelo seu desânimo. Recorda a rebeldia da infância evocando o fato de apanhar da mãe com frequência, a humilhação na frente dos colegas que reforçava sua agressividade. Das vivências trazidas por Netinho (21) essa situação é a mais marcante, junto ao abandono do pai que não esteve junto a ele para protegê-lo, principalmente dessas surras.

Tô estudando mas tô desmotivado. Porque eu chego cansado do trabalho também. Aí tem que vir pra casa, tomar um banho e ir pra escola. Aí fica aquele negócio, eu vô ou não vô? Aí também fica aquela preguiça, tem que entrar oito e meia e sair dez horas. Aí pô, já chego em casa cansado, aí vou pra escola oito e meia...eu acabo ficando em casa mermo. Aí, eu parei na 6ª série. Tô atrasado que eu era muito rebelde na época. Eu fiquei quatro anos na 1ª série. Só queria saber de bagunça. (...) Porque eu brigava muito, eu zoava. A professora chamava minha mãe... minha mãe me pegava pela orelha, me batia do lado de fora da sala, aí todo mundo ria. Pô, se sentia envergonhado... Como é que uma mãe vai bater na frente dos alunos? Pior, que eu estudava no Brizolão e ela trabalha lá. Aí a professora mandava chamar ela toda hora, ela me tirava da cadeira puxando a orelha. Eu já ameaçava logo meus colegas, que quem ficasse rindo, depois na hora do recreio, apanhava .

Na fala relacionada à sua frequência à escola expõem-se a violência em múltiplas expressões: a difícil conciliação de trabalho e estudo, o abuso físico, a violência institucional. A escola intervinha na dificuldade do aluno recorrendo à mãe, que expunha unicamente o recurso das surras, ao invés justamente de abrir-lhe alternativas. É claro que poderíamos estender a análise a diversos outros fatores como a tensão da mãe face à pressão da escola e a educação do filho, e mesmo dos professores frente a turmas provavelmente abarrotadas de alunos. O propósito de destacar esta rede de violência é o de propiciar-nos identificar certos campos de ação que permitam a transformação de uma seqüência de relações de poder expressas em violência. Possibilitar, por exemplo, apoio às famílias e aos professores diante de situações de maus-tratos, com a articulação da rede escolar com a rede de saúde e com os Conselhos Tutelares de Defesa da Criança e do Adolescente.

Os três homens entrevistados trazem-nos como principal relevância, perpassando todo seu discurso, o **trabalho** – o trabalho que construiu a favela; trabalhar desde criança; parar de estudar para trabalhar; não poder cuidar da filha por ter que trabalhar; o trabalho que não permite sustentar a família. Ao mesmo tempo que o trazem como valor central, trazem-no também como eixo da vivência de violência: a falta de emprego para pessoas de sua idade, a exclusão do trabalho por não ter estudo, a baixa remuneração, os acidentes de trabalho, a exploração. O governo é apontado por alguns como responsável por esta violência, o que foi exemplificado na impressão dos entrevistados sobre a fala do presidente FHC que em seu discurso aponta como “vagabundos” aqueles que tem mais de 50 anos e não estão trabalhando (crítica feita à aposentadoria precoce). Seu João, Seu Messias e Seu Benício fizeram menção a este fato, demonstrando sentir diante do comentário grande humilhação por uma vida inteira de esforços de inclusão no mundo do trabalho, e de trabalho incessante sem o correspondente salário ou valorização, e pelo desamparo do momento de velhice.

(...) o problema que tá pegando todinho pra gente hoje em dia, pros jovens e pros velhos, vice-versa, é o problema de trabalho. O governador não quer que ninguém trabalhe. O cara tem 50 anos e não pode trabalhar. Você não ouviu outro dia na televisão que ele falou que velho que tá aposentado com 50 anos é vagabundo. Tá certo um governo falar isso de um trabalhador? Um chefe de nação falar isso, ele tá desmoralizando a própria pessoa dele. E tem estudo. Se ele não tivesse estudo? Se eu, se eu fosse falar isso, eu tava certo, porque eu não tenho estudo, agora ele ainda tem. Como eu não tenho estudo, eu jamais vou falar um negócio desse.

Nos depoimentos transparece a seguinte lógica: o mesmo governo chama o velho de vagabundo, mas não quer que os velhos trabalhem, não dá emprego, desprezando a

impossibilidade, engendrada socialmente, de manter-se empregado nesta idade, realidade muito mais familiar ao povo brasileiro e fonte de sofrimento para inúmeros chefes de família que viveram e vivem o trabalho estafante e privador: do estudo, do cuidado e convivência com a família, do lazer e principalmente como fonte da sobrevivência das famílias. Como fica patente na fala a seguir:

O maior problema pra uma pessoa da minha idade é o serviço. A gente faz de tudo pra arrumar serviço e não arruma. Isso, é problema do governo. Se o governo falasse assim: a gente vai abrir uma obra, pra umas pessoas até sessenta anos trabalhar... A gente tem saúde, poxa! Posso trabalhar! Tô com 53 anos, mas agüento peso, pode pôr(...) Até 80 e poucos anos pode trabalhar. Tem é que arranjar serviço. (Messias, 53)

Não restam dúvidas quanto ao peso que este senhor carregou por toda a vida. Nesse momento ele pede de volta esse peso, proclamando que tem condições de trabalhar e configurando para nós a gravidade com que sente esta privação. Sentir-se desempregado e incapacitado para sustentar as duas filhas o penaliza enormemente. Vive uma grave situação de alcoolismo. O sentido que captamos da frase final da fala de Seu Messias nos sugere pensar num governo que manda trabalhar ao mesmo tempo em que tira as condições de trabalho, que castiga quem trabalha, novamente não deixando escolhas, como se faz patente na maior parte das vivências de violência. A analogia que fazemos parte do comentário que encerra a fala do sujeito, que nos parece diretamente relacionada a uma prática policial: “*Ele poderia fazer o seguinte: deixar a gente trabalhar. Mas não, não quer não. Os caras mandam a gente correr, e mete a bolacha*”.

Contemplamos ainda, no depoimento de Messias, uma questão de gênero como causa de conflito familiar, trazido por uma nova configuração do trabalho. Ela traz desafios para a organização da família e, conseqüentemente, para as relações de poder e dos papéis no seu interior.

A mulher não tem esse problema, não. As mulher sempre pega serviço diário aí, nas casas. Tem mais facilidade. Os homens não (...) Tá havendo um problema de família aí, por causa disso. Às vezes o homem não tem um ramo de serviço e a mulher tem. E aí começa a balançar o marido. Começa a bagunçar o marido. Começa a falar coisa: “Eu ganho mais do que você”. Quanto é uma diária de uma mulher? Pois é, e o homem? No dia em que ele ganha mais, ganha 10 reais. Aí, quando chega em casa, ouve: “eu ganho mais do que você!”

O trabalho aparece de certa forma como fator de proteção com relação à violência. Ao ser perguntado quanto aos tempos de violência mais difíceis na favela, Seu Messias se refere ao fato de que estava bem nessa época, trabalhando, e que devido a isso não sofria seus efeitos.

Antigamente eu não sabia. Eu trabalhava. Ganhava bem. Ganhava bem no meu serviço. Ai eu não posso falar nada. Que eu ganhava 5 salários mínimos, quer dizer que, pra mim, dava pra eu me manter bem mesmo. (...) Já passei enchente. A água cobria a casa... Sofri aquele negócio da chacina. Mas não deu pra me afetar. Sabe por quê? Porque eu fui trabalhar. Passei ali e fui trabalhar. Quando cheguei, fizeram protesto, mas não vi. (...) Meus amigos que morreu...era tudo trabalhador...com a marmitinha, indo trabalhar...

O entrevistado em sua fala apresenta-nos uma idéia que se fez presente em todas as entrevistas, nas referências feitas à chacina: mataram trabalhadores, mataram inocentes. Este fato apresenta-se como a gota d'água da violência da polícia, associada à desvalorização do “trabalhador” e, portanto, a um dos valores centrais para sua geração, como expressa Dona Luzia (56): “*Eu sabia que ia acontecer...eles vai se vingar. E eles acha que matar um bandido não é vingança. Vingança é matar um trabalhador*”.

A morte de um bandido – aquele que não seguiu o caminho certo - é legitimada, em contraposição às mortes da chacina, ela é naturalizada, tratada como a consequência de uma opção. Mas a chacina coloca a todos, ainda os “que não são dessa vida”: crentes, crianças, idosos, diante do risco de uma situação que ameaça repetir-se a qualquer momento.

Pôxa, é muita dor no coração. Vê um monte de gente inocente, morto, sem valer nada. E pior que só mataram só os trabalhadores e os que estavam envolvidos mesmo, na vida, não morreu nenhum. Inclusive, até uma... um que morreu com a marmita, era primo do meu avô. Um parente... (Rosa, 17)

O que me marcou mais foi essa morte daqueles caras aí, em 93. Aquela chacina. Foi um negócio fora de série, o pessoal, tudo..., praticamente as criança criada aí, como o () aí, nós conhecia eles. Eu sou contra de envolver os caras...Você é uma trabalhadeira, em primeiro lugar, eu sou um bandido, vamos fazer uma suposição mais ou menos assim: eu vivo a minha vida você vive a sua vida. A vida é pra ser vivida. Diz que num presta pra viver, só presta pra uma coisa...pra morrer né...(João, 59)

Nos depoimentos acima, transparece a indagação sobre o valor da vida. O que seria “prestar para viver”? Ser trabalhador talvez. Mas na chacina, mataram-se trabalhadores, e a cada momento torna-se mais difícil trabalhar, e tanto maior o exército de “excluídos”. Como categoria do mundo do mercado, “excluídos” são aqueles “produtos” que podem e devem ser descartados e retirados de circulação, porque não serviram ou cumpriram seu papel. Hoje, aplicada a seres humanos, a categoria deixa clara a idéia de que as vidas a que se refere, são “vidas sem valor”, como nos aponta Agudelo (1998). A desfuncionalidade é punida com a eliminação dos direitos e, em última instância, da própria vida. Ser “trabalhadeira” ou bandido, para os mais velhos principalmente, coloca-se como uma

qualidade inerente ao indivíduo. O paradoxo se impõe aos pais, sendo vivido intensamente na educação dos filhos, que vivenciam tempos tão difíceis para o trabalho.

Antes nós trabalhava mais. A que mais trabalha é essa que tá aí, a Marlene, mas em casa. A Ana Lúcia também trabalha, mas no momento ela não tá trabalhando por causa da filha dela. É aquele caso, a vida que eles vai levando assim...que às vezes procura um serviço num lugar, procura no outro, não tem vaga. Vem tal dia assim, assim...Você chega lá é pura mentira, não tem vaga de novo. Você vai pegando pirraça, acaba desanimando. (João, 59)

O valor atribuído ao trabalho apresenta-se diferentemente nos velhos e nos mais novos. Para os primeiros persiste como valor de reconhecimento, como identidade do viver, como possibilidade única. Para os jovens coloca-se como desilusão, sob o olhar crítico que desacredita neste como caminho de melhoria de vida. Neste sentido o aprendizado dos jovens é duro, chegando à escola, e à consciência dos sujeitos, em briga com a vontade de construir uma outra imagem. Jair (17), dos jovens entrevistados, é o único que permanece na escola e traz como sonho continuar os estudos. Ele nos relata:

Eu acho que quem sofre mais preconceito na hora de sair são aquelas pessoas que, às vezes vão arranjar emprego. Minha professora sempre me lembrou isso. Muitas pessoas daí de Vigário Geral, quando vão arranjar emprego vão sofrer preconceito: “Ah, Vigário Geral? Lá dá muito traficante, que não sei quê”. Mas não é assim. Às vezes, muitos das favela merecem, porque muitos tão na escola pra aprender, pra chegar no futuro assim. Mas eles não pensam também muito nisso. Até que agora mudou pra caramba... agora tá até mais fácil... Não tá mais fácil de arrumar emprego, porque quem acha que vai arranjar emprego...que vai cair do céu... tá enganado, porque o que cai do céu é só chuva.

A violência que mais vitimiza dentro da comunidade, rotula também os moradores, e reforça o processo de exclusão. Percebemos uma vez mais a necessidade de “diferenciar-se” para afirmar-se como pessoa, nos seus direitos e possibilidade de futuro.

A frustração decorrente da exclusão ou da exploração do trabalho influencia nas práticas de lazer e na conseqüente manutenção dos vínculos sociais. No discurso de Seu João (59) sua freqüência à igreja vê-se vinculada a não poder dispor de dinheiro para o ofertório da missa.

A gente vai à igreja assim uma vez por mês...não é todos domingo. Às vezes a gente não tá com um real pra botar na caixinha pra ajudar lá na igreja também...Quando a gente não tem dinheiro a gente não vai, quando tem vai. Ou eles vão pensar assim: “esse cara trabalha e não dá nem um centavo a ninguém pra ajudar”...(.) Sinto meio...assim frustrado, sabe... constrangido.

A falta de lazer, seja nas referências à infância, seja no presente, são também atribuídas à vivência precoce do trabalho. Seu Benício (59) define a violência “da vida” como maior do qualquer outra.

A violência que eu vivi é da própria vida, de nunca ter um lazer, de nunca ter uma folga, por exemplo, a felicidade de poder curtir qualquer coisa. Não tive infância, eu não tive nada....só trabalho e dificuldade, mais nada. Foram essas coisas que eu tive em toda a minha vida, porque, aos nove anos de idade, eu já fui trabalhar pra ajudar o meu pai. Quando eu fiz catorze anos fui obrigado a tomar conta de oito irmãos e minha mãe. Então, que lazer que eu tive? Que infância que eu pude ter? Nada. Fui tirado da escola pra poder trabalhar pra ajudar eles. A violência da própria vida, da dificuldade, que eu não pude ter felicidade.

Todas as mulheres entrevistadas, jovens e adultas, permanecem na favela todo o seu tempo, lavando roupa pra fora, cuidando da família ou simplesmente paradas em suas portas, eventualmente tentando arranjar algum emprego fora. Todas passaram pela experiência de trabalho como doméstica, em geral na adolescência, vindo morar nas casas em que trabalharam. Testemunham uma forma de trabalho quase escrava como principal vivência dessa fase.

Trabalhei bastante, trabalhei muito mesmo. Assim, em casa de família, já fui explorada pra caramba. Ah, o que eu não suportava mesmo era que a moça, ela queria que eu fizesse tudo ao mesmo tempo. (...) Ela não queria me pagar, não. Queria que eu ficasse trabalhando pra ela de graça. (...) E também uma moça, que eu trabalhei... ela escondia as coisas dela pra poder falar que eu que roubava as coisas. (...) Acho que eles aproveita que é criança, que as pessoa é menor, aí vão e aproveita e exploram mesmo. A pessoa é de maior, têm mais experiência, já trabalhou.... Eu, quando tava começando, eu não sabia.... (Rosa,17)

Quase todas as entrevistas fazem referência à sensação de abandono e de “portas fechadas” que o serviço público de saúde representa. Faz-se presente a percepção de não se poder contar com apoio da área de saúde sequer nos problemas básicos e, muito menos, contar com alguma forma de cuidado ou prevenção na questão da violência. Dessa forma o atendimento público de saúde é vivido, também ele, como uma forma de violência, algumas vezes bastante explícita, como vemos abaixo.

(...) Se você vê um pai, uma mãe, uma irmã, ou um irmão seu completamente mal e você não tem recursos para que possa salvar aquela pessoa, você vai ficar nervosa, não vai? Igual já aconteceu comigo, de chegar, sem dinheiro no bolso, com uma pessoa ruim num hospital e eles dizerem que não tinha condição de atender. (Benício, 59)

Nos hospital aqui as pessoa não queriam pegar ela. Eu que tinha que pegar ela, lavar, dar água, tudinho(...) Lá no IAPETEC. Ela ficou lá jogada, praticamente ficou jogada lá. (Messias, 53)

Lucimar (18) passa a gravidez sozinha e dessassistida, com a redução total de sua rede social por diversos fatores já sinalizados. O isolamento, a fome, a doença, vividos no momento de “crise” do ciclo vital representado pela gravidez, faz com que ela se torne indiferente à ameaça que favela vivia na época, tornando-se assim, ainda mais vulnerável. A solidariedade de uma vizinha, que a encontrou em casa, é vista por ela como sua salvação, pelo carinho e atenção que representou. Muitas moradoras vem fazer, pela primeira vez, o exame ginecológico, na hora do parto, nos levando a refletir sobre a distância entre os serviços de saúde e a população, impedindo que sejam efetuadas as medidas mais elementares de prevenção.

Fiquei muito mal com pneumonia na minha gravidez. Fiquei aqui sozinha. Daquele dia eu não me esqueço. Com fome, com febre, febre alta mesmo, 40 graus. Mas também não adiantava nem sair daqui. (...) Não queria saber de bandido, não queria saber de polícia, não queria saber de nada. A porta já tava dormindo aberta, só encostada. Ai essa vizinha deu por minha falta, veio aqui, eu contei pra ela. Num tava nem agüentando, eu fiquei magrinha. Ela fez um chá, um chazinho só, eu me levantei de uma pneumonia braba. Ela deu com tanta boa vontade que o chá me levantou de vez da cama. Ai eu conversava com ela e com o marido dela: “eu vou trabalhar e vou criar o meu filho, vou levantar e vou passar por cima.(...) Trabalhei minha gravidez todinha, dos três meses até os sete meses. Deu sete meses eu fui ficar doente pra caramba, minha barriga começou a desenvolver muito rápido, aí ele pensou que eu já tava pra ganhar e me mandou embora. Eu chorava, que eu não queria vir embora...Daí eu fui levada que o meu filho começou a mexer, e eu só chorava, igual bebê...não tinha ninguém pra rir pra minha barriga, mas eu tentava num ficar triste e não passar frio, que tudo atrapalha o desenvolvimento da criança. Mas não tinha também um dinheiro pra eu não passar frio...

Ter sido demitida do trabalho reduz ainda mais a rede de sociabilidade de Lucimar, uma das poucas que conseguiu estabelecer, limitando suas possibilidades. Ela diz ter pego condiloma (d.s.t.) com o namorado que a abandonara, o que guarda em silêncio, envergonhada, sem buscar ajuda, até a situação se agravar. Dá destaque, em seu relato, à frieza e indiferença com que é atendida na hora do parto e nos exames médicos, expondo representações de saúde que não serão exploradas aqui, mas que estão conectadas com a violência vivida nessa hora.

Eu ouvia elas dizer: “Ele vai morrer, ele já tá morto”, sei lá o quê...E o médico: “Você vai por causa disso entrar na navalha, vai ter que fazer uma cesárea (...) E eu ficava com medo, sempre preocupada. Me chamaram até de esquisita, mas eu ficava com vergonha de conversar com elas. Depois de um tempo, já perto de eu ganhar, eu falei com a minha irmã. A gente compramos o remédio e tudo...não deu jeito. Até quando eu fui ganhar ele, eu ainda tava com esses sintomas da doença ainda. O médico falou pra minha irmã: “Ah, ela tá cheia de condiloma. Essa criança pode até nascer com isso. Eu cheguei lá, eu me tratei, mas eu tratei mais dele do que de mim, que eu tinha vergonha. Fiquei usando direto pomada vaginal, então não afetou a ele, mas afetou a mim mesma. Quando eu fui ganhar o neném eu ainda tava, mas mesmo assim eu fui fazer parto normal. Ai eu cheia de vergonha, eu não queria ganhar, aquela raiva, aquela revolta do pai dele...E todo mundo que olhava, as menina lá, tudo um monte de acadêmica na maternidade, falavam: “Ah!!! eu nunca vi isso!”, num sei quê. E eu cheia de vergonha...Ali, naquele dia, eu... pensei em morrer e tudo...

O sofrimento que essa jovem relata ter vivido durante sua gravidez foi engendrado e mantido não só por uma história pessoal complicada: a desinformação quanto à doença e a própria gravidez, a impossibilidade de um tratamento, fatores relacionados à exclusão social. A essa série de fatores de risco se sobrepõe a forma de atuação do serviço de saúde encarregado do cuidado e proteção da adolescente. Pelo seu “distanciamento”, impotência ou ignorância quanto à amplitude dos riscos no contexto da população atendida, os serviços se omitem com grande frequência. Anulam seu compromisso, anulam a pessoa atendida em seus direitos e na sua voz. Na experiência de trabalho com jovens gestantes no Ambulatório de Vigário Geral saltava aos olhos o descaso profissional expresso na culpabilização da menina, no desprezo e chacota com a dor manifestada. As pacientes davam-nos exemplos do discurso dos médicos: “Garanto que você não gritou assim na hora de fazer”, “não gostou quando fez? Agora agüenta!”. Essa atitude as afasta ainda mais do serviço de saúde, as expondo a situações de risco cada vez maiores e, como demonstrado na vivência de Lucimar, ficando “entregues à própria sorte”.

Ser espancado pela polícia é uma vivência que rapazes e moças relataram, alegando marcas profundas: a sensação de humilhação frente ao poder da farda e da arma, as ameaças de morte, as intimidações, a incriminação, que não necessitam de adjetivos. Esses eventos vem em geral acompanhadas do desespero das famílias que acodem o “suspeito” com documentos para provar a sua identidade, o que parece não fazer muita diferença para os agressores. O discurso dos policiais é o da humilhação pela desvalorização e anulação do direito... Ele vem incidir sobre a diferença: raça, moradia na favela, a pobreza, as amizades, a ocupação, a roupa, a família, num mecanismo para o qual chama atenção Agudelo (1998): “Ao excluído se cobra sumariamente a diferença, a desfuncionalidade, a suposta inferioridade e potencialidade delituosa.” Os que pretensamente deveriam executar a lei, depreciam e desmerecem a alegação de estudo e trabalho, parecendo sintetizar em seu discurso todas as formas de violência, para melhor reforçá-la enquanto poder sobre as vítimas, num processo que se apresenta como o oposto da cidadania. Pois “o excluído está fora de qualquer igualdade, de qualquer margem de direitos, de qualquer participação no organismo social. Ao considerá-lo como tal nega-se-lhe sua entidade cidadã; e rompe-se todo o ordenamento cidadão ao eliminá-lo”, como conclui o referido autor. Nos dois depoimentos seguintes fica patente, na representação dos sujeitos sobre a violência policial, esse rompimento de uma suposta ordem ou lógica da legalidade, e até mesmo do poder.

Me pegaram por engano. Eu tinha mania de achar: Ah, não, eu sou pequeno. Eles vão me pegá e não vão me bater. Fui enganado. Teve um certo dia que eu fui saindo de casa... eu gostava de andar descalço. Ai eu tava assim com um short, aqueles que a gente joga bola, e com chapéu pra trás. Ai, na hora que eu abri o portão e saí, o cara falou: “Ó, ô, volta aqui.” - “Eu?” Ele: “é, você mermo, você que tá soltando fogos”. - “Eu não!” (...) Ai ele me interrogou: “Onde que tá?” - “Eu não sei não, eu não sei não”. - “Ó, esse aqui tá doidinho pra matar um”. - “Então o senhor vai matar inocente. Porque eu não sei de nada”. Ai ele: “É? Então tu vai aprender a bater!”. - “Por quê?” Ai ele foi e me deu dois tapas na cara. Ai, depois, mais dois tapas na cara. E falou: “Ó, não deixa eu te pegá mais na rua não”. - “Tá bom, tá bom...” Ai eu fui e caminhei pra minha casa. Minha mãe já tava nervosa, chorando. Foram lá com meu registro de nascimento. Tavam doidinhos pra bater mermo. Não me pegaram com bagulho, não me pegaram com nada. Só queriam bater mermo. Só queriam matá a vontade, mermo. Que muitos vem pra trabalhar, mas muitos vem pra querer bater nos inocente assim como eu, que eles me bateram inocentemente. Não podia fazer nada. Porque é chato, um homem dá um tapa na cara de outro homem, sem ele poder fazer nada. É que eles, com as farda eles são mais homem do que...sem a farda, revólver...Eles podem fazer tudo. Eu fui agredido nas palavras e também agredido com tapa na cara (...) Mas o que mais me agrediu foi que falaram que iam me matar. (Jair, 17)

Eles me fizeram urinar e tudo, por causa que eu tava aqui, me pegaram dormindo. Meu irmão já tinha tido aquele acidente, tava com a perna cheia de ferro, deitado aqui. Minha mãe ainda tava viva, tava internada. Os polícia entrou aqui dentro, já pegando o meu irmão, queria arrancar o ferro da perna do meu irmão pensando que aquilo tinha sido tiro. Eu e meu irmão apanhamo pra caramba dos polícia nesse dia. Muitos polícia falando que ele era traficante. E o meu irmão dizendo que não. E os home falando que viu alguém correndo, que tinha sido o meu irmão e eu correndo. O meu irmão tava dormindo e eu aqui com a panela de pressão no fogo e os polícia cismando. Meus parentes querendo entrar e eles não queria deixar ninguém entrar. E nisso baixaram a porrada em mim e no meu irmão. Quebraram o guarda-roupa que tinha as coisa da minha mãe tudinha, quebraram o porta-retrato que não dá pra esconder nada atrás, quebraram a cama, a cadeira, o colchão - que o colchão tinha um buraco de velho mesmo, eles abriram o colchão todinho, dizendo que ia matar o meu irmão e eu aqui dentro, que aqui tinha arma, que eles tinham visto a gente escondendo, tem que ver. E o pior é que eles acusam a gente assim como uma certeza, sabe? Que eu ficava: “moço, não tem nada aqui não, moço!” E eles batendo pra falar coisa que num tem...que eles são assim, eles batem pra falar qualquer coisa, coisa que num tem. E quando alguém tem alguma coisa, alguma culpa, se cagüeta. E quem num tem? Fica falando. Eles fica falando que vai matar, destrava as arma toda hora, dizendo que ia matar, ficava dando chute na perna do meu irmão com ferro. Um sufoco só! Depois por fim disso tudo que a minha prima entrou e levou meu irmão no colo que ele não tava ainda nem andando. E eu fiquei aqui com os polícia, os polícia dizendo que eu tinha que falar, que já tava tudo dado, e eu: “dado o que moço? Aqui num tem nada”, e a porrada comendo... Só na cara. Só tapão no pé da orelha. Quando não ficava...me deram tacada naquela parte debaixo do meu pé, com a aquela ponta. (...) Eu não queria ficar mais aqui. Queria ir embora da favela de qualquer jeito porque eles falaram que iam voltar. (Lucimar, 18)

A crueldade que passou a fazer parte da ação policial, com “requintes” grosseiros de humilhação, paralisa e revolta os moradores. A sua história parece remontar ao escravagismo. Por mais que hoje esse tipo de prática pareça insustentável, ele é o cotidiano das comunidades periféricas e favelas do Rio de Janeiro, sendo reforçado, cada vez mais, pela impunidade destes atos. Agudelo (1998) analisa seus efeitos como verdadeiramente letais sobre a consciência e sentimento de segurança individual e coletiva dos sujeitos, e sobre a credibilidade das instituições às quais a sociedade destina o papel de cuidar, vigiar, regulamentar e castigar, em especial o Estado.

Elaine (16), de dentro da vivência do tráfico reconhece quando os policiais “estão chapados”, isto é, fizeram uso da cocaína. E atribui a este fato suas deliberações sobre o cotidiano dos moradores, o comportamento decorrente de “querer bater”. Os jovens atribuem a uma espécie de “motivação” dos policiais, as violências de que foram vítimas ou presenciaram.

A gente mesmo conhece quando os polícias tão chapados. Eles ficam assim ó, que nem um doido. Tem que ver como é que eles fica. Ai revista mulher, revista homem. Quer dar porrada em mulher, quer dar em homem,...é demais. Ninguém pode ficar na rua. Tem certa hora que eles mandam todo mundo entrar.

As descrições citadas dão destaque ao termo “inocente” ou trabalhador, como símbolo da injustiça da polícia. Neste sentido a chacina eterniza-se como marco dessa relação de poder ilógica, pois foge a um dos elementos que “justifica”, aos olhos da população e no discurso de extermínio da sociedade, a violência. A culpabilização do criminoso legitima os mais bárbaros atos de violência, como se estivéssemos nas arenas do Coliseu quando o imperador atirava aos animais, perante a multidão, os que eram criminosos pois prisioneiros, estrangeiros, inferiores. Ou a crucificação dos bandidos, quando a sociedade expia seus pecados na carne do condenado. Ainda essa lei básica, a lei da culpa, é rompida aos olhos da população, se atualiza o sacrifício dos inocentes e a falência de toda e qualquer forma de proteção, e do esforço de diferenciação. A imposição do terror vem concretizar uma série de mensagens da sociedade, tendo como executores as “forças da lei” que, no entanto, “não colocam uma lei certa”, como afirma Lucimar. A violência é naturalizada como um atributo particular daquele grupo.

As observações de Elaine, mais acima, sobre as mudanças na comunidade, falam de um contra-senso que ela pode captar muito particularmente, diante do qual polícia e bandido se igualam em comportamento e interesses, em prejuízo da população. A maioria dos jovens posta-se numa espécie de “defesa” dos traficantes, para quem os moradores são “gente”, segundo afirmam. Jair (17) se remete a uma explicação “biológica” para as agressões policiais, para o que a chacina trazida como comprovação.

Têm muitos policiais que chegam... eles gostam muito de bater... a raiva deles, a maioria, a minoria é certa, mas a maioria não gosta quando não pegam nada. Eles: “Ah não, vamo pegá aquele ali...” São o sangue deles. Eles tem um sangue que nem vermelho são, só preto...o sangue deles sanguinário. Então pra eles não sair na desvantagem eles pegam inocente e baixa a madeira. Porque eles são muito ruim. Eles são muito ruim mermo. Pra vê que eles são muito ruim, que mataram 21 inocente.

O seu destaque vai para a violência de uma categoria – policial –, individualizada por uma espécie de “maldade”, gerada por interesses individuais e “descontada” no morador. Escapa à sua percepção, neste momento, o caráter institucional dessa forma de violência. Todo o discurso utilizado pela polícia reforça este sentido, ao transitar pela raiva pessoal, pela relação informal, característica observada em relações de poder e força na cultura brasileira, como DaMatta (1983) explora no artigo: “Você sabe com quem está falando?”. Essa característica dificulta ações coletivas, e a defesa do cidadão, se contrapondo justamente a essa idéia ao afirmar privilégios individuais em detrimento da igualdade e coletividade.

A consciência a respeito dos riscos de vida, que cada morador aprende desde cedo, instaura uma tensão permanente que atinge as relações interpessoais, com desconfiança e a necessidade de controle sobre o outro. Neste aspecto, destaca-se a tensão dos adultos relacionada ao envolvimento dos filhos na criminalidade: de tornarem-se bandidos ou de namorarem bandidos. Tensão semelhante a esta, os mais velhos vivem com relação aos filhos, as jovens vivem com relação aos companheiros, os jovens com relação aos amigos.

Eu presenciei assim... diretamente, e posso falar até por experiência própria. Pessoas que se envolveram nesse mundo violento e que acabaram trazendo confronto familiar... Porque, geralmente a pessoa se envolve com certas coisas e o pai não quer, o pai briga. E a mãe é sempre aquela mãe, mãe é mãe, né? Então a mãe quer sempre apoiar o filho por mais errado que ele esteja. E a mãe passa sempre a mão na cabeça e o pai não aceita e acaba criando esse confronto familiar. (Pedro, 23)

A vivência trazida pela viúva de um rapaz envolvido no tráfico envolve várias gerações: a mãe desse rapaz, a sua esposa, e a filha dos dois. A esposa se preocupa com que a filha venha a perder pai e mãe “nessa vida”. A perda de alguém da família, nesta situação é um “trauma” anunciado, nem por isso menor. Dos pais vem a negação do envolvimento óbvio, pois este acarretaria a justificativa do assassinato do filho. Para a esposa jovem, representa um caminho escolhido, “sem volta”, pois é dito comum na favela afirmar que “bandido? É cadeia ou caixão”.

A mãe dele não acreditava...só veio acreditar no dia que viu.. Foi no dia que ele chegou no portão da casa dela todo armado. Eu falei: “tá vendo? Eu falei pra senhora, a senhora não quis acreditar. Aí depois desse dia a gente não conseguiu mais dormir. Não podia sair mais um tiro, que a gente ficava já como? Eu pensava no meu primo, pensava nele.. Meu primo também era. É, né...até hoje. Minha sogra não dormia. A gente ficava na janela. A bala fosse na cabeça da gente, a gente nem se movia do lugar. A gente só ficava olhando. Nesse dia em que ele morreu a gente nem dormiu, eu passando mal. Foi terrível...(...) Quando foi 6 horas da manhã, aí bateram lá na porta lá de casa, da minha sogra.(...) A tia dele falou assim: “Olha, é ele mermo. Ele foi lá pro IML. É ele mermo que tá morto lá.” (...) Aqui em casa minha mãe, meu pai, todo mundo

ficou desesperado. Foi a hora que eu botei minha cabeça no lugar e falei: "Meu deus do céu! Tudo que eu avisei a ele, não adiantou de nada. Não adiantou de nada mesmo" (Elaine, 16).

A perda de amigos assassinados, que não exclui a nenhum dos jovens entrevistados, coloca o risco de morte morando ao lado, sempre eminente e sinalizando a provisoriedade dos eventuais projetos, dos afetos, dos laços, da própria vida dessa geração de jovens.

A própria convivência que eu tinha com os meus amigos, envolvidos com o crime, era um ato de violência. Um risco de vida que eles viviam e eu, indiretamente...ou diretamente. Risco de ser baleado, de ser morto pelos policiais. (...)Tava ali com eles, ligado, direto, e no momento de uma batida policial tinha que correr e tinha que, às vezes, se esconder junto com eles. (Pedro, 23)

Para Pedro, que pôde estudar, e que teve uma militância política e de pastoral, estar com seus amigos "armados", correr risco junto com eles, conversar, ajudar viúva e filhos de traficantes era uma forma de abrir caminho para a expressão de uma revolta concebida até mesmo como caminho para uma "luta armada". Desesperançado, desiludido e solitário diante deste caminho ressentir-se da perda do melhor amigo, do seu primo e tantos outros assassinados. Seu testemunho traz o afã de resistir e de reagir ao mesmo tempo que desacredita do viés político, que nos mostra este como uma possibilidade sem espaço naquele seu universo. Dentro dele, um poder anônimo e avassalador configura-se como mercado, de consumo e de trabalho, que envolve ricos e pobres, como autores e vítimas da violência. Um campo aparentemente "despolitizado", mas que traz de relações de opressão em vários níveis. Ele hoje trabalha o dia inteiro, mora num mínimo quartinho na casa dos pais com a esposa, viúva do primo assassinado, e com um filho deste primo com uma mulher "dessa vida". Sua família nasce da reconstrução destas diversas perdas, impressas na sua história.

Cheguei a me aproximar muito deles. Inclusive eles até diziam, "Como pode, você que fez seminário, estudou pra padre, fica aqui com a gente, que é envolvido com o tráfico de drogas e tal?" Hoje eu penso de um modo diferente, até porque naquela época eu tava muito revoltado com a situação do país. Muitas coisas que eu discutia com esse movimento político na Bahia, então voltei muito revoltado. Então, a minha vontade aqui era que estourasse uma revolução no país e todo mundo metesse a mão no fuzil mesmo, e que houvesse um movimento nesse sentido. Não um movimento de drogas, mas um movimento nesse sentido político mesmo e que as pessoas dissessem um basta a essa exploração, a essa angústia em que vivem todos os pobres. Então eu comecei a me aproximar muito deles e uma coisa vai levando a outra. (...) Cheguei a conversar até com uns amigos, os colegas aqui sobre isso. "Vem cá, essa vida aqui não vale a pena. Sabe que amanhã ou depois você pode estar morto." E a resposta é sempre a mesma, "Meu irmão, sei que hoje eu tô vivo e amanhã posso estar morto. E pra mim isso não importa." Não importa porque parece que perde o gosto da vida. Não adianta você falar que é pra sair. Nos casos que eu presenciei não adiantava.

Esse jovem vai gradativamente reduzindo sua convivência ao espaço da casa e do trabalho, declarando hoje já não ter amigos ali. A experiência vinda da convivência com estes amigos interfere na seu trajeto. De vida e nas suas representações. Leva-o a diferenciar-se de maneira especial, ao entrar no seminário, na UJS e, hoje, determina a redução da sua rede social com o seu isolamento, sua luta pela sobrevivência e a restrição de muitos dos sonhos que trouxera da militância política. Essa redução, com contornos diferentes, é também trazida por Lucimar (18): “*Amigas eu não tenho muito não, entendeu? Tinha... confiava. Mas depois eu larguei de mão. Agora eu não saio mais de casa, fico só dentro de casa*”. O seu cotidiano expressa claramente como este “confinamento” reduz as possibilidades de estudo, de conseguir um emprego, sua criatividade e sua saúde.

Amigos? Não tenho mais amigos. Tinha amigos. Eu costumo dizer que eu tinha amigos e hoje não tenho mais. Ultimamente eu vivo muito pra minha família e pro meu trabalho. Costumo dizer... eu saio daqui pro trabalho, do trabalho pra aqui. Ou eu saio daqui de casa pra casa da minha sogra, a mãe da minha esposa. Eu digo que eu tinha amigos até porque eu era solteiro, então tinha uma vida muito solta. Os meus colegas estão envolvidos na vida do crime, essa coisa toda... então eu costumo dizer que eu tinha amigos, não tenho mais porque morreram. E hoje eu vivo somente essa vida, da casa pro trabalho, do trabalho pra casa. Concretamente, morreram. Envolvidos com o tráfico de drogas... Dois amigos que eu até hoje sinto muita falta deles, muita falta mesmo, né. Que inclusive é o pai de um dos filhos da minha irmã, que foi meu cunhado. E o meu primo que é o pai desse menino que eu crio. Até hoje sinto... Eram pessoas que eu podia confiar...(Pedro, 23)

A sua maturidade e o novo papel familiar que assume, interferem nesse processo, nos planos de Pedro. Ele traz o sentimento da perda de pessoas em quem confiava, num sentido totalmente independente das opções que tiveram ou do tipo de vida que levavam. A grande pressão da maioria dos pais se apresenta como o intuito de prevenir o envolvimento dos filhos, no que diz respeito à evitação de “amizades”. Pedro tem consciência dos riscos que essa convivência representa, que são também trazidos por outros rapazes. Eles experimentam a sensação de impotência frente às “escolhas” feitas pelos amigos, que passam tão perto dos conflitos e revoltas de cada um.

A recuperação destas vivências nos leva a concluir que elas não se reduzem a eventos ocasionais, a incidentes, mas se fizeram presentes desde o nascimento, e por isso suas conseqüências são tão amplas. Jair é um rapaz de 16 anos, pertencente a uma família forte em seus laços, quatro irmãos mais velhos, filhos de pais diferentes, a mãe trabalhadora e rígida na sua educação. Ele nos apresenta, reflexivo e inconformado, os colegas assassinados, cuja imagem infantil se estampa numa foto tão recente de meninos no futebol.

Um time de seis em que quatro viveram a mesma história. A maioria por acaso, por engano, o que Jair justifica com o ditado: “misturou com porco, farelo comeu”.

Perdi muito amigo, só novinho. Perdi um de quatorze, um de quinze, dois de dezesseis, um montão. Teve uns que tomaram vergonha na cara e aí pararam. Que aquilo não era o caminho mermo. Acontece que não tem ninguém pra chegar e aconselhar, conselho forte mermo. Pra não entrar, não se pode se misturar e não se pode se iludir com roupa... mulher.(...) Pra parar, eu não sei como é direto não. Pra parar acho que é difícil. Vida de traficante ou bandido? É cadeia ou caixão, uma das duas.(...) Têm uns que saiu, tão trabalhando, tão tendo a sua família. Agora, têm uns que não conseguem mermo. Têm uns que é igual o vírus da AIDS : bateu, ficou. Têm uns que fica por causa de amigos. Teve uns dias aí, teve um garoto que morreu inocentemente. Ele morava aqui e tinha um amigo lá fora. Aí o amigo dele, acho que tava devendo não sei o que lá, para uma favela lá em Caxias. Aí ele foi, inocente, “se misturou com porco, farelo comeu”. O que devia, os caras mataram, e aí pra não deixar nenhuma pista, foram e mataram um inocente também.

Ao perguntar se Elaine (16) havia perdido amigos, responde , com naturalidade, mostrando algumas formas pelas quais o espaço de criminalidade, de convivência com a arma de fogo, traz a familiaridade com o matar e morrer, banaliza a vida, anestesiando até mesmo o medo. O espaço de ilegalidade e os valores que a ele se agregam – de masculinidade, exibicionismo, poder e força – camuflam, nestes casos, certos limites de respeito e de auto-proteção e a consciência dos riscos.

Perdi muitos amigos e muitas amigas. Eu já perdi amiga por causa de namorado. Vim saber pelos outros. Ela botou chifre nele, ele pegou e deu um tiro nela. Ele era do tráfico.(...) Quando vieram saber, não era nada disso. Ele deu um tiro nela à toa, matou ela à toa. Por causa que ela era abusada. Ele falou: “vou dar um tiro em você.” – “Vai dar, então dá”. Aí nesse de dar, ele pegou e deu. A senhora se lembra do Bigu? Aquele que foi do Afro-Reggae? Ele era bem dizer um primo. Ele também foi assim. Ele tava no morro e falou assim: “vamo brincar de roleta russa? – ele e os outros garotos. Não, não vamo brincar disso não, que a gente vai pro Centro. (...) Ah, vou brincar. Aí rodou, e botou aqui assim. Nisso ele apertou. Aí deu um tiro aqui assim nele. Ele mesmo. Mas ele pensou que não tinha nenhuma bala. Os menino falou que tinha, ele falou que não tinha. (longo silêncio) Nisso ele acabou.

Presenciar estas mortes, humilhações, espancamentos, é também uma forma de ser vítima, às vezes ao omitir-se, traindo sentimentos e fidelidades, outras, por intervir, correndo todos os riscos. O sentimento de impotência, comum a todos, assim como o termo ‘revolta’, se faz presente nos relatos. Uma das diferenças encontradas nas representações dos mais velhos e os jovens diz respeito ao que estes chamam de “estarem acostumados” à violência, por terem nascido e crescido “vendo aquilo tudo”.

Todas as casas visitadas foram alguma vez invadidas pela polícia. As duas citações abaixo demonstram nos adultos uma postura mais reservada diante deste fato. Protegida, ao nosso ver, pela herança de um processo mais formal de trabalho, pela casa estruturada, e pelo seu

esforço de diferenciação. Faz-se presente a necessidade de manifestar-se em “defesa” do policial, como reza a experiência de que não se pode questionar ou criticar ali dentro.

Nunca entraram aqui, nunca quebraram nada, nunca respondeu mal quando entrava aqui. Às vezes entrou um aqui mas pediu licença, tratou muito bem, num reclamou de nada, num xingou, não maltratou, só entrou, pediu licença, e voltou. (Luzia, 56)

Seu João (59) acena de longe à cidadania para diferenciar, dentro de sua casa, seus filhos de “desocupados”, ao mesmo tempo que se anula ou sente anulado por “não valer nada”, afinal, subentende-se, é pobre e trabalhador.

A polícia veio aqui em casa uma vez. Ai perguntou quem era o meu filho que tava aí, perguntou quem era eu, toda a família. Mostramos os documentos todinhos... Eu posso não valer nada, mas todos eles tem os documentos, certidão e tudo. A gente tem aquele problema. Os meninos tem que ter...

Num breve olhar sobre as práticas de lazer têm destaque os bailes funk, como uma das únicas opções que se coloca para os jovens. Todos os entrevistados se referem a ele. Os jovens freqüentam ou frequentaram, os adultos temem por esta freqüência no espaço vivido e rotulado como violento. Diversos estudos detiveram-se sobre a questão da violência nos bailes funk e a relação dos jovens com este espaço (Vianna, 1997; Guimarães, 1998). Não nos deteremos na análise deste fenômeno, mas reconhecemos no discurso de um dos jovens uma interrelação tão significativa, pelo seu desenvolvimento e suas reflexões, que a incluímos neste trabalho. O seu esforço para fazer parte do grupo acompanha o questionamento sobre suas práticas e motivações.

Eu era fanático, desses funkeiros doentes, tá? Ai eu vi que não tava nada certo, tava acontecendo coisas erradas, os conhecidos meus sendo machucados, baleados... Ai, eu resolvi pular fora. (...) Ia muito pro baile da Pavunense, que eu sempre ia pra lá que era só briga, entendeu? Só queria saber de brigar, mas ai eu vi que tinha alguma coisa errada. (...) Porque têm muitas pessoas que não tem nada a ver morrendo... senão eu acho que eu também seria um dessas vítimas dessas balas aí, perdidas em galera de baile funk... Eu não tenho coragem de pegar uma pessoa e sair espancando. Porque o pessoal me incentiva, “vai pega ele! Pega ele” Então eu ficava naquela... “deixa ele”. Virava as costas e deixava pessoal lá espancando outras pessoas. Ai eu ficava só motivando, “vai, pega ele e tal”. (...) Não são traficantes, que são envolvido, mas é aquele negócio, sempre tem um que fala: “É alemão! vamos pega”. Ai, é aquele negócio, um falou o resto já tão tudo correndo pra cima dos outros. Não é do tráfico mas se identifica “É CV, mané?” - “É CV, tá tranqüilo”. (...) Ai, eu caí fora disso, vou ir lá pra quê? Pra apanhar? (Netinho, 21)

Foi difícil para mim, como entrevistadora, compreender a lógica destas brigas que me apresentava de forma tão “objetiva”, componentes efetivos do aprendizado e da cultura que pautam a vida de Netinho e dos jovens da favela. Mas mesmo ele, alude a “alguma coisa

errada” que passou a perceber no que ali presenciava, discrepante com seu próprio esquema de valores: amigos baleados, machucados, mortes, apanhar e bater. Foi se afastando na medida em que começava a trabalhar, tinha uma filha, casa, se casava...mudava o seu papel e sua visão de mundo e então ia percebendo que “não dava para aquilo”. Diferenciação que vinha não só com a maturidade, como também por um novo tipo de inserção social. Percebemos ter um peso especial na sua trajetória a convivência com o ambiente de trabalho formal, com outros espaços e agente de socialização que o fazem repensar valores e comportamentos dos colegas.

A falta de lazer, como muitas formas de violência, parece ser ainda maior e mais sentida por aqueles que não transitam em outros espaços, passando a maior parte do tempo na favela. Como pudemos observar, as amizades são rodeadas pela advertência dos pais, pelos riscos de “serem confundidos” e pela desconfiança. Para os adultos a opção ainda é mais restrita, principalmente com a polícia na favela que impõe uma nova rotina, limitando ainda mais as poucas possibilidades acessíveis.

Por exemplo, dia de sábado pra domingo, devia ter um pagode pra gente...uma coisa assim pra se divertir...que isso que é problema. Aí os policial acabaram. Não tem mais. Porque antigamente aqui a gente fazia pagode. Hoje em dia eles não quer deixar mais não.(...) Vou te falar a verdade. Num gostei deles terem vindo pra cá não. Porque antigamente a gente se divertia mais aqui. Só na gente descer daquela ponte já tinha um conjunto tocando ali, já tinha outro conjunto tocando lá. Quer dizer...todo mundo ia brincar, se divertir. Hoje em dia não tem mais.

Manter-se numa rede próxima, conviver e trocar, é uma das formas de lazer apontadas por Rosa (18) , que por esta razão prefere morar em Vigário Geral do que fora da favela.

Aqui é bem melhor. Lá não tem nenhum divertimento, é tudo calmo. Não tenho nenhum conhecimento, sabe? Nenhum colega por lá. Aqui é muito melhor. Conheço todo mundo. (...) Pelo menos final de semana fica cheia a rua. Tem gente na rua. Às vezes, tem pagode lá na frente.. (...) O divertimento daqui, é só a gente vê as pessoas e ficar conversando.

Na definição do termo violência, os caminhos tomados pelos sujeitos apontaram para uma multiplicidade de expressões. A morte apareceu, na maioria das vezes, como resposta imediata.

Morte é a primeira coisa que me vem a cabeça. Depois a gente vai vendo... as formas da violência. Roubo, assassinato, tráfico, abuso de autoridade policial. Isso são as formas de violência que a gente tem. Estupro... tudo isso. A gente vai vendo estas formas de violência, que podem ou não gerar a morte.

O extremo da morte, como expressão da violência, coloca-se bastante próximo ao cotidiano dos moradores de Vigário Geral. Ver o corpo violentado, destituído do direito à vida, informa aos moradores sobre o seu valor: *Violência é um cara matar o outro, bater...Tem muita... dar uma surra na pessoa. Às vezes quando a pessoa não vale nada também. Quando às vezes num presta mesmo tem gente que mata, não esquenta nem o cérebro.* (João, 59)

O testemunho da chacina vem sempre acompanhado da inversão dessa idéia de valor. De todas as vivências relatadas, ver a morte e a agressão, se destaca pelo sofrimento que causou, no seu poder de “traumatizar”, segundo alguns, e de “revoltar”, segundo outros.

Numa outra vertente temos a questão do trabalho, também patente no discurso de todos os sujeitos, seja como a violência em si, como causa do envolvimento com o tráfico, ou como solução para sua prevenção.

Pra mim, no meu caso, violência eu acho que é a falta de infância, a falta de um lazer, a falta de um tempo pra poder cuidar de uma diversão, que eu não tive nenhuma, foi só trabalho e dificuldade, é não ter condições pra poder ter uma vida melhor...Esta violência que a gente vê por aí, eu acho que é um tipo de vingança ou então maldade. (Benício, 57)

Seu Benício fala “do seu caso” para responder à pergunta do entrevistador, fala de sua experiência. Diferencia a violência decorrente da “falta” – uma violência estrutural – de uma outra que decorre de relações interpessoais ou de aspectos intrínsecos. Na mesma geração, Dona Luzia (56) aborda de maneira semelhante a questão proposta, recorrendo em primeiro lugar a causas sociais: *“As favela vai aumentando, o desemprego vai chegando, e a fome vai crescendo.”* Em seguida, reconsidera, referindo-se mais precisamente à violência da delinquência: *“Num sei se é os mau costume...o desemprego e os mau costume, porque muita gente faz uma coisa por necessidade, né, com fome... e outros faz por bunteza, porque eles mesmo faz por bunteza.”*

Considera assim os fatores educação, costumes ou “bunteza”, paralelos aos fatores sociais, representando a existência de fatores internos e externos como causa da violência. Netinho (21), ao elaborar uma definição para a violência, dá destaque ao seu caráter universal, em contraposição ao estigma atribuído à favela. Relaciona a violência de dentro de casa com a de fora, em consonância com as suas vivências do universo do tráfico, ao mesmo tempo que de maus-tratos e conflito familiar intenso.

Violência é tudo. Tanto dentro de casa como fora de casa. Em baile funk. Em tráfico de drogas, dentro de casa mesmo, quando os casais não tã se dando bem. Quando um não quer dois não briga. Tem qualquer tipo de violência que você possa imaginar. Não adianta você sair fora de Vigário Geral, dessa favela e ir pra uma Copacabana, Ipanema. Lá também tem violência. Estados Unidos tem violência, qualquer lugar que você for vai ter violência. Ah, vou sair da favela, só tem tiroteio, tem morte...Qual é o problema? Quer ir pra um lugar? Vai. Tá certo, um lugar melhor. Daí as pessoas vão ver... um lugar valorizado. Violência existe em qualquer lugar. Até em países de primeiro mundo como o Japão e os Estados Unidos tem violência.

Uma outra jovem, seleciona como exemplo da forma de violência que lhe parece mais relevante – o estupro, a violência contra a mulher – ainda uma vivência específica de morte, em que se expressa uma questão de gênero, também pautada pela violência do tráfico.

Violência tem várias coisas. Pra mim é este negócio de estupro. Tem negócio de morte, também, de tiro, também é violência. É isso. Negócio de estupro, de morte. Quando um bandido chega e te chama pra namorar. Aí você pega e fala que não vai. Aí ameaça você de fazer alguma coisa, pega e mata você. Que eu já vi isso acontecer. Aí também já é uma violência, né. Porque você não é obrigado a namorar uma pessoa que você não quer. Isso tá cansado de acontecer por aí. (Elaine, 16)

A percepção de que a violência atinge diferentemente pobres e ricos é trazida por Benício (57) que relativiza, com isso, até mesmo a violência policial, reafirmando o papel da polícia. Ao mesmo tempo a critica, ressaltando a falta de igualdade na sua relação com os moradores, em que a cidadania se vê desrespeitada.

Se o brasileiro tivesse o sangue mais frio, mais calmo, não existia tanta violência. Aí é que vem o conflito, principalmente quando é pobre, porque quando é pobre você vai e ninguém te atende, e quando é rico eles dizem: -“Depois o senhor paga”. Se eu ficar nervoso com você, você é claro, vai ficar nervosa comigo, se eu te receber bem, você também vai me tratar bem. No momento que eu dirijo mal, eu sou multado. Se eu estiver com uma atitude suspeita, o policial já vem sério, rijo, pra me conferir. Mas você também não vai deixar me arrebentar com eles, pra depois dizer que pensou em mim. Aí eu acho que tem que ter igualdade dos dois lados. O cidadão tem que ser respeitado.

De maneira elaborada, Pedro sintetiza os dois aspectos principais apontados trabalhados por todos os sujeitos e também presentes nos estudos sobre a violência. Aponta razões sociais e políticas para o envolvimento dos jovens com o tráfico: trabalho, moradia, reconhecimento, sem ignorar um fator diferencial ligado à família e educação – tema que será foco de nossa análise no capítulo que se segue. Pedro (23) coloca “entre aspas” a facilidade da vinda do dinheiro no tráfico, contrapondo-se a um dito muito repetido na favela: “vem fácil, perde fácil”.

Acho que vários aspectos leva o jovem a isso. Acho que o maior aspecto é o econômico e político do país. Quando o jovem tem uma formação, um tipo de vida muito simples, cheio de necessidades físicas mesmo... O jovem que mora na favela vê dentro da vida do crime um meio mais rápido, um meio mais fácil, entre aspas, dele ter alguma coisa na vida. De possivelmente

ter um carro, ter um celular, de ter dinheiro, de ter várias mulheres. Eu acho que os meus amigos se sentiam muito mais atraídos por isso. E acabaram se envolvendo. Então, acho que uma coisa gera a outra. Se por um lado o país desse condição a todos jovens de trabalhar honestamente, de ter o seu bom dinheiro, de ter sua família, de ter sua casa. Ele não precisaria se envolver com essas coisas. Se, o país não dá condição, a comunidade não dá condição disso, o quê que acontece? O jovem vai e se envolve. A diferença tem a ver também com o aspecto familiar. Formação familiar. Se você ver algumas pessoas que se envolvem com a vida do crime, são pessoas que não possuem formação familiar, ou têm alguma debilidade. Que não tem pai ou não tem mãe. Ou seu pai bebe, ou sua mãe bebe.

Já Rosa (18), que vivenciou as mais difíceis situações de privação e violência familiar parece compreender a entrada no tráfico feita por suas colegas, interpretando-a como um extremo de revolta. Mas diferencia-se delas alegando algo como uma “vocação” contrária. Rosa testemunhou o assassinato do pai, o enlouquecimento da mãe a procura do corpo. A sua recusa ao risco da morte parece ter fortes raízes nessa vivência. O “juízo” que faz do caminho das amigas não passa por valores morais, mas pelo medo.

Pra ele ser bandido é porque tá muito revoltado da vida e não tá conseguindo nenhum serviço. Porque esse negócio de ficar vendendo tóxico por aí... Eles ficam aí na vida. Aí vê que tá mole o dinheiro vão querer sempre o mais mole. Num vão querer nunca correr atrás pra poder se sustentar. Por isso que eles entram nessa vida. Ah, eu nunca quero... se precisar eu morrer de fome, mas eu acho que não sirvo pra isso não. Eu já vi muitas colega minha que faziam isso. Levavam tóxico pra outras favela e, mesmo assim, depois, os polícia pegavam elas, estrupavam elas e depois batiam.(...) Aí eu ficava com medo. Porque eu sei que não vou agüentar mermo levar porrada de polícia. Vou apanhar, ainda vou cagüetar os caras, ainda vou morrer. Perder minha vida à toa. Então eu prefiro ficar assim, arranjar um serviço. Mesmo assim, passando fome, alguma coisa, mas... acho que não sirvo pra isso não.

Para encerrar esta nossa análise damos destaque à história de Elaine (16), que sensibiliza pelo seu conteúdo conflituoso. Num primeiro momento ela descreve a perda do marido assassinado, tentando justificar a sua morte. No correr da conversa ela nos revela o seu discernimento sobre entrar ou não no tráfico, contrapondo-se à própria experiência e repetindo os argumentos do marido. Ela pondera sobre um “mercado” de trabalho, para o qual vê afunilado seu destino.

Depois que eu ganhei a minha filha ele entrou pra vida...Ele já tinha entrado há muito tempo. Mas ele nunca era revelado. Aí quando tava mesmo... aconteceu o que tinha que acontecer. Mas ele que quis assim. Se ele não quisesse assim ,ele não tinha entrado. Necessidade...Mas ele tinha a profissão dele como mecânico de carro... Ele entrou numa aventura (...)Esses dias mesmo eu tava pensando em ir. Tava falando com a minha irmã. Ó, a única coisa que vai ser agora, eu vou ter que entrar querendo ou não querendo (...) Cargueira. Levar e trazer... cocaína, essas coisas. Se eu não tô trabalhando, o serviço tá muito difícil, que eu procuro e não acho... Só assim eu vou ver. Ou vai ou racha...hoje eu posso tá viva mas amanhã ou depois eu não posso tá. Porque esse dinheiro também não rende. Mas eu penso muito na minha filha também, ela tem que ter pelo menos uma coisinha. (...) Minha irmã também não tem mais marido. Ela tem dois filho. Eu e meu pai, meu pai não tá trabalhando. Então, a única coisa que vai ser é isso mesmo. Eu sei que esse dinheiro não é o dinheiro bom. Que o dinheiro bom é esse que a gente rala, rala, dinheiro suado. Como é um serviço que a gente tá acostumado, àquele serviço ali a gente não

vai querer sair mais. (...) A gente vai sair de um serviço que ganha 200, 100 por semana pra entrar em um que ganha 130, que é um salário, por mês? Ai também eu fico pensando na minha filha. Já pensou, a minha filha perdeu o pai, perder a mãe também? Porque tem pouca volta...

No meio de nossa conversa, começamos a falar muito baixo, analisando essa escolha a partir de uma situação que ela viveu na pele, assumindo um papel ainda de pesquisadora, mas mobilizada por aquela sentença auto-decretada, que me induz a questionar junto com ela algumas das contradições que expõe. Experimento um sentimento de enorme impotência ao perceber que “já está dentro”, como costumam dizer. Senti medo por ela, ao recordar do seu relato do assassinato do marido, mas me sentia sem argumento, atada por aquele afunilamento, pela manifesta falta de esperança. Creio ter experimentado em mínima escala o sentimento da mãe, ou de esposa, percebendo o quanto ele angustia.

(...) Eu fui falar com a minha sogra...ela chorou. “Pô, Elaine, não faz isso não, tua filha não tem falta de nada não” “– A senhora tá certa. Mas a senhora é sozinha, pra sustentar o filho da senhora que é doente, sustentar a sua neta, sustentar a minha filha também ...não dá isso não. A senhora já tá idosa já, ficar se matando, fazendo a faxina por 10 real, 20 real, quando aparece. Não, eu tenho que trabalhar pra ajudar a senhora”. Ela chorou, pediu tanto. Eu tinha desistido. Mas agora voltei a querer fazer isso de novo. (...) Correr risco a gente corre...mas eu não tenho medo de nada não. Pô! Já passei por cada coisa! Que agora não tenho medo mais de nada. Tem dia que eu já trabalhei nisso. Mas eu não ganhava dinheiro não. (...)Eu levava bolsa daqui pra Nova Iguaçu. Eu ficava assim: “ai, meu deus do céu, eu me arriscando...Se os policial, se esses homem me pegar daqui, de Nova Iguaçu, eu sei que viva eu não vou voltar”. Já passei por muita coisa também, quando vinha do baile ele pegava e me passava a arma pra eu entrar com ela, mesmo que eu não quisesse. (Elaine, 16)

Ao longo deste capítulo, a maioria dos depoimentos destacados apresentavam alguma referência à **violência ligada ao tráfico**. Percebemos que as vivências neste âmbito atravessam a vida dos moradores de maneira às vezes drástica e fatal, em outras apenas tangencia, mas não deixa de fora nenhum deles. O termo que usamos para caracterizá-la não expressa sua abrangência dentro do contexto estudado e corre o risco, como foi observado em algumas falas, de depositar exclusivamente no indivíduo – no caso o bandido – a autoria da violência. Mesmo não encontrando um termo melhor, percebemos e sinalizamos aqui a dificuldade de separar as muitas “violências” que compõe este universo. A violência dos traficantes sobre os moradores - a menos citada por todos; a violência da polícia sobre a população – a mais sublinhada; a violência estrutural e cultural que acompanha a entrada do jovem para o tráfico; a violência do próprio consumo da droga, com seus múltiplos fatores de dependência; a violência que incide sobre as famílias e interfere na educação e relações desde o nascimento; a violência da perda, dentre outras mais. Concluimos por frisar a amplitude desta questão, mas também a possibilidade de ação nas inúmeras frentes nas

quais se expressa, ações que serão necessariamente locais, mas que não deverão perder de vista a emaranhada rede que a sustenta.

Muitos caminhos foram expostos nessa análise, que pretendeu descrever, através da fala dos sujeitos o perfil de violência traçado pelas vivências dos moradores de Vigário Geral. O processo de exclusão que a eles se impõe tem longa história, mas ganha hoje novos contornos. Deles se vale o tráfico de drogas e toda a política que o alimenta, configurando uma forma bastante distinta de expressão da violência. Castel (1995) discute que um novo tipo de **exclusão social** repercute num também novo tipo de violência social. Ele analisa que a presença de um novo público em situação de não integração, fato relacionado ao desemprego e à desestabilização nas relações de trabalho e condições salariais (proteções sociais, direito social, direito do trabalho, políticas sociais e crise social) configuram uma forma de exclusão ainda mais abrangente e “violenta” que, principalmente no caso dos jovens, reforça o caminho da criminalidade como uma “alternativa” de sobrevivência e de integração na sociedade de consumo.

Percebemos neste sentido que jovens e adultos são diferentemente afetados por esta situação – e sentimento – de “inutilidade” social em nova envergadura. Ao longo das últimas décadas, a passagem por diferentes crises de mutação permitiu que se reconfigurasse o perfil da violência. Wieviorka (1997) as descreve na seguinte ordem: a crise do estado-providência; a crise das formas clássicas que asseguram a igualdade individual e a solidariedade coletiva – a cidadania; a elas somando-se, hoje, uma crise cultural, expressa por meio de toda sorte de identidades culturais que demandam reconhecimento no espaço público. É dessa forma que da violência política dos anos 60/70 passa-se a um quadro de violência associada ao processo de exclusão social dos anos 90. Os aparatos e organismos de repressão aplicados sobre as classes médias através da censura política, voltam-se para as classes populares. O discurso de limpeza social, a ideologia e as “técnicas” de tortura são aplicadas nessa suposta luta contra a criminalidade, cujas maiores vítimas, como explorado neste capítulo, permanecem sendo as populações marginalizadas socialmente. Num artigo que relaciona violência, cidadania e saúde pública, Agudelo (1997) afirma que o Estado tem perdido sua capacidade e sua autoridade para pautar e mediar os conflitos sociais. Conseqüentemente, não somente o uso da força, mas também a decisão sobre a vida das pessoas, foram deixadas ao arbítrio de outros poderes e esquemas valorativos. Estes novos esquemas se contrapõem, se superpõem ou se reforçam mutuamente e se expressam na

“violentação” da sociedade. O autor define esta como sendo a exaltação da eliminação do contrário e a elevação da força à categoria de pauta de ação, norma de comportamento e mecanismo de solução de conflitos, com drásticas conseqüências sobre as relações, sobre a família, sobre a saúde.

Neste raciocínio as diferentes formas de violência: estrutural, de resistência, de delinquência e cultural, que podem ser identificadas no relato dos entrevistados, mostram a maneira perversa como estão articuladas e se complementam umas às outras, imobilizando pelo terror e emudecendo pela força. Desta maneira cumprem seu “objetivo”, com uma eficácia que não tem demonstrado outras formas de resposta e resoluções sociais para pautar a convivência e garantir os direitos, como seria de se esperar numa ordem cidadã. Penetram os meandros da vida cotidiana, disciplinando indivíduos através do silêncio; famílias, nas separações impostas pela morte, maus-tratos; instituições e países. Sua ação vem deteriorar ainda mais Estados já debilitados pela corrupção, devido a falhas históricas e pela sobrecarga dos recortes neoliberais. A idéia de cidadania, tão vinculada a estes estados e a seus aparelhos de justiça, hoje deslegitimados pela sua impotência e corrupção, não contempla os excluídos e, portanto, vê-se minada em seus postulados básicos: a igualdade, a mediação do Estado, a própria liberdade.

No lugar desta ordem cidadã se estabelece uma “ordem violenta”. Por meio dela a violência converte-se em critério, norma, representação e valor socialmente dominante, nas relações interpessoais, institucionais e sociais. Desta maneira a violência se converte em estratégia de socialização, mediante estruturas, valores, da educação, do achatamento da singularidade e a eliminação da diferença pelo terror. Reverter este processo é começar a andar na mão contrária do caminho sem saída da negação do conflito, do isolamento, da vingança e da repressão. Nessa direção se impõe com urgência a reconstrução da dignidade da vida, que só pode ser alcançada com uma maior tolerância à diferença, e com a intolerância à iniquidade. Valores que se instauram através da comunicação, da democracia real e do cumprimento de responsabilidades, nas amplas esferas de poder, como também na micropolítica das relações do cotidiano, onde essa ordem violenta se manifesta e de onde vai, gradativamente, permeando todo o tecido social.

Experiência de Gerações

Capítulo 3

Experiência de gerações

O objetivo deste capítulo é apreender da experiência das gerações, a partir das vivências anteriormente relatadas. O caminho que escolhemos será o de primeiramente pensar nas conseqüências dessas vivências na saúde dos indivíduos e da comunidade, valendo-nos do aprendizado dos sujeitos. Este aprendizado interfere no presente e perpetua-se através da socialização, num movimento sempre dinâmico. Conteúdos do conhecimento relacionado à violência e algumas formas pelas quais ele é transmitido entre as gerações serão também aqui objeto de nossa análise.

O termo *socialização* é compreendido por nós como o processo pelo qual as pessoas são ensinadas, e aprendem, quanto a aspectos da estrutura social e da cultura, como seus valores e normas, e também como internalizam determinadas disposições intelectuais e de personalidade, segundo as contribuições de Cohler & Grunebaum (1981). São as relações entre gerações que permitem, através da socialização, que a vida social tenha prosseguimento, assegurando a continuidade da sociedade. A importância de relacionar o conceito de geração ao conceito de violência encontra-se no fato de que tais papéis, que são naturalizados nas relações, são elementos chave na manutenção ou na mudança das estruturas sociais. Tendo como interesse apreender as condições que geram, que previnem ou mantêm a violência, do ponto de vista dos sujeitos, a perspectiva de gerações se faz valer. Segundo Johnson (1997), a significância do conceito de geração para o campo da Sociologia se dá justamente no estudo da mudança social, pois cada geração vivencia e interpreta a sociedade e suas instituições de maneira diferente, no que pesam os movimentos da sociedade e os aportes da cultura, que indivíduos e grupos estão sempre a criar e a transformar.

Sendo a compreensão da morbidade e a prevenção da violência o crucial desafio da saúde pública de nosso tempo, para elaborar metas e estratégias de ação neste campo devemos partir do conhecimento elaborado e acumulado pelos sujeitos, espaços e setores da sociedade, que demandam as mais contundentes ações. Cabe-nos investigar não somente as áreas de conflito, os temas principais, como principalmente a forma pela qual estes sujeitos incorporam, elaboram

e transmitem seu conhecimento, visando entender como a violência e suas estruturas influenciam na socialização e portanto no comportamento. Alcançar um resultado de transformação efetivo, em termos de um viver mais saudável, através de práticas de educação e saúde, exige dos profissionais a “familiaridade” com as normas culturais dos sujeitos e das comunidades. Elas são muitas vezes ignoradas ou mesmo combatidas, por se mostrarem, aos “olhos estrangeiros” de muitos agentes sociais, antiquadas, violentas ou defasadas. Deve-se a isso, em muitos casos, o fracasso de certos trabalhos que mobilizam recursos e boas intenções, mas não cultivam o esforço cotidiano de conhecer e contar com o conhecimento daqueles a quem pretendem atender.

O comportamento diante da violência é diverso, condicionado em geral pela necessidade de defesa, de proteção ou de ataque. Expõe-se em atitudes de “negociação”, de diálogo, mas também de discriminação e reprodução, servindo tanto à construção como à deterioração de possibilidades, tanto ao desejo de encarar a vida de frente, como de ir “ao encontro” da morte. Esses comportamentos são estimulados ou boicotados por família e sociedade, de maneiras raramente conscientes, mas em geral bastante contundentes, a ponto de definir o futuro dos sujeitos. Ao conversar com os entrevistados, a lógica de muitas dessas interações, carregadas de intensidade, veio à tona, nos permitindo observá-la em sua estreita ligação com a saúde.

Pensar a saúde como “situação e sensação de bem estar” nos leva a ouvir muitas falas que demonstraram, nas entrevistas, sua precariedade em meio à “violentação” da vida. Essas falas testemunham aspectos para além do “organismo”, numa visão médica mais restrita, mas revelam sensações e sentimentos que sem dúvida o afetam. Expressam uma condição humana de “objeto” social, de não-sujeito das próprias escolhas, e a limitação cada vez maior de recursos para o enfrentamento dos riscos do viver, contrariamente a tantos avanços do saber e tecnologias voltadas para a saúde. O adoecer, o envelhecer, a gravidez, o nascimento e o crescimento, potencializam-se em seus riscos, na situação de desinformação e desassistência vivida. Pensar numa situação de morbidade decorrente da violência requer atenção ao processo vital, seus cortes e interferências ao longo da vida, fatores de risco e de proteção criados e utilizados pelos sujeitos. Exemplo disso é que algumas das formas de se proteger que indivíduos e grupos engendram, como o silêncio, o medo e a rigidez, são inúmeras vezes

precipitadores de novas violências e de um quadro pior de saúde. Intenta-se às vezes traduzi-lo por uma “radiografia” e terapêutica do trauma presente, seja ele físico ou mental, através do olhar sobre o indivíduo doente, ou sobre a doença do indivíduo, principalmente dentro de uma concepção de saúde como a cura de sintomas pontuais. Mas o aprendizado da doença é longo e envolve muitas participações especiais em sua trama, como ambiente, comunidade e cultura, dentre outras. Melhorar a saúde é também um aprendizado do percurso de vida e suas interferências, que educadores e sujeitos deveriam percorrer juntos.

Ao abordar o tema da saúde junto aos entrevistados, duas idéias principais se fizeram presentes. A primeira delas é a violência vivida dentro dos próprios serviço de saúde, por sua falta, pela carência de recursos, pelo descaso profissional. Discutimos esse assunto, no capítulo anterior, como uma das facetas da violência estrutural. A outra vertente de saúde, sobre a qual nos debruçamos neste momento, se refere ao tipo de violência que se impõe da maneira mais brutal sobre o grupo da pesquisa – a multiplicidade de expressões da violência ligada ao tráfico de drogas. As questões de saúde apontadas versam, num primeiro plano, sobre as conseqüências diretas da chacina, dos tiroteios e mortes presenciados. O termo “nervoso”, que mencionamos na apresentação deste trabalho, reaparece, presente em todos os relatos, sobretudo no dos adultos. Ele é trazido como a conseqüência principal da violência sobre a saúde. Definido como uma doença, é descrito nos seus diversos sintomas:

(...) eu tenho a pressão alta, eu quase não durmo. Eu fico pensando naquilo e não me dá sono. Eu fico acordado só pensando naquilo, quer dizer, interfere na minha saúde (...) Se eu souber de alguma coisa que aconteceu, interfere mais ainda. Aí eu não vou dormir. Eu fico pensando no problema do meu genro, no problema da minha tia, da minha mulher. Eu chego na cama, vou dormir, o sono não vem nem... Eu fico pensando, e aí a pressão entra e...A pior doença é negócio de violência.(...) Você chega ali, uma pessoa que é seu parente é assassinado. Você fica com aquele pensamento. Você não vai dormir. É a pior doença. Que a pessoa não sente... Vê as pessoa morrendo, tudinho. O que deve acontecer? Aquilo deve dar um sistema meio nervoso na gente. E aquele sistema nervoso não deixa a gente dormir. Até ficar maluco...né? (...) a bebida eu bebo pra poder dormir. A minha esposa também . Ela bebia pra poder dormir. (Messias, 57)

A violência é, em si, considerada por este senhor como “a pior doença”. A afirmação abstrata se concretiza na história de sua família. Ele nos conta que ele e as duas filhas estão na mesma “coisa” (palavras suas). Nos dois anos que passaram, os três perderam seus companheiros. No caso de sua esposa, ela faleceu por alcoolismo, situação em que hoje ele também se encontra.

Seu Messias relaciona a bebida à dificuldade de dormir. Sua resposta nos conduz ao início do depoimento, que coloca nessa dificuldade o peso maior da violência. A relação não é tão direta, ao considerar uma questão como o alcoolismo, que se deve a múltiplos aspectos. Mas, mesmo numa relação superficial, vem à tona, como mais um fator de risco ligado à violência. A conjunção desses fatores contribui para que o sujeito venha a descrevê-la como “a pior doença”. Estar sem emprego, cobrar-se o apoio às filhas, também desempregadas, passar todo o seu tempo na favela, não dispor de alternativas de lazer e o próprio álcool, influenciam, dentre outros aspectos, numa saúde precária.

No depoimento seguinte, o sujeito utiliza a mesma expressão de Seu Messias para descrever seu problema, quando diz “estar com o sistema nervoso”. Nessa expressão, os sujeitos transformam o “nervoso” numa qualidade do sistema, acrescentando ao termo anatômico (sistema nervoso) a idéia de uma debilidade constante e duradoura de tensão. Achamos pertinente resgatar este termo, pois ele vem reforçar a relevância do “nervoso” como doença, que se fez presente na maioria dos relatos. Duarte (1986) desenvolveu larga pesquisa antropológica sobre esta categoria, atestando e compreendendo a sua constância nas queixas de saúde de trabalhadores urbanos, vinculando-a às condições de trabalho e sobrevivência do grupo pesquisado. No meio da fala de nosso sujeito, ele agrega ao trauma dos tiroteios uma outra explicação para o “nervoso”, ligada à indignação pelo descaso da justiça diante do acidente que sofreu.

Isso botava as pessoas completamente nervoso. Você tava tranqüilo e de repente era um tiroteio, os cara correndo aí... Tenho problema de sistema nervoso até hoje. (...) Se eu não usar um remédio eu caio no meio da rua, não vejo, vou parar no médico. (...) Já tem 20 anos que começou este problema. Foi quando eu levei uma batida de ônibus. Eu tava morando em Mesquita. E não fui indenizado nem coisa nenhuma. O que deixa a pessoa completamente assim... “velho cheio de problema”, né? Mas a gente conversa muito com as pessoas. Uma menina falou pra mim: “Ah, eu tenho um problema seríssimo, que eu sou empregada...” e ela deu um desmaio na casa da madame – e ela é sozinha, ela é solteira, e ela falou assim: “se ela me mandar embora eu num sei nem pra onde eu vou, pro meio da rua. Se ela me der um dinheiro, a única coisa que eu tenho que fazer é pagar a passagem, pra mim poder ir embora pra Minas, de novo. Ela diz que é sozinha, não tem ninguém por ela, nem irmão, nem mãe...(João, 59)

Seu João traz o sentimento de ser “um velho cheio de problema”, devido às situações vividas, mas relativiza sua situação, jogando-a para um plano mais social, ao conduzir sua fala para descrever a situação de uma conhecida que tem um problema de saúde no trabalho e fica,

também ela, completamente desassistida. A vivência relatada conduz a um sentido comum: trabalho, doença, exclusão. Ao sinalizar este trajeto da fala, queremos reforçar como diferentes tipos de violência encontram-se vinculados, enquanto vivência e experiência, na geração da doença.

Podemos analisar, quanto à chacina, que a morte dos vizinhos incorporou-se à vivência coletiva dos moradores, sob a forma de trauma. O testemunho de um jovem vem apontar algumas diferenças de percepção entre as gerações que serão abordadas mais a frente.

Tava aí na época. Eu fui vê todos. Eu não sonhei. A senhora vê que eu tava tão acostumado, que eu nem sonhei. Minha mãe ficou nervosa. Eu não sonhei, não tive nenhum trauma. Mas teve muitos que teve. Parentes, amigos, irmãos. Mas eu tive trauma só, de vê que só inocente morreu. Só inocente. Não teve culpa em nada. Não é que eu queria que traficante, bandido, morresse, não. Mas pô, só trabalhador....? Não devia nada pra eles, morreram inocentemente.(...) O trauma maior é esse que eu falei, de 21 trabalhadores morrer. Uns mataram...e quem teve a culpa foi os trabalhadores daqui. Não conseguiram pegar quem devia, quem não devia que sofreu. Acho que o trauma da favela é esse. (Jair, 17)

Nosso entrevistado traz nesse comentário percepções que vão do trauma individual das pessoas ao seu redor, vivido diferentemente por jovens e velhos, a um “trauma da favela”. O “nervoso” vem novamente qualificar o desequilíbrio que derivou da chacina. O seu trauma é descrito pela sensação de injustiça, mais ainda do que pela constatação das mortes que, embora aterradoras, são de certa forma familiares aos moradores. Propõe então que o fato de 21 trabalhadores morrerem é o “trauma da favela”, uma situação coletiva de choque, indignação e ofensa suprema ao valor da vida e do trabalho.

Quando iniciamos os atendimentos no ambulatório em Vigário Geral, fomos levados a contar com um psiquiatra na equipe, pela quantidade de queixas relacionadas a um quadro de *stress pós-traumático*. Não percebíamos, na ocasião, certas especificidades deste trauma, como o de ser o eco de uma indignação e desrespeito de raízes mais profundas do que a própria chacina, relacionadas a eventos que perpassam toda uma vida de exclusão.

Para as mulheres, que permanecem mais tempo dentro da favela – as mais idosas ficam meses e até anos sem sair – o impacto apresenta-se ainda maior. A fala de Dona Luzia (56) descreve diversos sintomas desse trauma, que é constantemente alimentado por novas vivências.

(...) Eu pensava tanta coisa, eu pensava deles invadir a minha casa, e amanhecer todo mundo morto. Tinha vezes que eu pensava até que já tava morta...Nem pensava que tava viva, pensava que tava morta. Ficava calada, entendeu? Mas só Deus sabia como é que eu estava. (...) Interfere na saúde sim porque a gente fica com os nervos bem abalado. Abalado é a gente ficar com os nervos descontrolado, não controlar, não saber onde bota as coisas, não saber onde bota nem uma caneca. Porque a gente tá com o pensamento no trabalho e naquilo que a gente viu. A gente toma susto porque a gente vê aquilo. A gente pensa que apaga aquilo da vida da gente, mas a gente não apaga não. Quando você olha, você já tá vendo aquelas pancadas. (...) A gente não esquece. acho até que pode passar um ano, dois, quatro, cinco, seis...pode passar o que passar mas a gente não esquece...

A grande característica de um trauma é de atualizar a ameaça, mantendo o corpo em permanente situação de tensão. O tremor, dores de cabeça, de coluna e musculares, bem como diarreias, constipação e insônia fazem também parte do quadro relatado pelos pacientes atendidos. O medo de sair de casa é acompanhado de depressão, de problemas de memória, do descuido corporal, com os familiares, com a casa. Trazemos aqui algumas contribuições de Kaplan & Sadock (1990) sobre o que é tradicionalmente descrito como *distúrbio de estresse pós-traumático*, a título de comparação com os sintomas psíquicos e somáticos relatados.

O distúrbio de estresse pós traumático desenvolve-se em pessoas que experimentaram um estresse emocional ou físico que seria extremamente traumático para virtualmente qualquer pessoa. (...) As três características principais são a reexperimentação dos traumas através de sonhos e pensamentos, insensibilidade emocional a outras experiências de vida, incluindo relacionamentos, e sintomas associados de instabilidade autônoma, depressão e dificuldades cognitivas, como concentração deficiente. (...) O exame do estado mental freqüentemente demonstra sentimentos de culpa, rejeição e humilhação. O paciente pode também descrever ataques de pânico. A testagem cognitiva pode revelar prejuízos de memória e atenção. Sintomas associados incluem agressividade, violência, deficiente controle dos impulsos e dependência de álcool e drogas. (...) A disponibilidade de apoio social pode também influenciar o desenvolvimento, a gravidade e a duração do distúrbio de estresse pós-traumático. Em geral, os pacientes que dispõem de uma boa rede de apoio social têm menor probabilidade de desenvolver o distúrbio ou de experimentá-lo em suas formas mais graves. O distúrbio parece ocorrer mais nos solteiros, divorciados, viúvos, e em pessoas com dificuldades econômicas e sociais.

Nossa reflexão, no capítulo anterior, nos conduziu a observações semelhantes às descritas acima com relação à doença. Mesmo nessa descrição psiquiátrica têm destaque os fatores sociais ligados à rede e situação social do paciente. A convivência com uma rede mais ampla e diversificada atua como forma de proteção ao sujeito exposto à situação traumática. O isolamento provocado pela pobreza, tanto de relações como de recursos de apoio, tem um peso preponderante no agravamento do quadro de saúde, deixando o sujeito cada vez mais vulnerável às próprias crises de desenvolvimento e tanto mais com a ocorrência da violência de cunho criminal. Outros critérios de diagnóstico, destacados por Kaplan, foram também trazidos reiteradamente pelos sujeitos: *lembranças angustiantes recorrentes e intrusivas do evento (em crianças pequenas, jogo repetitivo, no qual temas ou aspectos do trauma são expressados); (...) agir ou sentir subitamente, como se o evento traumático estivesse ocorrendo novamente; (...) intenso sofrimento psicológico quando exposto a eventos que simbolizam ou lembram um aspecto do evento traumático; interesse marcadamente diminuído por atividades significativas; a sensação de futuro abreviado (não esperar ter uma profissão, filhos, ou uma vida longa); o afeto restrito (incapaz de sentir amor), (...) sintomas persistentes de alerta aumentado: resposta exagerada à surpresa, dificuldade de adormecer, irritabilidades ou crises de raiva, dificuldade de concentração.*

A descrição destes sintomas, por si só, nos aponta dicas de tratamento e de prevenção que serão abordadas no decorrer desse trabalho. Uma queixa frequente que recebi dos moradores que vinham consultar seus filhos “com problema de nervoso” foi quanto a brincadeiras e desenhos exclusivamente de morte, armas, tiros, exaustivamente repetidos. Avós e mães procuravam reprimir essa expressão, numa evidente evitação desse tipo de lembrança traumática. Alegavam temer que os filhos tivessem “tendências violentas”, reforçadas por estas brincadeiras, aumentando o temido risco de se “envolverem” mais tarde com o tráfico. Evitavam também desenvolver qualquer conversa a respeito, “para não influenciá-los ainda mais”. Percebíamos que para estas mães, mobilizadas por suas próprias lembranças traumáticas, era difícil acatar a tentativa de elaboração dos filhos através das brincadeiras. Muitas vezes, a simples conversa a respeito das cenas por eles representadas, e por elas temidas, aliviava a sua tensão e a conseqüente pressão sobre aqueles.

Nessa época de trabalho em Vigário Geral, nos impressionava ouvir os pacientes repetirem a expressão “as carnes tremem”, que nos era trazida como sintoma do “nervoso”. Após termos passado por uma situação semelhante à descrita abaixo por Lucimar (18), constatamos e compreendemos como isso acontecia.

Nessa época o conflito abalava mesmo porque era muito tiro. Várias das vezes eu tava saindo ou tava chegando e eu tive que ficar deitada em cima da ponte, com os polícia querendo entrar na favela, e troca de tiro com bandido, e eu deitada lá na ponte. Isso, como dizem: bala perdida não tem direção, e eu lá deitada. Eu não podia nem movimentar alguma coisa, que podia levar um tiro, acontecer alguma coisa. Porque na hora dá uma pressão, dá um medo, a gente não sabe o que faz. Dá vontade de sair correndo, ou então dá vontade de se deitar lá na beirada da ponte e descer rolando, a única coisa que vem na cabeça.

Cada entrada da polícia na favela trazia-nos a mesma sensação de pânico vivida naquele dia, em que nos vimos acuados no meio do fogo cruzado, o que de fato nos fazia “tremem”. Ao constatar que, até hoje, ao ouvir fogos de artifício chego a contrair os músculos, penso na magnitude das seqüelas dessa guerra para a massa da população que é submetida a tamanhos estressores. Estes sintomas são ainda ignorados e às vezes ridicularizados pelos serviços de saúde, como “histeria”, deslegitimando os sujeitos em suas queixas, o que vem se agravar pelo círculo de omissões responsáveis pela situação de risco a que continuam expostos. Esse círculo aprisiona os sujeitos numa baixíssima qualidade de vida e desesperança, deixando de fora a cidadania, o respeito a quaisquer direitos, denúncia ou contestação, sob a lógica do extermínio, que é também a lógica do mercado e da exclusão social.

Trazendo essa reflexão para um outro campo, o que nos permite Seu Benício (56), o “nervoso”, que representou até aqui uma situação de doença, é traduzido como uma reação “normal” a uma situação de impotência ditada, nesse caso, por uma violência estrutural. Ele demonstra o quanto esta deixa também seus traumas, ênfase de toda a sua entrevista.

Se você vê um pai, uma mãe, uma irmã, ou um irmão seu completamente mal e você não tem recursos para que possa salvar aquela pessoa, você vai ficar nervosa, não vai? Igual já aconteceu comigo, de chegar, sem dinheiro no bolso, chegar com uma pessoa ruim num hospital e eles dizerem que não tinha condição de atender. Quê que se passa com você? Se não ficar nervosa, é que tem um sangue muito frio. E é o que o brasileiro não tem.

A sua resposta à mesma pergunta que dirigi aos outros entrevistados, sobre como a violência interfere na saúde, reconfigurou a questão. Ele nos descreve como, uma situação de exclusão

vivida no serviço de saúde, vem gerar a violência do sujeito vitimado, violência de resistência. Esse nervoso é trazido como reação humana mais provável a uma violência maior. Essa mesma percepção se colocava para nós como questionamento na época do trabalho na favela. Não seria o “problema de nervos” dos moradores a resposta mais saudável à desumanidade testemunhada? Qual a maneira então de aliviar o sofrimento que esse “nervoso” trazia, e que tinha como efeito deteriorar ainda mais a saúde?

Seu Messias (53) reitera inúmeras vezes a imposição do silêncio, frente ao risco de morte. Dos entrevistados, é o que nos traz com espantosa certeza essa máxima como ensinamento para as outras gerações. Este silêncio, que é trazido como forma de proteção, pode ser também percebido como mais um agravante para a saúde, ao impedir a expressão, a comunicação, ao impor a solidão e a desconfiança, quando sabemos da importância da expressão dos sofrimentos para sua elaboração. Ao perguntar-lhe sobre algum sentimento ou pensamento da época dos tiroteios ele responde:

Contra não. Você sabe que a pessoa não pode ficar contra ninguém, né? Eu só olhei aquilo ali e fiquei na minha.(...) Não posso ficar contra. Não posso falar nada. Claro que não pode falar nada. Eu ensino isso pras minhas filhas: “não falar demais”! Que se falar demais tá arriscado a chegar e...Não pode falar nada. A gente tem que ficar na nossa. “Viu alguma coisa?” Não!

Ao perguntar, em seguida, se já havia passado por alguma situação de violência a resposta é enfática e negativa: “Não, aqui dentro, nunca”. O desafio de trabalhar com este trauma, que reúne sem dúvida aspectos privados, mas é também a representação coletiva da violência na favela, é tanto maior ao considerarmos que a situação geradora de estresse se mantém. “Medicalizar” este “trauma social”, com os escassos recursos da clínica tradicional, pode ser aumentar o problema, pois é fechar os olhos às suas verdadeiras causas – como inúmeras vezes vem sendo feito, no que diz respeito ao “nervoso” das classes trabalhadoras. É de certa forma anestésiar um problema social e político, camuflá-lo com uma nova violência, desta vez institucionalizada no saber e prática clínicos. Mesmo na medicina, a indicação relatada por Kaplan (1990) para os distúrbios identificados sugere que a medicação dos casos mais graves seja acompanhada por psicoterapia, que estimule o paciente a *rever e liberar os sentimentos relacionados ao evento traumático, a fazer planos para uma futura recuperação* mas sobretudo *afastá-lo da fonte de estresse*. A impotência que por vezes sentíamos dentro do ambulatório,

pelo afã de trazer algum alívio ao sofrimento testemunhado, veio transformar-se numa pauta de ações de prevenção, propiciada pela proximidade que tínhamos dos moradores. Ela incluiu grupos terapêuticos e educativos como o já citado, reunidos em torno de problemas comuns, a busca conjunta de opções de lazer, a conversa com pais a respeito dos riscos temidos, valores e métodos de educação dos filhos, que pudessem prevenir estes riscos, e outras possibilidades abertas pela perspectiva de ampliação de nossa visão do problema, passando a conceber nossas práticas a partir de uma concepção de Saúde Pública, como a elaborada por Agudelo (1998) na citação que se segue.

“Se a saúde pública consiste em certa situação de bem-estar coletivo e a conseqüente sensação de desenvolvimento e usufruto da vida por parte das pessoas e de seus diferentes coletivos, a violência é força de sinal contrário. Esta dificulta e impede o adequado funcionamento orgânico, decompõe a estrutura individual e social, além de amargar e impossibilitar a vida. Contudo, como a saúde pública é também o conjunto de ações e saberes acerca dos acontecimentos que potencializam, dificultam, expressam, explicam e avaliam o bem-estar coletivo, ela possui, diante da violência, um enorme conjunto de possibilidades e tarefas”.

Explorar estas possibilidades e propor novas práticas é tarefa imprescindível. Demanda buscar formas criativas de intervenção a partir da realidade social e cultural das comunidades, famílias e indivíduos. Pensamos que uma de suas metas é fazer possível uma elaboração da revolta em ação transformadora, ação política e solidária, em cuidados mútuos e sobretudo em respeito às vivências e expressões culturais de cada grupo. A possibilidade de dar voz, de reconhecer, de instaurar uma relação de respeito e parceria na busca da saúde, de falar e identificar os conflitos vividos com os conflitos de outros, permite a inversão de uma lógica de saúde fundamentada no poder e saber do profissional de saúde, em geral alheio à expressão e participação dos sujeitos. A definição de Packman (1993) do termo poder e de como se manifesta em violência nas relações é uma inspiração para essa mudança de atitude:

Por poder entendo um contexto de interação que permite que certos membros de um sistema social dado definam o que é que vai ser validado como real para outros membros do sistema. Essa definição pode ou não ser expressa linguisticamente, estará sempre encarnada em práticas cotidianas que geram, mantêm ou reforçam

essa “realidade” assim criada. Esse poder pode ser eventualmente instrumentalizado através da violência, entendida como aquele contexto de interação em que alguns membros de um sistema social dado são negados ou invalidados como sujeitos sociais, emissores únicos e originais de linguagem e atores de uma história intransferível. (Packman, 1993)

A violência, por ele definida como esse “contexto de interação”, que nega o sujeito na sua capacidade criativa e de participação, vem se fazendo há muito presente nas tradicionais práticas de saúde, ao buscarmos soluções mais imediatas, isolando o indivíduo de seu contexto e se isolando do sujeito e de sua realidade. Para intervir sobre a violência, a partir do campo da saúde, no quadro de morbidade e na prevenção, acreditamos que um dos primeiros passos é a escuta atenta destas “histórias intransferíveis” e a proximidade dos profissionais destas representações, que são a base do comportamento e de sua possibilidade de mudança.

Atentos à experiência dos sujeitos, voltamos agora à voz das gerações, no que tange à convivência com os fatores de estresse relacionados à violência. A diferença como jovens e velhos se relacionam com os tiroteios, por exemplo, se evidencia no depoimento de Rosa (17).

Não vê as pessoas de idade? Ia quase ficando maluco por causa desses tiroteio. A gente não, a gente é nova, a gente gosta mesmo. Agora...essas pessoas de idade não, até gostaram muito que parou os tiroteio por causa que eles se acalmaram. Quando dava tiro a gente não sabia... pensar que dentro de casa podia até entrar uma bala pela parede...Então, quando dava tiro, outro dia ia muita gente pro hospital, passando mal, só via gente reclamando, ficava nervosa, adoesmaiaava dentro de casa.

A idéia manifestada por muitos jovens de que estão “acostumados” com a violência sinaliza para nós uma diferença de gerações neste sentido.

(...) eu já tava mais acostumado. A senhora chegou aqui e se abalou com aquilo. Ficava nervosa. Eu não, eu já tava acostumado mermo. De infância, eu sabia o que era violência. Sabia o que era violência já há um tempão... Aí eu fui me acostumando, me acostumando, me acostumando... (Jair, 17)

Essa diferença é justificada por terem crescido junto com a violência, por não terem experimentado uma outra condição, e por conviverem ainda mais de perto do que a maioria dos adultos, com o tráfico, ou desde “outro lugar”. Pois é a sua geração, seus amigos, primos e irmãos a “escolhida” para compor este “exército” de alta rotatividade. Inexiste, por parte deles,

um julgamento moral do “traficante”, que é de certa forma reconhecido como tendo feito a sua escolha, consciente dos riscos que ela traz. Essa auto determinação é, em geral, ressaltada pelos sujeitos envolvidos com o tráfico, como observa Zaluar (1994) em seus estudos. Os tiroteios fizeram parte da brincadeira da infância, quebraram a rotina da falta de lazer e da escola, carente de atrativos e de recursos. O desespero das mães quanto à segurança dos filhos nessa hora contrasta com “olhar adolescente de aventura”. Mas esse olhar também se modifica, à partir do momento em que o jovem venha viver na pele uma forma direta de agressão.

Eu devia ter uns 12, 13 anos, lá na outra casa mermo, quando era a guerra dos caras de lá contra os caras daqui. Os caras de Lucas chegaram a invadir a minha casa e minha mãe com o pequeno ainda no colo. E a minha falecida tia, com a outra criança também no colo. O falecido chegou a entrar lá em casa e falou: “pode ficar tranqüilo, pode ficar tranqüilo que vocês não vão ter nada a ver com isso não. O que a gente quer é os cara. Pode ficar tranqüilo, já conheço já a mãe de vocês já. A mãe de vocês é manêra, é responsa, pode ficar tranqüilo”. (...) Eu nesse momento tava ali, apavorado, chorando. Eu pensava que ia acontecer alguma coisa. Ai, daqueles tempo pra cá eu tô acostumado com esse negócio de tiro e tal, polícia, tô acostumado. Nasci aqui dentro. Se eu ouvir algum tiro não é novidade. E também teve uma época, quando os caras daqui de Vigário entraram em conflito com os de Lucas, eu, meus irmão e outras pessoas, ficávamos no meio da esquina, vendo os caras trocando tiro. A gente achava o máximo. Tava ali sentado na pedra e os cara sempre atirando. Porque a gente via muito filme de bang-bang no canal nove, a gente via pá, pá, pá, os cara dando tiro de rajada, fuzil, doze... aí aquelas coisas a gente achava o máximo. A gente só corria da esquina quando sabia que tinha polícia entrando pela passarela, aí a gente caía fora, deixava as rua limpa pra não haver problema, pra se vier tiro entre os caras e a polícia não pegar em ninguém.

O que fazia diferença para os jovens era a chegada da polícia, o que nos faz reconhecer que parte desse “costume” aprendido é o de estar à margem da legalidade, de uma legalidade falsa, porque “eles são da lei, mas não coloca a lei certa” – forma como Lucimar (18) descreve a polícia. A nostalgia dos tiroteios que Elaine (16) manifesta, mesmo com o assassinato do marido num desses tiroteios, fala da necessidade de “que alguma coisa aconteça”, quebrando a monotonia de um vida restrita à casa, sem planos, fora da escola e do trabalho, que coloca como única maneira de lazer esse tipo de “movimento” da rua, tão familiar ao cotidiano de toda a sua infância.

Mas sabia que eu gostava de tiroteio? Não sei se eu era acostumada...porque depois que parou de dar tiro, de vez em quando, de dia, quando fica calmo eu: “ai meu Deus, essa hora, já estava escutando fogos, os polícia entrar”. Agora não escuta nem um tiro, mais nada. Ah, eu gostava dos tiros. Quando a gente escutava tiros a gente começava a ficar...ainda mais quando a gente tava na rua, era uma correria, a gente ria, os outro correndo, a gente correndo, um caindo por cima do outro...Eu achava bom. Agora, a gente não vê mais nada, a gente só vê a favela calma desse jeito. Quando não é fogos de jogo...

Dona Luzia, desde outra geração e referências culturais, nos traz um contraponto ao “acostumar-se” dos jovens, através de uma diferente representação do “andar armado” na roça. Lá, a arma se incluía no vestuário, com outro significado, e o seu uso, assim como o matar e o morrer eram pautados por valores e regras compartilhados.

A gente não sabia o que era arma, a gente não sabia o que era nada...veio aprender tudo isso aqui. A gente sabia lá o que era foice, faca...porque lá todo mundo anda armado, ninguém anda desarmado não. Mas anda armado com peixeira, do lado...Mas não é pra matar não, é pra se defender, quando fazem uma coisa, não é pra matar ninguém não. (...) Não dá pra acostumar. A gente vive, mas não se acostuma. (Luzia, 56)

O seu olhar sobre o uso da arma, símbolo maior da violência ligada ao tráfico, vem falar de um choque cultural da sua geração, da insegurança diante de um uso não regulado, um “estranhamento”, que desnaturaliza a situação de violência. Essa diferença de olhar a faz reagir frente a um espancamento, de dentro do espaço doméstico, apelando para valores de geração.

Um dia eles mataram três ali (...)Passaram com o garoto todo esfolado aqui. Daí eu pensei que o garoto era filho de uma vizinha. Eu pedi ao polícia pra num bater nele. Ai o polícia levou ele lá pro final, pra esquina. Quando chegou lá, pegou aquela “perna de 3” e começou a bater. Ai eu gritei - “Não bata no garoto! O senhor não tem filho? Se uma pessoa tem filho não faz uma covardia dessa!” Ai eu ouvia: tá, tá tá... - ”É o filho de fulano de tal! Deixa o garoto! É filho de fulana de tal!” Ai ele começou a bater mais no garoto. Ai ele viu e disse: “Se eu bati no garoto bato em você também !”(...) Ficou ali, naquela discussão, batendo no portão pra mim abrir (...) Machucou o menino todo...e a gente ali sem poder fazer nada.... Até essa vizinha aqui ajudou a gritar também. “Não bate, num bate no garoto, é de menor. Não bate no garoto, covarde, isso é uma covardia!”. A gente falando com ele ali, ai é que ele batia. Depois o garoto voltou e falou que queria matar ele. Só não matou porque não tinha arma...

Esse tipo de reação é em geral desencorajado por todos, mas a condição de presenciar o espancamento do filho de uma vizinha e temer pelo próprio a faz intervir na cena, junto com outras vizinhas, ainda que respeitando o limite da própria casa. O sentimento de revolta e vingança do jovem agredido é parte do duro aprendizado do poder arbitrário de quem tem a arma, nesse caso. Zaluar (1994) vem mostrar como o envolvimento do jovem no crime local, está ligado aos valores e à lógica de um ethos da masculinidade, que inclui: não ser humilhado, poder proteger a si a à mulher, a possibilidade de dominar, o porte da arma, signos de vestuário e de consumo, dentre outros fatores. Neste sentido, a autora afirma o quanto a polícia vem reforçar as práticas delinquentes por uma antipedagogia da corrupção e do roubo com violência,

principalmente no vazio de sociabilidade e de participação das instituições encarregadas de fazer cumprir a lei, como vimos observando neste estudo.

Ao indagar a Dona Luzia (56) sobre qual seria o grupo mais afetado pela violência, em sua opinião, sua resposta fala de uma vivência que caracteriza a sua geração: “*Os pais. Era porque os pais sentia...que quando os filhos saía, já ficava pensando na violência, de não acontecer nada com eles lá fora*”. Ela nos conta que o maior sofrimento pelo qual já passou foi esperar o filho por toda uma noite de fogo cruzado na favela. A sua preocupação com cada filho faz com que viva em extrema tensão, o que instaura dentro de casa “um clima de violência”, como ela mesma afirma. Esse clima torna-se mais difícil com os filhos desempregados e as filhas separadas, voltando a conviver na casa dos pais.

Os jovens foram unânimes, ao identificar crianças e adolescentes como o grupo mais afetado pela violência.

Porque é aquele que se envolve diretamente com todo e qualquer tipo de violência na comunidade. Até pela questão do posicionamento que o jovem quer ter. (...) o adolescente tem vontade de aparecer, de ser o homem e aquela coisa toda, então se envolve com certas coisas pra poder aparecer diante das meninas, diante da comunidade, diante de tudo. (Pedro, 23)

Os entrevistados evocam diversos valores associados ao pertencimento ao tráfico, que atraem e tornam o jovem vulnerável à violência, o que corresponde aos fatores analisados por Zaluar (1994) e comprovados nas estatísticas por mortes violentas, que vitimizam em maior grau os homens nessa faixa etária. Na citação abaixo, Jair (17) situa no tempo histórico quais são os jovens mais afetados por este risco.

Tá afetando mais ainda as pessoas nessa época dos anos 80 até agora, porque os jovens já nascem no tráfico (...). Então, começa pelas pessoas mais jovens, principalmente cria da favela, quem já nasceu na favela, já é experiente, (...) Eu era muito rebelde, eu conheço as ruas que quando tão acuados eles corre, já conheço as ruas por onde que a PM passa e não passa, eu conheço as ruas perigosas aqui e as ruas tranqüilas, calmas.

A consciência dos entrevistados, de serem parte desse grupo de risco, se mostrou em vários exemplos do campo. As gerações mais velhas tiveram um tipo de convivência, desde outro lugar, com o universo do tráfico, o que interfere no discurso e nas práticas de proteção

dirigidas a filhos e netos. Elas em geral consistem na repetição exaustiva desses riscos e na culpabilização do jovem, através da crítica a seus valores e amizades. A mudança de uma posição geracional, tornar-se mãe, traz consigo uma nova tensão: ter filhos em tempo de tiroteio. Lucimar (18), mãe aprendiz e solitária, teme enlouquecer com esse risco.

A respeito dos tiros, como nessa época eu num tinha filho eu não me abalava muito, mas agora, que já tá voltando de novo, né, que já tá aí os bandido entocado na favela... Mesmo com os polícia na favela, eu fico rezando muito pra que não aconteça isso, porque senão eu vou ficar maluca, porque esse daqui é mais perdido...Ontem fui pegar ele lá perto do valão.

Durante sua entrevista, ela agredia e gritava com a criança de dois anos, repetindo jargões repressivos e ameaças. Ao mesmo tempo que deixava o filho por vezes solto na rua, a ponto de se perder. Sua experiência foi pautada por agressões familiares e a ausência de vínculos favoráveis e de confiança, bem como de uma gravidez de risco e abandonada, o que parece em parte explicar o tipo de relação que vem desenvolver com seu filho, dentro do que pudemos observar.

Rosa (17), ao se referir ao risco que correm as crianças, nos indica que cada vez mais jovem é a mão de obra cooptada pelo tráfico, o que reflete para ela em novas preocupações, no que diz respeito à educação da filha.

Se envolvem mais as crianças também, que vão aprendendo aquilo, com o passar do tempo vão vendo aquilo. Acho que eles aprendem rápido. Eu, por exemplo, eu já vi muita violência aqui. Se fosse pra mim aplicar isso, né? É porque eu já tive uma educação diferente. Se fosse pra aplicar isso...

Em seu depoimento, ela atribui o fato de não “aplicar” a violência que presenciou, a ter tido uma educação diferente. Jovens e adultos expressaram a mesma idéia, através dos termos “conselho”, “conversa”, “apoio” e “orientação”, como uma maneira que está ao seu alcance de prevenir a violência. A educação dos pais, no que diz respeito ao enfrentamento da violência, consistia, segundo os relatos, numa espécie de “palestra” disciplinar, que visava basicamente ensinar o que, desde cedo, a maioria dos jovens já parece saber: diferenciar o caminho errado do caminho certo; ser bandido, de ser trabalhador; casar com alguém que “não dá futuro”, de um compromisso sério. Mas é a tríade trabalho, conselhos e bom exemplo que aparece fortemente na conversa com os jovens, como condição para “levar uma vida certa”.

Com uma filha pequena, Netinho (21) se prepara para lhe dar os conselhos que não recebeu na sua infância. Contrapõe-se aos métodos e atitude da mãe, fazendo valer a sua experiência. Ele repete algumas máximas da favela, como “evitar más companhias” e o “namoro com bandidos”, a elas acrescentando a preocupação em respeitar o desejo da filha.

Minha mãe não preparou pra enfrentar essa situação. Deu apoio, mas não preparou. Não falou que isso não é o certo, que isso não é o errado. A gente tá analisando sempre as coisas no lado bom e no lado ruim. Viu que aquilo aconteceu com aquele nosso colega, pra quê que a gente também vai tentar a sorte? (...) Eu penso e sempre vou continuar pensando...quando a minha filha tiver grande, eu vou chamar ela no canto e vou conversar: Óh! Esse é o certo, esse é o errado. A vida é sua. Se você quiser seguir isso, tudo bem, eu não vou te discriminar, se você quiser seguir o meu lado, ótimo. Mas presta bem atenção no que você vai fazer agora. Você já é moça? Não vai botar sua vida à perder. Então, presta muita atenção no que você quer. Olha, não seja mulher de bandido. Você ama? Tudo bem, compreendo. Mas não se arrisca. Evita certas companhias...Eu vou pensar assim porque eu, eu nunca tive esse tipo de conselho pra mim. Minha mãe nunca me deu esse tipo de conselho. A única coisa que ela fazia é me trancar tudo dentro de casa. Sentia chateado, ficava triste, porque via meus colegas brincando na rua, eu não brincava. Ela me botava de castigo. E porque ela falava que num era pra eu fazer isso, pra eu num andar com certas pessoas, eu andava. Mas nunca deu esse tipo de conselho como eu estou dizendo agora. Eu ficava muito chateado com isso. Mas adiantou. Adiantou porque o que eu vou fazer com a minha filha vai ser melhor do que isso. Porque o que eu num tive eu vou ter oportunidade de passar pra ela. Todos os meus conhecimentos, o quê que eu já passei, o quê que eu não passei, o que eu pretendo ainda dar a ela. O que eu puder fazer por ela eu faço.

Observamos que o enorme desejo de superar a situação traumática do passado, vivida nos castigos da mãe, é parte da “experiência” de Netinho, que deseja na educação da filha fazer diferente. Uma mudança geracional abre espaço para o sujeito rever a educação que teve, quando este vem assumir um novo papel, trazendo com frequência desejos tanto de superação como de reprodução. Projetam-se para as gerações seguintes, muitos dos sonhos não realizados, como poder dar o estudo que não teve, não passar fome como passou, não ser humilhada, ter um emprego e muitas outras, expressas por pais jovens ou idosos. No diálogo relatado por Elaine (16), entre ela e o marido, “prover a filha” é trazido como a justificativa central da entrada no tráfico.

Ele falava pra mim: “ Eu não agüento ficar assim não. Só vejo minha filha querendo as coisa.” – eu falei: “Querendo o quê? O leite dela não falta, a maizena dela não falta, as coisa dela não falta.” – “Ah! Eu quero dar as coisa pra minha filha mais do que ela tem.” – “Então péra aí, mas você vai entrar?” Ele falou assim: “– Ah , já entrei. Já entrei e agora já não tem mais jeito”. Eu falei: “Não faz isso não. Porque essa minha filha não vai precisar de nada. A madrinha dela dá – a minha irmã tá muito bem e o cunhado também dá. Por que você vai entrar? – “Ah não...tem também meu outro filho”. – “Já que você quer entrar então tudo bem, num posso fazer nada”. Mas a gente conversava

muito sobre esse negócio mesmo, que era só comigo. Que ele não podia conversar com a mãe dele nem com ninguém, era comigo só. Mas quê que eu podia fazer?

Esse mesmo discurso Elaine vem mais tarde repetir, para justificar, também ela, a sua entrada no tráfico. A mesma sensação de solidão que reconhecia no marido sente hoje, sem ter alguém em quem confiar, para ouvi-la e ajudá-la, o que se manifesta, dentre outras coisas, por uma rede social extremamente reduzida. A vivência da criminalidade acirra esta redução, pois a perda dos amigos mais próximos é freqüente, bem como a “expulsão” de outros círculos de convivência.

No depoimento de Seu Messias, o pai de Elaine, temos acesso ao outro lado de sua vivência. Também ele apregoa “a conversa” como o caminho de prevenção a seguir.

Se eu conheço o rapaz, eu vou conversar com ele antes, pra depois entrar pra casa. O negócio é conversar. Não conversando não tem nada certo.(...) Eu sempre falei: Namora um cara que ganha pouco, mas que seja trabalhador. Agora...elas é que vão saber. Isso aí é o essencial. (...) se é um outro caso eu tenho que interferir. Eu vou chegar em cima e vou falar. Eu não quero. Só um trabalhador. Só assim eles pode passear por tudo quanto é canto...não tem problema. Elas já passou por isso, por causa disso que eu tô dizendo. Elas agora não quer mais não. Elaine já me disse: “Não papai, agora eu vou ser legal com o senhor.”... Eu vou esperar.

O trabalho apresenta-se novamente como valor fundamental, também na escolha do parceiro, segundo esse pai. Ele contrabalança o “ganhar pouco” do trabalho com a liberdade de andar sem preocupação. O seu discurso e o de um jovem, a seguir, se complementam. Este vem reforçar o fator de atração que “ser do tráfico” exerce sobre as meninas.

Vêm fácil e vai perder fácil. Porque tá na rua, cheio de mulher? Tá na cadeia perde todas, porque aquelas que tão na rua vão querer botar outros. Roupas? A mesma coisa. Dinheiro também. Os policiais não vêm aqui e não pega o dinheiro do trabalhador? “Me dá isso aí!”. Ganhavam fácil, perdiam fácil, porque quando os policiais vinha aqui, eles pegavam bolsas de dinheiro. (...) Quando eles andava de roupa, andava playboy... era fácil pra elas se iludir. Muitas se iludem com pouca coisa, se vendem por pouca coisa. Sabe que não vai dá futuro, e se dá é por pouco tempo. O que dá futuro é você achar uma pessoa que não cheira, não bebe, não se envolve. Essa pessoa aí no futuro... deve ser muito bom.(...) Agora se fosse pra se iludir com trabalhador... aí é que era bom.

Os sinais distintivos para o jovem, como “andar com roupa de marca”, “andar playboy” denotam o desejo de consumo e de ascensão social. Considerando que “se iludir” é gostar, mas é também se enganar, é no mínimo curioso remarcar que Jair conclua seu pensamento usando o termo “se iludir com trabalhador”. A idéia parece contraditória ao que vinha afirmando, mas

expressa que, de alguma forma, o trabalho para esta geração tem se colocado, também ele, como uma ilusão.

Zaluar (1994) contrapõe um fator importante de diferenciação entre as gerações. Na realidade em que pesquisou, diante do fracasso escolar, do ensino profissionalizante e do desemprego, a saída pela via criminosa impôs-se como meio de obter renda. Neste sentido, coloca-se um conflito dramático entre a “disposição para trabalhar”, predominante na geração de seus pais, e a “disposição para roubar e matar”, exigida dos jovens para fazer parte de uma nova fase do crime organizado.

Esse contraste transparece nas colocações de Seu Benício (57), defendendo uma educação mais rígida, freqüente dentre os moradores de sua geração. O medo do envolvimento dos filhos transforma-se num controle extremo sobre seus passos e relações, ainda que proponha a conversa como meio desse controle. A necessidade de suprir o filho de algum dinheiro aparece para os mais velhos, como uma forma de evitar o início de envolvimento do filho com um assalto ou com o tráfico.

Eu acho que os pais não devem dar liberdade pros filhos, igual eu vejo hoje em dia, deste balcão (..) O pai deveria ser duro... A facilidade hoje de existir essas coisas é por isto: o pai não procura saber, chegar num dia de Sábado: - Meu filho, você quer ir ao cinema? Peça. É o que eu fazia com os meus. - “Pai, estou precisando disto”. - Não, hoje eu não posso te dar, tal dia eu te dou. - “Pai eu vou ali”. Ali aonde? - “Em tal lugar”. Tá bom. Se desconfiar, vai lá ver se ele está lá mesmo. Se chegar em casa com alguma coisa na mão, que eu não dei, eu quero saber quem deu. Vamos supor que você fosse a mãe. Então cabe, quando ele chegar da rua tirar uma hora pra sentar com ele, ter um diálogo. A mãe vai mostrar que aqueles colegas não carecem de nada, não vão dar nada de bom pra ele. É o que eu fazia, que eu dizia aos meus filhos. Meu filho, você quer sair, quer ir ao cinema? - “Quero”. Então, por favor, tá aqui o dinheiro, você vai. Acabou o cinema, você faça o favor, venha pra casa, mas não procura correr risco, porque amanhã eles arma uma confusão e você também tá no meio. - “Não, pai, mas eu não faço”. - Você não faz, mas vai ser cúmplice também, você tá junto, tá no mesmo barco. Lá em casa cada um tinha a sua ocupação. Quando cansava, as meninas moças iam ver, às vezes televisão, uma novela, iam dormir, não teve aquela liberdade de chegar a ponto de querer brigar, discutir, fazer confusão, não.

O abismo entre a vivência dessas duas gerações é construído por uma série de mudanças: o rápido desenvolvimento do tráfico, o empobrecimento progressivo das famílias, o afastamento entre pais e filhos, pelo trabalho redobrado daqueles, e também uma relativa melhoria em termos de escolarização. Valores morais dos mais velhos, muitos dos quais migrante de zonas

rurais, confrontam-se com os anseios da cultura jovem, como os de consumo ilimitado e de realização rápida, estimulados pela mídia.

Do ponto de vista de um dos jovens, o conselho que falou mais forte foi o conselho do irmão, conselho que ficou “fixo”, de alguém que como ele tinha amigos envolvidos, se sentia atraído para entrar, e conseguiu “não se misturar”. Alguém em quem confiava e com quem conseguia conversar.

Eu já fui um pouco mais pra lá do que pra cá. Então às vezes eu ficava com os garotos que não devia.. Quando tinha a rapaziada aí, às vezes eu me iludia com roupas, com mulher...mas mulher a gente arruma sendo trabalhador ou traficante. Eu achei que a minha função era ser... é ser trabalhador. Ai minha mãe, meus irmãos, sempre me davam conselho: "Não se mete não...". Mas têm uns amigos que falavam: "Pô, é responsa, que não sei quê". O responsa que eles falavam era ficar com o fuzil no baile, fumar e ficar doidão. Mas eu num sou contra eles não. Vai quem quiser. Agora, só os piolhos... têm uns que vai pela cabeça dos outros. Mas eu tava quase indo quando meu irmão deu um conselho fixo, que não saiu da minha cabeça. O conselho que ele me deu foi pra não ficar mais misturando. Eu ainda sou amigo, só não me misturo do mesmo jeito que antes. (Jair, 17)

A ênfase de todos na influência dos amigos sobre o jovem sinaliza a importância da questão. Os conselhos do irmão e sua própria experiência abriram a possibilidade de conviver e ao mesmo tempo diferenciar-se. É interessante afirmarem repetidas vezes que é possível ser amigo, não discriminar, sabendo a hora certa de se afastar, ou como fazer para não se misturar. Tal possibilidade não apareceu presente no discurso dos mais velhos. O irmão de Jair traz, no depoimento abaixo, a forma simples e objetiva que encontrou para isso, experiência que aprendeu e passou para o irmão.

Quando eu estudava ainda no Brizolão era um grupo de cinco pessoas, eu era desse grupo. Quatro pessoas saiu do Brizolão pra vida do crime. Só ficou eu. Três morreram e um ainda continua... roubando, fumando e tal. Ai eu vi que aquilo ali não era certo, não era o meu forte, sai fora. Esse que tá roubando por aí fala comigo, me cumprimenta, eu também cumprimento não tem nada a ver, não tenho receio de nada que aconteceu. Se eles quis seguir aquele caminho é com eles mermo. Não discrimino. Que se eles sabe o que é certo e o que errado pra eles é com eles mermo...Sei que eu pulei fora. porque eu não sirvo pra isso não, porque eu sou muito emocional, sou sensível. Também num dá pra servir pra ser bandido. Porque eu fico com pena. Fico com pena das pessoas e aí num dá. E o medo, tá? Bandido num vive muito. Eles me chamavam até pra eu ficar junto com eles. Se eles fumavam? É com eles mermo. Se eles me ofereciam, eu num vou chegar em cima deles e dar bronca. Não, num vô não, não quero não. Não fumo não, mano. Agora, se eu ver que tem alguma coisa errada, eu caio fora, entendeu? Num fico mais com eles (Netinho,21)

As observações que decorrem deste exemplo nos levam a concluir sobre as muitas vantagens de um jovem poder educar outro jovem: a proximidade das vivências, linguagem em comum, a experiência de encontrar alternativas a partir de recursos da sua realidade, a compreensão das motivações e os anseios que fizeram do irmão, no caso relatado, o melhor “educador”. A mesma reflexão se estende aos adultos, que sofrem diante das limitações do trabalho e da saúde, dos conflitos familiares, da angústia com as escolhas dos filhos. Dentro dessa visão é que afirmamos que, no desenvolvimento de propostas no campo da saúde e da educação é fundamental contar com a participação de sujeitos da mesma faixa etária e com vivências comuns, criando oportunidades para a socialização das experiências vividas, como um dos principais caminhos de prevenção. Essa percepção faz da escola um dos espaços privilegiados dessas ações. Mas se ela tem fracassado, até mesmo como transmissora de informações, mais ainda no seu papel de socializadora qualificada. Atividades que propiciem a troca de conhecimento intergeracional são também importantes e ainda menos frequentes. Se mediada por profissionais, exige a habilidade de se construir certas pontes sobre os referidos abismos de geração, recuperar a palavra, a escuta, o diálogo e a valorização do outro, como emissor de conhecimento. Na prática de ambulatório, os atendimentos de família são espaço propício para exercício dessa troca de experiência.

Uma das grandes dificuldades vividas por pais, profissionais de saúde e de educação é de tomar a “juventude” de outras épocas, de outros contextos e portanto de outra geração, pela sua própria. Essa tendência, tão difícil de superar na prática, demandou o esforço de diferentes disciplinas e autores, muitos dos quais empenhados na busca de uma definição da categoria. Como Abramo (1994), que entende a juventude “como um período de transitoriedade, etapa de transição que processa a passagem de uma condição, de uma posição social mais recolhida e dependente a uma mais ampla; um período de preparação para o ingresso na vida social adulta”. Como situar este período no contexto pesquisado? Tanto a infância como a adolescência são descritas pelos entrevistados como fase de trabalho intenso, de cuidado com os irmãos, de luta pela vida, de uma forma tradicionalmente “adulta”. Cardoso e Sampaio (1995) nos apontam, a partir de extensa bibliografia relacionada sobre o tema no Brasil, que o conceito de juventude não goza de consenso, nem em termos de delimitação da faixas etárias, nem como unidade passível de definição. Defendem, neste sentido, que passemos a falar “dos jovens” e “das

jovens” e não de uma suposta “juventude”, pela diversidade de vivências a ela relacionadas. Compreendemos a perspectiva proposta, mas acreditamos ser possível considerar experiências de “juventude” se a situarmos em contextos determinados, e tivermos como intuito destacar vivências comuns a uma geração. Como já trabalhado no Capítulo 1, tal conceito compreende diferenciações de local, tempo histórico, gênero, raça, e outros fatores, que podem ou não ser focalizados na análise, se não perdermos de vista a multiplicidade de determinações que participam da experiência das gerações.

A inexistência de uma transição, ou a sua presença, de forma distinta, no percurso vital de jovens das camadas populares, é por muitos tratada como “natural” à uma determinada cultura e geração. Mas a percepção antropológica deve não só compreender e ressaltar a diferença, mas identificar os processos que contribuem para a privação do lazer e da educação escolar, por exemplo, roubando importantes vivências para o desenvolvimento de crianças e jovens. Processo de exclusão permeado pela pressão da sobrevivência, pela violência, pelo desrespeito à cidadania. Os adultos entrevistados defendem o trabalho infantil, obedecendo a essa condição naturalizada e generalizada de exclusão. Ações mais repressivas, como maus-tratos físicos e psicológicos, selecionar amizades, proibir o lazer, se reeditam voltadas para os filhos e netos, se perpetuam entre as gerações, apesar da luta contrária de segmentos da sociedade envolvidos na defesa de direitos. A defesa destes direitos exige rever padrões culturais de expectativas intergeracionais, mas sobretudo rever as condições de vida que contribuíram para construí-las.

Observamos que, para os entrevistados, essa passagem da infância para a vida adulta se deu bastante cedo, em comparação com outros contextos. Nos esforçamos para visualizar o marco dessa passagem, considerando que infância e juventude são conceitos que se relativizam, em função de parâmetros culturais e contornos sociais específicos, como tem sido apontado em inúmeras pesquisas. Foram ressaltadas pelos sujeitos passagens importantes, delimitadas pela gravidez e por virem assumir a responsabilidade por outras gerações, como a dos pais, irmãos mais novos ou filhos. Mesmo reconhecendo parâmetros distintos na delimitação destas fases, percebemos nos depoimentos o questionamento dos próprios sujeitos sobre o tempo dessa passagem e suas conseqüências.

Eu acho que as meninas da minha idade hoje tão tendo filho muito cedo. Como eu tive o meu também. A maior dificuldade é também o serviço. A gente quer se tornar independente, ter nosso dinheiro, nossas coisas tudo direitinho e não pode... têm a escola, que a gente já não dá conta...A gravidez atrapalha muito, porque nós nos prendemos muito à criança. Aí, também tem o problema de quando a criança fica doente. A experiência de neném ficar doente, de eu correr com ele... dá muito trabalho, porque é longe, porque eles num atende sempre. O negócio da escola é que a gente depende de ter um estudo melhor e agora, só no 2º grau pra cima que pede em serviço, ou pelo menos o 1º grau. Nem isso eu consegui. Aí eu tenho que estudar, pelo menos fazer o 1º grau, pra vê se eu consigo um serviço melhor, que sem estudo, não adianta que nunca vai conseguir. (Rosa, 17)

A pressão sentida por Rosa e o seu desânimo encontram eco na experiência relatada pela maioria das meninas. A saída de casa é, em geral, precipitada por violências do âmbito doméstico: o abuso sexual do pai ou padrasto, maus-tratos físicos e psicológicos, expulsão pela gravidez, ou por “se perder”, o que leva o jovem casal a morar na casa de outro familiar, reconfigurando uma família flexível e mutável, num processo que acarreta sempre novos desafios de convivência. Longe de advogar um percurso ideal para essas meninas ou jovens, de modo geral, ressaltamos as dificuldades que acompanham o tempo precoce das mudanças. Esse tempo é influenciado, no caso da primeira gravidez, por pressões dos pais, a partir de valores de sua geração, mas raramente por informação e diálogo, como se comprova nos relatos de Elaine (16) e de Rosa (17).

Eu falei assim: “Mãe , me perdi. (...) O meu namorado veio comigo. Minha mãe perguntou: -“Foi mesmo?” – “Foi, mas não bate nela não, Dora!” Nem ela nem meu pai acreditou.(...) Eu tinha 13, ele tinha 17. Aí, no outro dia, eu juntei minhas coisa e fui embora com ele.

(..) meu pai era pessoa muito nervosa, qualquer coisa que fizesse, ele me batia. (...) aconteceu cada coisa horrível na minha vida...Mas daí pra mim num ficar sofrendo esse sofrimento aí fui e morei com esse rapaz. (...) minha avó falou que se fosse pra mim ficar assim, indo lá, dormindo lá com ele e depois voltasse, que era pra eu pegá minha roupa e ir logo pra casa dele. Aí eu fui, conversei com a mãe dele, ela foi e me chamô pra mim morar com ela. Moramos eu, minha sogra, ele, mais duas cunhadas e meu irmão.

Netinho (21) traz uma experiência semelhante. Sua decisão de “assumir” a filha é influenciada por valores e vivências familiares de abandono. A partida da moça para a casa do rapaz ou de sua família é imediata. Na ausência de uma preparação para o novo papel que o jovem assume, percebemos que as pressões sociais tornam-se ainda maiores, resultando no abandono da escola, do trabalho e de planos e sonhos da juventude.

Começamo a namorar, mas aí rolou um certo clima que ela de primeira ficou grávida. Aí falei com a mãe dela, que ficou chateada, mas fazer o quê? Eu vou cumprir o meu papel de homem. Vou fazer uma coisa que o meu pai não fez, que ele só quis fazer brincar com a minha mãe e foi embora. Então vou fazer o meu papel de homem, tá, e vou te levar pra morar comigo. E vou assumir nosso filho. À noite mesmo, quando eu falei com a mãe dela, trouxe ela e as coisas dela pra cá.

Relatos de violência doméstica foram freqüentes entre os jovens. Mesmo se fazendo presente nas gerações anteriores, ele parece adquirir outros contornos e nova representação social. Na referência dos mais velhos, a idéia de autoridade se sobrepunha à possibilidade de contestação e de conflito. As instituições religiosas e a comunidade pareciam participar mais de perto na mediação dos conflitos da família, resguardando regras e valores compartilhados. Diferenças devidas à migração, à interferência da mídia, à freqüência a novos espaços de socialização para os jovens, parecem atuar como estressores para o conflito de gerações, modificando atitudes e redundando em diversas formas de abusos. Por outro lado, a situação de não ocupação dos jovens, por exclusão da escola e trabalho, cria difíceis situações de convivência. A criminalidade traz às famílias pressões diversas, impondo a elas um temor pronunciado pelo destino dos filhos, tornando os métodos mais rígidos e acirrando a crença no controle, como única forma de prevenção. A rua perigosa não é mais vista como espaço de socialização e lazer. Prender os filhos em casa é uma das soluções apontadas pelos pais, e criticada pelos filhos mais jovens. Pouco espaço para brincar, muitos irmãos, mãe e pai desempregados, avós morando em casa, configuram um ambiente saturado de tensões. Nesse ambiente, o diálogo perde espaço pelo estresse da convivência, da falta de dinheiro, da solidão e da impotência. Embora Netinho (21) refira-se às seguidas surras que levou, no seu depoimento, não menciona este fato ao falar explicitamente da violência, revelando assim a diferença de representação entre as gerações.

Não, não sinto isso como violência. Eu vejo isso como aprendizagem. Como se eu tivesse fazendo alguma coisa errada. A pessoa bate por causa que tá fazendo alguma coisa errada(..). Naquela época era brabo. A pior surra foi na rua Minha mãe tava pedindo pra eu não soltar pipa, pra eu não ir pra rua, eu tava indo pra rua pra soltar pipa. Aí veio ela por trás de mim, me deu uma lambada, eu saí correndo, ela me puxou pelos cabelos, me batia no meio da rua mesmo, eu corria pra dentro de casa, ela me botava pro meio da rua: “Não adianta correr pra dentro de casa não! Chegar dentro de casa, vai ter mais...” Aí, no dia seguinte não ia nem pra escola.... ficava todo marcado... eu ficava sentido com ela.(...) Mas eu acho que naquela época, o certo era surra mesmo... Agora, nesses dias de hoje que a gente tá vivendo, a surra não é mais solução.

As surras interferiam na sua freqüência escolar e deixavam marcas mais profundas do que as da pele. Mas Netinho se refere a elas como educação, “como se estivesse fazendo algo errado”.

Legítima a atitude da mãe, pelas pressões sociais que esta vivia, tendo que sustentar, educar e controlar os filhos sozinha. Mas traz-nos também uma diferenciação geracional: “naquela época era certo”, o que hoje deixa de ser solução. Entendemos, num sentido mais amplo, que essa sensação de transição decorre de mudanças nas relações familiares, como da divulgação dos direitos de crianças e jovens, o que faz com que os maus tratos passem a extrapolar o domínio do privado, para se constituírem em questões sociais, demandando um posicionamento do indivíduo, da família e da sociedade, e novas formas de controle. Cabe a ressalva que, dependendo da sociedade ou grupo em questão, têm-se diferentes interpretações destes direitos, que aparecem, ora como norma, ora como violação. Como mencionado por Dubet (1995), as representações de violência estão ligadas às novas formas de socialização, de convivência e de poder, decorrentes das alterações na estrutura social, da concentração das atividades humanas no espaço urbano e das novas formas de regulação, que dizem respeito a estas mudanças.

A violência contra crianças e jovens tem sido intensa, assim como a luta da sociedade, através de órgãos de defesa, como os Conselhos Tutelares, para fazer valerem formas de regulação e de tratamento às famílias que vivem essa realidade. No entanto, em espaços como o estudado, em que a ilegalidade junta-se à perversidade institucional das instâncias que deveriam zelar pela segurança, pela ordem e respeito ao cidadão e seus direitos, as ações de defesa fundadas na cidadania demoram ainda mais a ganhar espaço, permanecendo invisíveis. O mesmo vale para a violência contra a mulher. Uma das pacientes atendidas no ambulatório levou à delegacia de mulheres uma queixa de agressão do marido contra ela e seus filhos. Foi arrastada de casa pelos traficantes e coagida a retirar a queixa, pois estaria “levando a polícia para a favela”. Ao mesmo tempo, castigaram o marido com uma surra, impondo-se como força reguladora também desta ordem de relações. A resposta de violência dada pelos bandidos a este tipo de conflito na favela é imediata, recurso com o qual até as gerações mais velhas chegam a contar em momentos de desespero. Este fato nos faz questionar por outros caminhos de atuação, que possam ser aceitos pela comunidade e que abram a possibilidade de resolução pacífica de conflitos, fundando novas maneiras de mediação.

Chegando ao fim de nosso capítulo, trazemos uma breve reflexão sobre um outro lugar, desta vez lançado no futuro. Diante de tantos fatos marcantes lembrados, fases e percursos de vida

relatados, as entrevistas propunham aos sujeitos o relato de algum sonho, por mais distante que pudesse aparecer. Sugeria imaginar um desejo intenso, como numa fantasia. Nosso objetivo era ter acesso a outros lados de vivências, perceber talvez outros sentidos relacionados ao viver, não contemplados nas conversas. Pensávamos se estes sonhos permitiriam, em algum nível, a elaboração das vivências, o resgate de significado da vida. Poder visitar com os sujeitos esse “terreno” dos sonhos foi, por um lado, contemplar a paisagem do vivido de um lugar novo, de onde se via o horizonte. Mas os pés permaneceram fincados na terra. A fantasia que sugeria a eles pareceu dar passos tão curtos, que cheguei a desacreditar que eram sonhos. Lendo e relendo os relatos, porém, eles se mostraram em sua beleza tímida, amordaçada, contundentes vozes que denunciam a violência do viver. Foram sonhos de estudo, de trabalho, de casa, sonhos de um existir digno, que ultrapassaram o desejo pessoal e foram mais longe, na família, nos vizinhos, na comunidade. As palavras já são conhecidas, bem como os sujeitos que aqui tiveram voz e que nesse momento se despedem do leitor.

O sonho de Rosa (17) é de superação de vivências traumáticas e o seu maior desejo é simplesmente o de trabalhar pra poder criar o filho, possibilidade incerta, mesmo diante da sua determinação em trabalhar “bastante”. Assim como para Jair (17), a quem esta mesma incerteza se coloca para o projeto de estudar.

Meu sonho é poder criar meu filho. Poder ter as minhas coisa, minha casa... Pôxa, queria eu poder ser feliz e superar todas as coisas ruins que passaram na minha vida. Só isso. O meu único plano é de poder trabalhar pra poder sustentar ele e a mim. É trabalhar bastante.

Meu projeto... eu sonho em estudar, meu estudo. Trabalhar e ser feliz só. (...) Estudar até quando? Não sei, isso é o destino.

Estudo e trabalho entram para este jovem no rol do destino, extrapolando o desejo e o esforço individual, que raras vezes, por maior que sejam, permitem a continuidade de uma opção que lhe apresenta grandes desafios. O sonho de Pedro (23) vai um pouco mais longe, trazendo da experiência de outras terras e da geração de seu pai, um ideal coletivo, e propondo a mudança deste “destino”, através de uma transformação da sociedade.

Sonho que as pessoas pudessem viver com dignidade. Com um mínimo de dignidade possível. Sonho de que a situação no país mudasse, mudasse completamente. Que não precisasse existir pessoas que fossem exploradas pra outros terem mordomia. A situação que a gente vive no país é essa mesmo. O meu sonho é de que as pessoas pudessem viver numa sociedade igualitária, né? E que, se você tem o

direito de ter sua casa, seu carro, sua família estabilizada, todos também pudessem ter. Esse é o meu grande sonho e eu criei esse sonho quando eu fui pra Bahia. Quando eu comecei a participar do movimento político, estudantil. A primeira coisa que o meu pai me dizia, comecei a pensar muito, muito, muito mesmo nisso e acabou se tornando um sonho meu.

Os conselhos de seu pai o influenciaram na escolha de um caminho, que ele veio compreender depois, a partir de um inusitado percurso político, e o contato com um espaço diferente de socialização. Ele permite um alargamento de sua rede social e de sua visão de mundo. Pedro expressa um sonho transmitido por gerações, assim como as vivências que lhe deram origem. Entretanto, percebe o quanto são difíceis os caminhos para lutar por este sonho, ao expressar que muito tem que se desdobrar, neste momento, para poder pagar o terreno que comprou na favela e construir uma casa para sua família.

O sonho de Seu João (59) se prolonga por toda a vida, mas ele enxerga as conquistas do caminho. O sonho de ganhar na loteria vem expressar o seu desejo solidário, que parece relacionado à construção coletiva da comunidade e às profundas dificuldades que fizeram parte de suas vivências. O seu maior orgulho é ter conseguido construir casa e família. Deseja portanto, hoje, poder ajudar as pessoas que estão passando pelo que já passou..

O sonho meu, toda vida, foi de melhorar a situação cada vez mais. Até hoje, ainda tô sonhando ainda.. (...) Mas meu maior sonho é ganhar na loteria, pra poder ajudar as pessoas que tá precisando. Eu ia ajudar as pessoas mais necessitadas né. As pessoas que não tem condições, às vezes, de arrumar um barraco, de fazer um barraco...ai eu ia dá a mão a elas, ia ajudar.

Para Dona Luzia (56), a família coloca-se como centro de suas vivências e também de sua realização.

Pior é que eu me sinto feliz com a minha família, só em sentir que eles são trabalhador. Hoje, graças a Deus eu sou feliz. Hoje tão os filho tranqüilo: não é dessa vida, não é nada, não bebe, não joga, não dança, não é de farra.(...)Uma vez a professora me chamou a atenção que eu tinha que soltar meus filho, “a sra. tem que soltar”... e eu disse olha: “A senhora. solta os seus e deixa os meus. Eu só quero que a senhora dê o estudo a eles e deixa o resto por minha conta”. “Ah ...”- “A senhora não se incomode comigo. É assim, é assim mermo.”

Ela recusa à professora a crítica sobre seus métodos, decretando à escola que, cuidar dos filhos é tarefa que ela sabe fazer, pois conhece e vive os riscos do seu contexto. Nesse sentido, a sua realização é poder trazê-los por perto, sendo educados de acordo com seus valores e regras. Também Seu João (59) traz como sucesso da vida este valor de geração, que é proteger os

filhos, pela diferenciação do seu destino, do destino trágico dos jovens do tráfico: “*Olha, eu que já criei os meus filhos, esse orgulho eu tenho. Nenhum deles é violento, nem tampouco são bandidos, só vivem do trabalhinho deles*”.

Seu Benício (57) nos traz como sonho um orgulho e uma frustração que dão ênfase à solidão e abandono na velhice, o que hoje vive como enorme violência. Reflete, no seu discurso, as tensões do seu dia-a-dia, alocando o seu bem-estar numa desejada sensação de estabilidade – sua luta cotidiana. Encerra sua entrevista resgatando o desejo de algo que afirma nunca ter desfrutado: ter alguém para lhe ajudar.

O meu maior orgulho é quando eu me sinto com saúde, ou quando eu não devo a ninguém, então eu fico feliz. Tirando isto é eu não ter dificuldade pra pensar no que eu vou fazer amanhã, não devendo a ninguém, não estar com a cabeça pensando em dívidas, é o que eu me orgulho. E a minha tristeza é ter criado os meus filhos, sendo pai e mãe deles, dos meus próprios filhos, e hoje ninguém me procura, me abandonaram.(...) Isso eu acho que é triste, porque dei tudo de mim pra eles, até emprego perdi por causa deles, na hora que mais preciso eu não tenho ninguém. Então essa eu acho que é a maior violência. Nós não temos ninguém que fale assim: -“Vamos por aqui, que eu vou te ajudar”. (Benício, 57)

O sonho de Seu Messias (53) traz também uma frustração e desejo de pai, a partir da situação em que as filhas se encontram. Sai desse lugar de frustração, indo ao encontro da confiança de que pode seguir adiante, combatendo a situação de inutilidade social na qual se encontra isolado, o que se impõe como perspectiva para a realização de seu sonho. Perspectiva simples, mas pouco provável para sua geração, como ele mesmo esclarece ao longo de seu depoimento,

Eu tenho o sonho de levar as minhas filhas pra uma boa. Tenho fé em Deus. Delas chegar e dizer assim: “Pôxa, o meu pai é um cara muito bacana”. Isso que eu quero. Ainda vou conseguir. (...) A maior alegria. A minha casa não é grande? Tem essa kitinete aqui, tem... Meu sonho é que eu ainda vou vencer ainda. Eu num tô perdido não! Num dou como perdido, não. Porque tem muitas pessoas que cai aí e diz assim: “ah, eu tô caído, não tenho aquele poder mais”. Eu digo: “Não! Eu tenho poder aquisitivo. O dinheiro vai me ajudar, eu vou vencer, arrumar um serviço bom pra mim. Eu vou trabalhar numa obra e vou ter um serviço bom. (...) Não é mais nada.

Itinerância, maus-tratos e preconceito foram as vivências centrais que Lucimar (18) trouxe para nós. O seu sonho nasce também daí. A menina, por trás da mulher que enfrentou tantas situações difíceis, renasce em seu relato.

(...) Sempre saía gesto de piadinha pra mim e meu irmão. Em tudo a gente sempre era os mais inferior. Por quê? Inferior por quê? A gente morava na casa dos outro...Então, isso sempre era motivo de piada, motivo de riso. E eu sempre me sentia mal com isso tudo. Até antes da minha mãe

morrer, eu sonhava: ...eu vou trabalhar, vou comprar uma casa pra minha mãe(...) Ah...eu sou tão sonhadeira...Construir a minha vida com o pai do meu filho. Ter a minha casa. Nenhuma casa de rico...,mas uma casa de luxo. E ser bem feliz...A minha felicidade só bateu na minha porta uma vez. Quando nasceu o meu filho. Então eu queria ter a minha casinha de luxo: ter meu fogãozinho, uma televisãozinha, um radinho, minha geladeirinha...que a minha geladeira queimou, quebrou e a porta caiu, a minha televisão tá ruim. Essa casa aqui, por mais, por mais que eu faça, eu varro o chão, passo o pano, ela só vive empoeirada. Eu lavo, carrego água, lavo...O luxo que eu tava querendo é chuveiro, água na torneira...A minha casa, pode ser até de cêra o chão. Um banheirinho, que eu posso deixar bonitinho, uma geladeira, um fogão novo, tudo pra que eu pudesse tirar partido da minha vida. Uma casinha, como naquela musiquinha, que tem o cachorrinho...aquela musiquinha do sonho meu, que fala da casinha, do telhado, da janela, da portinha, do cachorro no quintal.Tu já matutou qual é...Mas eu, acho que eu esqueci a musiquinha...

O sonho que Lucimar partilha torna-se uma música difícil de se lembrar e de cantar, assim como a afirmação da vida, no seu cotidiano. Na experiência de sua entrevista, assustei-me, ao perceber o que era luxo para ela: bens tão simples e necessários para um viver digno. Observamos, com relação ao que muitos relataram, que as vivências de violência vêm transformar os sonhos em meta de sobrevivência. Eles podem ser também entendidos como o mais profundo desejo de reescrever uma história em que a vida tenha valor, em que haja espaço para crescer e acreditar em futuros. O sonho romântico, como categoria abstrata, encontra lugar reduzido na expressão dos sujeitos. A idéia não é vaga, não habita a fantasia, mas é produto das suas vivências pois neles se projetam as tensões do cotidiano. Assim como ter saúde é estar vivo, o sonho foi manifestado muitas vezes como a conquista de condições para resistir à violência do dia-a-dia. A experiência das duas gerações abordadas revela a “sobrevivência” como sentido do existir, que exige por si só enorme esforço. Sabemos, entretanto, que a concretização desses sonhos não depende só desse esforço, mas da capacidade da sociedade de mobilização pela defesa da vida, da possibilidade de uma vida saudável, cujos sonhos, como diz o poeta, “alimentem de horizontes o tempo acordado de viver”.

Percorremos neste capítulo a experiência das gerações, em busca dos fios dessa rede de violência que arremata os sonhos e que deprecia o valor da vida. Experiências que nos abrem caminhos para a compreensão das diferenças, e que trazem a perspectiva do diálogo entre as gerações como um dos veículos de transformação. Vários campos onde essa transformação pode e deve se dar vieram à tona nos sonhos de futuro partilhados. Eles nos conduzem para nossas considerações finais, onde se tecem com algumas vivências da prática social nas áreas de saúde e educação.

Redes pela Vida

Considerações Finais

Redes pela Vida

A nossa intenção neste trabalho foi desenvolver reflexões que se aproximassem dos desafios que a violência coloca para a sociedade, e mais especificamente para a saúde pública. Algumas perguntas lançadas pelo contexto estudado, na época em que lá atendíamos, nos orientaram nessa busca. Elas se dirigiam à compreensão de um viver marcado pela violência, às demandas que ele apresentava e às possibilidades de uma atuação transformadora, a partir de ações no campo da saúde. Tentaremos abordá-las ao longo destas últimas considerações, refazendo o percurso trilhado nessa dissertação.

Nosso primeiro movimento foi de debruçar-nos sobre as formas pelas quais a violência se manifesta no cotidiano dos moradores. Muito embora suas origens sejam muito antigas e acompanhem a humanidade, dado à amplitude da exclusão social, a violência assume, hoje, novas proporções para a população das favelas, pelas vivências relacionadas ao tráfico de drogas. A interseção destas vivências com o processo de exclusão crescente potencializa os seus agravos e dificulta os cuidados e a prevenção. A violência, para o grupo pesquisado, vem ocupar um largo espaço no viver, consumindo energia e podando possibilidades de futuro. Como vimos aqui, suas consequências sobre a saúde se dão em múltiplos níveis, e interferem de forma durável na auto-imagem dos sujeitos, nas suas relações, nas expectativas relacionadas a estudo, trabalho, educação dos filhos e nos seus sonhos de porvir.

Voltamos ainda o nosso olhar para as formas como a violência se expressa na experiência de jovens e adultos. Traçar um quadro comparativo entre elas não foi especificamente nossa proposta aqui. Compreendemos, a partir do conceito de geração, que as diferenças se entrelaçam com os valores familiares, se repetem em subgrupos que podem ser criados, como gênero e raça, se modificam constantemente com o amadurecimento dos sujeitos e com as mudanças da sociedade. Alguns contrastes e semelhanças se pronunciaram, mas em sua complementariedade, no diálogo entre as gerações, refletindo diferentes formas de violência ao longo do tempo e do ciclo de vida.

A vivência da migração para os adultos, foi marcada pela violência estrutural (a vinda da roça, a desapropriação, a vida na rua). Uma das suas conseqüências foi a dissolução dos vínculos com a família de origem, a vivência da fome e do desabrigo. Os mais velhos desenvolveram um sentimento de identificação com a comunidade, que corresponde à construção do espaço representado por casa e família, o grande orgulho manifestado por todos. Essa “construção” se apresenta como símbolo de diferenciação. O desejo de manter a coesão da família corresponde ao desejo de “proteção” face aos riscos do ambiente. Tendo participado com sacrifícios da construção da comunidade, de melhorias estruturais, as gerações mais antigas concebem a violência decorrente do tráfico como um elemento relativamente externo. Muito embora os traficantes sejam “meninos” que eles viram crescer e de quem conhecem as famílias. A sua relação com os riscos dessa violência sinaliza uma tentativa de distanciamento. Mas pelos relatos, percebemos que de variadas formas, sua vida foi cruzada por essa violência (invasões, envolvimento de familiares, espancamento e prisão dos mais jovens, cenas de morte presenciadas). Ela deixa traumas com grande influência sobre a saúde. A religião vem participar desse processo de diferenciação, delimitando uma nova rede que confere aos seus fiéis uma identidade de oposição à criminalidade. Na “explicação” da violência, sua linguagem simbólica se faz valer. Para as duas mulheres, muito religiosas, a violência é classificada como um “mal”, possível de ser evitado através da fé. Instaura-se com isso uma perspectiva mais otimista, pela manutenção da esperança de sua superação, que passa pelo terreno individual da “conversão”.

Prevenir a violência, para os adultos, passa por dois caminhos que decorrem de definições que se lhe atribuíram: a diminuição da “violência da própria vida” - poder ter infância, poder ter trabalho, poder estudar. Num outro viés, em que a violência aparece como “maldade”, covardia (ou “buniteza”) do agressor, ou como um “afastamento de deus”, a preocupação dos pais se volta para a prevenção de uma “contaminação” dos filhos por valores, impulsos, e pela perversidade dos bandidos, visto que o que precipita essa forma de violência é a desocupação dos jovens e o seu convívio com “más companhias”. Esta definição se articula com a violência estrutural na medida que a falta de trabalho e de dinheiro para o jovem se sustentar e dispor de lazer, o torna suscetível a escolher o caminho do tráfico.

A preocupação com a diferenciação do universo do tráfico se mostra, nos jovens entrevistados, no discurso voltado para a educação dos filhos, ainda que de forma mais amenizada do que nos adultos. Para eles é possível ser amigo e não se envolver ou “misturar”,

é possível escolher, discernir. A sua vivência do universo do tráfico é de proximidade. Essa convivência gera um “conhecimento” particular, a compreensão de seus riscos, de seus meandros, ao contrário da ingenuidade que lhes é atribuída pelos mais velhos. Ao referirem-se aos personagens dessa guerra, falam de seus amigos. Vivem a dor de sua perda. Vivem na pele os mesmos riscos que eles, ao serem espancados, acusados pela polícia, ou por familiares, de estarem “envolvidos”. Conseguem ver-se no lugar do outro e experimentar suas motivações. Por inúmeras razões, não aprofundadas nessa pesquisa, entram ou deixam de entrar no tráfico, mas não “discriminam”. Todos afirmaram, com certeza, que o caminho é “sem volta”, como testemunhado tantas vezes. As duas gerações falaram de um sentimento de revolta atribuído, pelos adultos, à exclusão do trabalho, à falta de atendimento de saúde, principalmente, e pelos jovens, ao preconceito e às agressões sofridas pela polícia e parentes mais velhos, e na escola. Sentimento que nos pareceu expresso em relatos como o da “motivação para bater” nos bailes funk, e numa relação agressiva com os filhos e irmãos mais novos, reproduzindo os maus-tratos vividos. Essa revolta é trazida também como justificativa da entrada dos jovens no tráfico, por adultos e pelos próprios jovens. Coloca-se como a única forma de voltar-se contra os “agressores”, ter poder através da arma, que é também uma sentença de morte, é escolher o caminho errado, que não dá futuro. Ao decidir “não correr esse risco”, os jovens atribuíram sua escolha a dificuldades pessoais, como a falta de disposição para matar e bater, e ao medo da morte.

Mas o futuro é também duvidoso por depender do trabalho, que se coloca ao jovem como realidade provisória. A crença e valorização do trabalho, presente nos mais velhos, contrasta com a desilusão dos mais jovens, para quem, hoje, tornou-se ainda mais difícil encontrar e manter um emprego, diante de um mercado cada vez mais seletivo. Dar um futuro para os filhos vira o principal projeto dos jovens, cujo próprio futuro não parecem vislumbrar. Ter onde morar, o que comer, sustentar os filhos, se expressa como sonho, terreno do desejo intenso, porém duvidoso. O mesmo desejo é expresso pelos pais mais velhos, cujo orgulho e sentido do viver foi a construção da casa e da família. Defender e proteger os filhos é conseguir que sejam trabalhadores, o que é trazido como uma característica pessoal e a disposição para sacrifícios e privações: não andar na rua nem com amigos, não ser de farra, não beber, ser de casa, não fumar e viver a procura de emprego.

Os adultos da geração abordada se vêem expulsos do mundo do trabalho precocemente. Apresentam a saúde debilitada, o sentimento e a aparência do envelhecimento para além de

sua idade. Os jovens, que estariam entrando no mundo do trabalho, encontram as portas fechadas. Trabalhar na infância e adolescência foi uma vivência comum aos dois grupos, ainda mais freqüente entre os mais velhos. Ser velho aos 50 e ser adulto aos 14, se manifestam, para nós, como interferências da violência sobre o ciclo de vida das gerações, assim como a morte precoce. Os trânsitos de moradia dos jovens trouxeram como marco ameaças do tráfico e polícia, a violência doméstica, a gravidez na adolescência (expulsão de casa) e a perda dos pais por motivos resultantes, novamente, de variadas formas de violência: assassinato, alcoolismo, acidente de trabalho, abandono, e doença desassistida.

As mulheres mais jovens, assim como as mais velhas, passam o dia-a-dia no espaço da casa, manifestam a vontade de voltar aos estudos, já distanciado enquanto possibilidade. Elas, em geral, vêm assumir o trabalho doméstico, se apoiando na família do seu companheiro. A gravidez aparece, para as jovens, como um dos fatores de exclusão da escola. Os rapazes conseguem ir um pouco além nos estudos, quando é possível conciliá-los com o trabalho, contribuindo no sustento da nova família – extensa – que se configurou. A rotina a que se vêm obrigados com essa longa jornada, de emprego informal e escola, acaba por furtá-los da convivência da casa, assim como relatado por seus pais e avôs, o que contribui para aumentar ainda mais a dificuldade de diálogo entre as gerações e a sua participação na educação dos filhos.

Os jovens, ao mesmo tempo que se declaram acostumados ao “clima nervoso” da favela, são os mais freqüentemente agredidos pela violência policial. Os problemas de “nervos”, para os mais velhos, revelam a tensão da violência sobre a vida cotidiana, aguçando o medo da perda de laços e afetos conquistados com muito suor. O “nervoso” é interpretado com uma sensação de desequilíbrio que priva do sono, da concentração, que os torna agressivos. Ele vem interferir na execução de tarefas do seu dia-a-dia, aumentando ainda mais o sentimento de inutilidade e de exclusão. Percebe-se que esta forma de ser afetado decorre de fatores como o papel familiar, o estranhamento, e a manutenção de valores que se contrapõem à violência presente, e que definem um outro lugar. A educação dos filhos volta-se, com isso, para o convencimento, o castigo, o controle. O abismo entre as gerações vem se concretizar em conflitos no plano da diferenciação: trabalhador X bandido, caminho certo X caminho errado, casa X rua. A perspectiva de superar este abismo através de “conselhos” e do apoio da família, contrastam com a falta de diálogo entre as gerações, as surras, a restrição do lazer, das amizades e das brincadeiras desde a infância.

O que, entretanto, é possível apreender do contraste entre a experiência das gerações? Os conflitos e a sabedoria construídos desde lugares distintos, e de lugares comuns, como gênero, como o desemprego, podem nos indicar campos de atuação. Uma pauta de ação para a prevenção à violência deve ser estabelecida a partir do reconhecimento da rede que a sustenta e não só de suas relações imediatas. Um dos perigos de sua análise é de nos fixarmos em relações de causalidade, vindo a formular ações e tratamentos puramente sintomáticos, e portanto de alcance limitado. A maneira maniqueísta da sociedade lidar com a violência, identificando culpados e vítimas, tem também se mostrado ineficaz. Se essa maneira às vezes se repetiu no discurso dos sujeitos, em outras ela se deixou superar pela sua experiência. Entendemos que a experiência é particular ao indivíduo, através do seu olhar sobre o passado, mas ela é também familiar, é geracional, é comunitária. Ela se difunde, se transmite e se transforma junto às experiências de superação da sociedade como um todo.

Tem se tornado cada vez mais claro que vencemos a época de puramente identificar e punir vilões numa espécie de “combate” à violência. Ela transita nas diversas instâncias de poder da sociedade e, ao mesmo tempo, como forma e aprendizado de relação entre as gerações. Não é tampouco a violência perversa, em si, mas ela vem caracterizar relações e estruturas que podem ser modificadas. Ela acompanha a humanidade como força de destruição mas também de construção, se for convertida em energia transformadora dessas mesmas relações e estruturas sociais. Mas a prevenção, em suas raízes, de uma violência que depaupera a saúde e leva os indivíduos à morte, significa modificações de fundo na cultura, nas práticas políticas, no ordenamento econômico e na institucionalidade vigente. Ela não é a mudança de fatores de risco pontuais nem de condutas desviadas, comporta ações de curto, médio e longo alcance, em diferentes esferas. Modificações que permitam a reversão do processo crescente de exclusão devem ser recuperadas como ponto central das ações contrárias à violência. Elas se dão na mudança de políticas a um nível macro, mas habitam também os pequenos espaços e relações que envolvem os sujeitos, as ações comunitárias, culturais, a ampliação dos espaços de saúde e de educação, o âmbito da família.

Considerando a relação entre população, Estado e cidadania, compreendemos que fazer o cerco à impunidade, é muito mais do que punir os culpados por atos aparentemente isolados de violência. Envolve o conhecimento, por toda a sociedade, dos acontecimentos violentos que se escondem sob a ação de suas instituições. A sanção aos responsáveis é imprescindível,

no sentido de permitir a recuperação da credibilidade na possibilidade de restabelecimento de relações cidadãs, mediadas e garantidas pelo Estado. Um “espaço” de legalidade legitimado pelas comunidades deve ser recuperado, em vistas do estabelecimento da “segurança social”, como sentimento e condição coletiva – que sociedade e Estado garantam a todos a proteção essencial, o respeito aos direitos cidadãos.

Uma das mais urgentes ações neste sentido, diz respeito à violência da polícia nas favelas, que instala um clima de terror, o comprometimento imediato da saúde dos mais velhos e a morte entre os jovens em larga escala. A luta voltada para a ação policial envolve muitas outras: mudança de ética, treinamento, melhoria de salários, controle sobre suas ações, e uma campanha contrária ao extermínio em toda a sociedade, extermínio valorizado e divulgado como única saída para o combate à criminalidade. A autoridade da polícia há muito não tem sido baseada na confiança, nem em valores e regras comuns, como rezam os preceitos da lei. Ela tem se colocado a serviço de interesses particulares, com a imposição da força pelo poder da arma. Sonhamos com o dia em que a polícia possa representar um poder mediador para os moradores e não mais o papel estrito de uma repressão cega e da corrupção, expressão máxima da violência no contexto estudado. Essa imagem vem revelar, numa visão mais ampla, a lógica de funcionamento de nossa sociedade pois, como sinaliza Bourdieu (apud Pinheiro, 1989), o caráter específico de toda relação de força é dissimular-se como tal, e adquirir toda a sua força porque é tão dissimulada: os seus atores, as suas motivações, os espaços em se que dá. A transição política para uma democracia somente será possível quando, a essa dissimulação da repressão ilegal nas pontas, a sociedade impuser a transparência.

Um outro nível imediato de ação, como ressaltado pelos entrevistados, é a abertura e incentivo a novas frentes de trabalho, para os jovens e para os mais velhos, que representam os dois “extremos” de uma exclusão crescente: uns entrando agora num mercado de trabalho recessivo, outros sendo expulsos deste, precocemente, sem qualquer forma de apoio. A violência estrutural, expressa nessa questão, apresenta-se como eixo de sustentação de outras formas de violência relatadas.

Ações comunitárias como o saneamento da favela, a melhoria das condições de transporte e suas vias de acesso à comunidade trazem ganhos que ultrapassam o nível físico. Essas mudanças vem ocorrendo a passos lentos em Vigário Geral mas têm trazido aos moradores

uma sensação de valorização, que resgata a esperança de superação, atraem o comércio e estimulam a participação de todos nessas melhorias. Ruas tratadas, água e esgoto, a pintura sobre as marcas dos tiros nas casas, são formas de “inserção social” que redundam no maior respeito aos moradores, no orgulho da construção de um local hoje cuidado e, é claro, na mudança direta das condições de higiene, na redução de acidentes, na melhoria da saúde em termos físicos e psíquicos, instâncias indissociáveis.

Caminhando nessa linha, chegamos no ponto que nos toca mais diretamente: saúde e educação. Salvo raras exceções, fica patente o quanto a escola se omite no que diz respeito à violência. Ela quase não foi citada, a não ser como um desafio improvável, como intrusa, como símbolo e reflexo do sentimento de exclusão. Reverter essa imagem é algo que tem aparecido em muitas propostas governamentais, mas as mudanças ainda não se mostraram significativas. Embora o analfabetismo venha sendo reduzindo, os limites de escolarização para a população da favela se mantém como altas muralhas de segregação para o mercado de trabalho, e ao nível das representações, como expresso pelos entrevistados ao afirmarem: “Como pobre acho que tá bom!”; ou a insistirem que “criança tem que estudar e trabalhar” pois no seu tempo era assim, existindo com isso menos violência. Penalizar ainda mais o pobre impõe-se, muitas vezes, como resposta de sua geração à violência crescente, que vem reforçar tanto mais essa mesma violência, em outros âmbitos: cobrança familiar, a culpabilização por uma suposta preguiça e desinteresse, pelo desânimo, pela revolta e indisciplina – sentimentos que revelam a inadequação da escola às pressões da vida cotidiana. A facilitação do acesso à escola (mais vagas, proximidade da casa, transporte fácil) deve vir acompanhada de novos incentivos ao estudo, tarefa de mutirão, que envolve família, escola, e toda a sociedade (empresas, mídia, governo). Por outro lado, inúmeros estudos há muito vêm apontando a necessidade de aproximação entre comunidade e escola. O que demanda da escola o constante exercício de conhecimento da realidade de seus alunos, voltando-se para seus desafios, atualizando-se dentro dos interesses dos jovens. A partir desse diálogo cultural podem ser propostos valores e relações que se contraponham à violência, afirmando a educação como um dos principais caminhos de confronto com a cultura da exclusão.

Na escola são vividos grande parte dos conflitos relacionados à violência: preconceito, relação com a autoridade, disciplina, relações entre gerações. Ela é ainda um privilegiado local de reunião de diferentes grupos etários que vivenciam, que constroem e expressam suas expectativas de futuro. As formas pelas quais os educadores intervêm quotidianamente nesses

conflitos devem se colocar a serviço da possibilidade de diálogo, do entendimento e da negociação em meio às diferenças. Mas o que os sujeitos entrevistados nos testemunharam foram intolerância e indulgência, através do castigo, da indiferença e da exclusão, que vêm traduzir, em mais esse campo, a impotência diante da violência. Como exemplo disso está o constante recurso aos pais dos alunos, cobrando deles a disciplina dos filhos. O recurso em geral utilizado pelos pais acaba sendo a punição através da força física, que vem dar corda no ciclo de violências que envolve famílias e comunidade. Ao invés de conciliar, a escola nesse caso incentiva a “guerra” entre as gerações, desde a infância. Ao delegar e cobrar soluções dos adultos, perdem a possibilidade de propor novas formas de convivência e diálogo, afinadas com o universo do jovens e com nosso tempo, conscientes dos desafios da coletividade atendida e do próprio crescimento.

Fui convidada certa vez para dar uma palestra a um enorme grupo de alunos numa das escolas da comunidade. Ao tentar silenciá-los, a professora gritava: “Estou com o fuzil apontado pra vocês! Quem falar, eu fulmino”. E voltava-se pra mim a justificar: “tem que ser assim porque essa é a linguagem que eles entendem”. No seu comentário, a educadora revela o esgotamento dos seus recursos, o seu endurecimento e mimetismo com certas concepções estereotipadas. Compreendemos a dificuldade do profissional, que sem uma capacitação mais ampla, vem trabalhar em contextos e circunstâncias complexas. Vemos também, refletido nesse discurso, uma concepção muitas vezes presenciada dentre profissionais envolvidos no atendimento à comunidade, e repetida pelos pais. Ela vem transformar em “cultura” e pauta de ação, atitudes de preconceito e rotulação. Dessa forma, participa de um ciclo perverso em que mais uma vez, à violência do pai, do padrasto, da mãe, dos irmãos, dos grupos de rua, se somam logo a violência da polícia, a violência na escola e no trabalho. Os jovens são assim, desde cedo, ensinados que tudo que têm e que tudo que perdem, se deve à violência. Ao cristalizar-se como cultura, ela se automatiza em relação às condições que a originaram. Precisamos, por isso, empreender esforços em sua desconstrução, como discurso e como prática, nos vários espaços do viver.

Ao contribuir para essa cristalização de relações violentas, a escola condena-se a si própria. Uma vivência em outra direção apontou-nos possibilidades de contraposição a esse risco. Fui convidada, numa ocasião, a estar no meio de uma roda de trinta professores do CIEP, para conversar sobre maus-tratos, discutir e avaliar a relação dos professores com os pais e alunos que vivem esse problema. Minha idéia era buscar com eles alternativas e aprender dos seus

desafios, propondo caminhos e me fazendo presente como profissional de saúde, também com as minhas limitações. Recebia constantes encaminhamentos feitos pela escola para o serviço de psicologia, que não podia comportar, sentindo também não corresponder à real demanda das famílias e professores. As queixas encaminhadas relacionavam agressividade, desatenção, fixação em períodos anteriores de desenvolvimento, timidez exagerada, depressão, dentre outras. Me perguntava se deveria tratá-las em seu aspecto somente sintomático, como problema do indivíduo-criança. Numa visão de saúde isolada do contexto, ignorante ao processo da comunidade e aos efeitos da violência sobre os moradores, a saída possível seria estabelecer a fila de espera para atendimentos individuais a médio prazo: medicar, trabalhar com os aspectos intrapsíquicos, talvez “disciplinar”, “ensinar” a família a educar, a partir de parâmetros supostamente universais. Como consequência provável: fracassar e reencaminhar para outro serviço. A tempo pude desviar-me de alguns destes riscos, embora esbarre neles ainda hoje, ao cair em tentações da minha formação como psicóloga, da ânsia de intervir. A parceria realizada nesse caso, entre ambulatório e escola, confirmou para nós as possibilidades que decorrem desse intercâmbio. Ele depende de uma priorização, que envolve a compreensão de sua importância, planejamento e avaliação constantes.

A valorização e qualificação permanente dos professores é indispensável para a escola assumir seu papel na prevenção à violência – e à própria evasão escolar –, e tornar-se realidade cada vez mais possível na vida das famílias. Assuntos que trazem à tona o convívio com a diferença podem ser dentro dela trabalhados: como o desemprego, as relações de trabalho, os maus-tratos, as diferenças de gênero, dentre outros. As dificuldades nesse sentido precisam ser ouvidas, vistas e valorizadas em diálogos de quem cuida, de quem educa, de quem aprende, de quem tem dúvida, de quem experimentou. A experiência é conhecimento tão profundo, e tão pouco creditado numa sociedade do provisório, da fachada, do instante, do descartável. Até mesmo a vida, do velho, da mulher, até mesmo o jovem, o seu estudo, o seu trabalho e voz, tornam-se descartáveis, sem valor, excluídos. Valorizar a experiência dos sujeitos é recuperar sua voz, tendo presente uma história que muito nos pode ensinar.

Contar especialmente com o jovem na educação e orientação de outros jovens parece-nos uma estratégia bastante proveitosa de prevenção, que este trabalho vem reforçar. É uma forma de valorizar o jovem e de refletir com ele, com base em sua experiência. Além do que tal prática permite “aconselhar-se” a partir da linguagem e das vivências comuns à geração. Outra

perspectiva que apontamos aqui é de que o profissional possa integrar-se de forma um pouco mais capacitada na relação mãe e filho, quando esta chega até a escola por problemas referentes ao aprendizado, propondo a compreensão e o diálogo, e evitando a imposição de cobranças sobre os pais, que costuma ter como resultado a simples punição da criança. A rede de saúde, neste intercâmbio, deve se fazer mais próxima à comunidade, não apenas recebendo encaminhamentos que a escola não tem como atender, como discutindo essas dificuldades. Elas podem abrir espaço para campanhas na rede escolar e na comunidade, e para trabalhos com grupos focais na rede de saúde como grupos de mães, adolescentes, pais etc. É importante valorizar a experiência diferenciada das gerações, mas poder também questionar comportamentos e atitudes que geram violência, trabalhando coletivamente na construção de alternativas reais e com o comprometimento de lado a lado. Em geral os profissionais e serviços se colocam em espaços tão distantes e isolados, e são tão escassos e sobrecarregados, que não chegam a aproveitar a possibilidade de seu intercâmbio, que viria facilitar e potencializar, em muitos aspectos, sua atuação e a prevenção.

A falta de informação tanto dos sujeitos entrevistados, como da rede de serviços, a respeito da realidade dos usuários, tem como efeito a falência das poucas ações preventivas que são desenvolvidas, e frustrações nos dois lados. Um dos exemplos nesse sentido é a gravidez na adolescência. Ela não é um fenômeno novo, e ações de prevenção tem sido dirigidas a informar e a prover os meios de contracepção. Porém não reconhecemos na comunidade a efetividade desses programas. As conseqüências em vários níveis que essa gravidez acarreta à vida das meninas e jovens casais têm estreita ligação com a violência cultural e estrutural, como analisamos ao longo de nosso trabalho. Reforçamos a necessidade de se multiplicarem as frentes de informação e discussão a respeito dessas e de outras questões, através de encontros de lazer, da realização de oficinas de saúde, de seminários entre os jovens, a formação de agentes de saúde juvenis, dentre outras atividades que possam extrapolar os muros do posto de saúde e da escola.

As perspectivas apontadas para a escola podem ser transpostas para os serviços de atendimento de saúde, mais especificamente. O atendimento a uma criança e sua mãe foi muitas vezes modificado de rumo após uma visita à sua casa ou ao agregar outros membros da família, amigos e vizinhos no atendimento, se ampliar o sistema, investindo numa rede social atuante e eficaz ao redor do sujeito, família ou grupo atendido. Tal comentário parte da constatação do isolamento que a doença acarreta o que, em meio à carência de recursos e de

suporte institucional, vem representar até mesmo a morte. A perspectiva de ações aqui enfatizada visa reforçar fatores de proteção que estão ao alcance dos serviços e da comunidade e são às vezes ignorados, face à emergência de muitos problemas e à amplitude dos riscos a que está exposta a população atendida. Postos de saúde são espaços, por excelência, de prevenção e, portanto, também de educação. O tema da violência, em sua multiplicidade de expressões, deve fazer parte do processo educativo que neles se desenvolve, dentro dos espaços já previstos de prevenção, como os grupos de cuidados básicos de saúde, de contracepção, pré-natal ou puericultura, e em atividades mais específicas. Os temas a serem explorados vão depender das questões trazidas pelos sujeitos e de um mapeamento do perfil de violência vivido na comunidade, por exemplo: violência contra a criança e alternativas do educar, a violência contra a mulher, a violência dos serviços de saúde, no trabalho, traumas pessoais e comunitários relacionados ao abuso de autoridade etc. Alertamos para os riscos de tratar os efeitos da violência da criminalidade exclusivamente do ponto de vista clínico, seja ele médico ou psicológico, ignorando-se suas causas. Sugerimos a capacitação constante das equipes de saúde que atendem populações que compartilhem dessa realidade, através de estudos de caso multiprofissionais e seminários, em que se dê a reflexão sobre os limites e possibilidades de atuação, incluindo agentes da comunidade. O espaço de estudo, troca e aprofundamento dos profissionais, além de possibilitar a articulação de saberes e práticas, pode abrir novas frentes de prevenção e de tratamento. A atenção à saúde mental, na perspectiva aqui proposta, faz parte da atuação de todos os profissionais, além de comportar ações específicas, como a realização de grupos focais, delimitados por faixa etária ou por problemas comuns. Sua proposta direciona-se para o alívio de sintomas, através do cuidado mútuo, com o comprometimento em torno de ações concretas para se contrapor à violência.

Chegamos a realizar no ambulatório um grupo das pacientes que eram atendidas pelo psiquiatra e encaminhadas à psicologia, porque tinham seu quadro clínico relacionado à violência. Era um grupo de senhoras que ia, passo a passo, delineando seus objetivos e atividades. Ao mesmo tempo que ensinavam ao profissional sobre sua realidade, aprendiam a respeito dos sintomas que apresentavam e de recursos possíveis para superá-los. Após quatro meses de trabalho, elaboraram uma carta-convite a outras mulheres da comunidade com uma definição do grupo que, de maneira clara e direta, explicita os anseios e necessidades de suas co-autoras: *“É um grupo de saúde para mulheres de mais de 35 anos, para dividir um pouco o peso e as alegrias do dia-a-dia; para conversar; para saber que não é só a gente que tem*

problemas; para encontrar tranquilidade, paz e saúde para o corpo; para ter mais um pouco de fé para poder sobreviver neste lugar; ter mais sossego; ter apoio moral; dar e receber amor, encontrar um amigo pra dar a mão; onde eu tenho valor como ser humano, onde me dão valor”. O resultado que a realização desta atividade trouxe para as mulheres e para a equipe foi de confiança em possibilidades de mudança num momento em que o clima da comunidade, e também entre os profissionais do ambulatório, era de impotência e desesperança. Encontramos nesse tipo de construção de propostas preventivas, baseado na troca e na parceria, uma prática de grandes benefícios. Acreditamos dessa forma que a saúde pública possa ampliar o seu leque de prevenção, romper com seu imediatismo e medicalização, se aproximando, como sugere Agudelo (1998), de outros cenários e atores, de outras linhas de força da realidade, sintonizando-se com o cotidiano da população atendida.

Vigário Geral tem experimentado resultados efetivos de um mutirão de cidadania de diversas ONGs e moradores, iniciado com a chacina mas que perdura até hoje e expõe seus frutos. Esse movimento reforça a perspectiva de contraposição à violência através da abertura de alternativas de lazer e de socialização na comunidade. Esforço que deve ser incrementado e estendido a outras favelas. Ele envolve o intercâmbio e participação de muitas instâncias - ONGs, associações, universidades, igrejas, escolas, Estado - que possam, junto às comunidades, formar verdadeira rede de proteção, pela vida, que se contraponha aos riscos representados pela violência.

Ao nível da violência doméstica e comunitária, vislumbramos a importância de alguns novos espaços de conciliação que vem sendo abertos junto às comunidades. Sua legitimação depende de divulgação, de informação e do intercâmbio com outras instituições, como as rede de saúde e de educação. Dentre eles destacamos os Conselhos Tutelares, instâncias previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, que contam com a participação de conselheiros da comunidade. Experiências como os Balcões de Direitos (Viva Rio) devem ser também incentivadas. Estes balcões levam à comunidade profissionais e estagiários de direito e capacitam agentes, na orientação e auxílio aos moradores, no que diz respeito à luta por seus direitos. São espaços propícios a mediação de conflitos, que podem quiçá fazer frente a outras formas, geradoras às vezes, de novas formas de agressão para os moradores. Pensamos que confrontar-se com a violência não pressupõe a postura a-histórica de negação dos conflitos, nem tampouco o seu incremento sem uma rede de apoio tecida em torno dos sujeitos ou grupos em questão. Essa consciência passa por uma mudança cultural, social e política, em

que se privilegie a resolução dos conflitos sem o extermínio e a negação dos direitos do contrário.

O resgate à dignidade da vida, que se impõe como tarefa para muitas gerações, pressupõe a tolerância à diferença e a intolerância à iniquidade, no estabelecimento de uma democracia real e no cumprimento das devidas responsabilidades, instaurando um conceito renovado de cidadania. A manhã de um novo tempo, em que essa cidadania seja plena, é por muitos esperada. Ela renasce no esforço de grupos e indivíduos comprometidos com a superação da violência. Ela se mostra na experiência dos sujeitos de cada geração ao contemplar o vivido e com ele tecer novos rumos para as novas gerações. A nossa espera é feita de um canto de esperança, e da luta de construção de pequenos gestos e estruturas que subvertam a violência. Canto de muitos, que tecidos, viram tenda, como na imagem do poeta, vindo pairar sobre todos, como possibilidade de uma vida que não seja só a sobrevivência, mas que seja inteira, em dignidade e prazer de viver.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, S.H. (1987). **Política social e Combate à Pobreza**. Rio de Janeiro: Zahar, 2^a ed.
- AGUDELO, S. F. (1997). Violência, Cidadania e Saúde Pública. In: **Equidade e Saúde: Contribuições da Epidemiologia**. (R. B. Barata, org.), pp. 39 - 62, Rio de Janeiro: FIOCRUZ / ABRASCO.
- ARIÈS, P. (1986). **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 2^a ed.
- BOULDING, E. (1981). Las Mujeres y la Violencia Social. In: **La violencia y sus causas**. (A. Joxe, org.) pp. 265 - 279, Paris: Unesco.
- BOZON, M. (1994). Des Rites de Passage aux “premières fois”. Socio-ethnologie des rites de la jeunesse en France. In: **Actes du Colloque de Québec (7-11 septembre)**.
- CARDOSO, R. & SAMPAIO, H. (1995). **Bibliografia Comentada Sobre Juventude**. São Paulo: EDUSP.
- CLAVES - Centro Latino Americano de Estudos sobre a Violência “Jorge Careli” (1990). **Bibliografia Comentada da Produção Científica Brasileira Sobre Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: ENSP.
- COHLER, B. & GRUNBAUM, H. (1981). Perpectivas Psico-sociais Sobre Relações Intergeracionais. In: **Mothers, Grandmothers and Daughters: Personalty and Child Care in Three-Generation Families**. New York: John Wiley.
- COSTA, J. F. (1989). **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 3^a ed.

_____, J. F. (1997, 27 de abril). **Somos Todos Responsáveis**. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, p.12.

COSTA, M.R. **A Violência Urbana no Brasil ou, Quando a Serpente Nasceu**. Cultura Vozes: São Paulo. v.90, n.3, p. 66-83, maio/junho 1996.

CRUZ NETO, O. (1995). **Corpos e Sonhos Destruídos: Relações entre Violência, Pobreza e Exclusão Social**. Tese de Doutorado, ENSP /FIOCRUZ, Rio de Janeiro.

DA MATTA, R. (1982). As Raízes da Violência no Brasil: Reflexões de um Antropólogo Social. **In: Violência Brasileira** (P.S. Pinheiro, org.), pp. 14 - 28, São Paulo: Brasiliense.

_____, R. (1983). **Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma sociologia do Dilema Brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 4^a ed.

DUARTE, L.F. (1986). **Da Vida Nervosa nas Classes Trabalhadoras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2^a ed.

DURKHEIM, E. (1973). **As Regras do Método Sociológico**. *Os pensadores*, São Paulo: Ed Abril. Vol. XXIII.

FOLICO - INSTITUTO DE FORMACIÓN DE LÍDERES CRISTIANOS OBREROS (1990). Introducción. **In: Juventud Urbana y Exclusion Social: las organizaciones de la juventud poblacional**. Buenos Aires: Humanitas-Folico.

FOUCAULT, M. (1992). **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal.

FRANÇA, L. H. & SOARES, N. E. (1997). A Importância das Relações Intyergeracionais na Quebra de Preconceitos contra a Velhice. **In Terceira Idade: Desafios Para o Terceiro Milênio**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/UnATI.

GOMES, R. (1995). A Análise de Dados em Pesquisa Qualitativa. **In: Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 4 ed.

_____, R. A Violência Social em Questão: Referenciais Para um Debate em Saúde Pública. **In: Revista Latino Americana. de Enfermagem**. Ribeirão Preto, v.5, n.2, p.93-100, abril 1997.

GUEDES, S.L. (1991). A Construção dos Trabalhadores. **In: Anuário Antropológico 88**. Brasília: Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro.

GUIMARÃES, H. (1998). **Escolas, Galeras e Narcotráfico**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

ISER - INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO (1995). Projeto Eco-Comunidade: **Diagnóstico Sócio Ambiental do Parque Proletário de Vigário Geral**.

JOHNSON, A.G. (1997). **Dicionário de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar.

KAPLAN, H.I. & SADOCK, B. J. (1990). **Compêndio de Psiquiatria**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2ª ed.

LACOSTE-DUJARDIN, C. (1985). **Des Mères Contre les Femmes. Maternité et Patriarcat au Maghreb**, Paris: La Découverte.

LAROUSSE. (1992). **Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Cultural

MINAYO, M.C.S. (1994). A Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública. **In: Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, n. 10, p.07-18.

_____, M.C.S. (1996). **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 4ª ed.

- MOSCOVICI, S. (1978). **A Representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar.
- NICOLACI-DA-COSTA, A. M. (1987). **Sujeito e Cotidiano: Um estudo da Dimensão Psicológica do Social**. Rio de Janeiro: Campus.
- PAKMAN, M. (1993). Terapia Familiar em Contextos de Pireza, Violência e Dissonância Étnica. **In: Nova Perspectiva Sistêmica**.ano II. No 4. Rio de Janeiro: ITF.
- PINHEIRO, P.C. (1989). Autoritarismo Depois da Ditadura. **In: Tempo e Presença**. Ano 11. no 246. Rio de Janeiro: CEDI.
- SOUZA, E.R. (1996). Violência Social: Um Desafio Para os Serviços de Saúde Pública. **In Saúde em Foco**. ano V, nº 13, Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do RJ.
- UNESCO (1998). **Juventude, Violência e Cidadania: Os jovens de Brasília**. Brasília: Cortez Editora.
- VENTURA, Z. (1994). **Cidade Partida**. São Paulo: Companhia das Letras.
- VIANNA, H. (1997). Introdução. **In: Galeras Cariocas: território de conflitos e encontros culturais**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
- WEBER, M. (1993). A “Objetividade” do Conhecimento na Ciência Social e Política - 1904. **In: Metodologia das Ciências Sociais. Parte 1**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- WIEVIORKA, M. (1997). **O Novo Paradigma da Violência**. Tempo Social. São Paulo, vol. 9, n. 1.
- WILLIS, P. (1978). L'École des Ouvriers. **In: Actes de la Recherche en Sciences Sociales**. 24:51 -61.

ZALUAR, A. (1994). **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: Revan/UFRJ.

_____, A. (1997). Gangues, Galeras e Quadrilhas: globalização, juventude e violência.

In: Galeras Cariocas: território de conflitos e encontros culturais. Rio de Janeiro: UFRJ.

Anexo

Roteiro de Entrevista

Local: _____ Data: _____

Nome: _____

Idade: _____ Data de nascimento: _____

Introdução:

A caracterização do entrevistado visa recolher elementos referentes à sua inserção social e vida cotidiana que contextualizem e complementem o seu discurso e que possam contribuir para a compreensão das representações sociais. São sugeridas para cada tópico algumas perguntas simples como ponto de partida apenas para os objetivos relatados. O seu intuito é de estimular a fala a partir do cotidiano, estabelecendo nesta “conversa com objetivo” o clima de interesse e de respeito imprescindíveis ao relato de vivências em geral sofridas, como as que habitam o universo da violência.

1. Moradia:

Buscamos em primeira instância perceber a relação do sujeito pesquisado com a comunidade. Em que medida a violência se apresenta como uma referência na sua abordagem? Se destaca algum marco para esta relação? Se percebe o sentimento de pertencimento à comunidade? A violência interfere na definição deste “trânsito” geográfico do indivíduo/família? Proponho as seguintes questões como introdutórias:

- Há quanto tempo mora em Vigário Geral? Por que veio morar aqui? Aonde você já morou? O que fez se mudar? Como é pra você morar aqui? Acha que a comunidade mudou no tempo em que você mora aqui, ou mesmo antes (do que você já ouviu contarem)? Em quê? Já sofreu alguma forma de discriminação pelo lugar aonde mora (na escola, trabalho, na rua...)?

2. Educação e Escolaridade:

A escola é um dos parâmetros reconhecidos de inserção social. Interfere, como elemento socializador, na formação de conceitos e valores, que entram algumas vezes em conflito com aqueles da família e da comunidade. O acesso à escola e o tipo de educação por ela veiculado é também um elemento diferenciador entre as gerações. O objetivo de investigar este tópico é

perceber de que forma a violência interfere na vivência específica da educação e analisar o seu papel nas representações sociais de violência das distintas gerações.

A abordagem deste tema partirá da exploração dos dados concretos do processo de escolarização tais como série do entrevistado, repetências, interrupções, motivos de continuidade ou afastamento da escola, dificuldades, valores e desejos atribuídos à educação, tendo sempre como foco a relação do processo educativo com o contexto da violência.

3. Trabalho:

Sendo o trabalho, como a escolaridade, outro importante parâmetro de inserção social, pretendemos aqui compreender em que medida a violência interfere na sua trajetória. Por outro lado, questionamos quanto a sua influência sobre as vivências de violência. Os sujeitos entrevistados com situação estável de trabalho/profissão estariam mais ou menos expostos aos seus possíveis efeitos? Para isso cabe conhecer a trajetória de trabalho dos sujeitos e/ou o discurso que a ele se refere, percebendo em que medida são feitas referências a violência local como justificativa de suas escolhas e possibilidades. Novamente indagamos quanto a possíveis diferenças entre as gerações a partir da abordagem deste tópico.

- Atividade atual (há quanto tempo?); profissão (como começou, por que escolheu?); trabalhos anteriores (motivos de mudança; outras atividades diárias remuneradas ou não).

4. Lazer e Religiosidade:

Uma das preocupações deste trabalho é levantar subsídios visando a prevenção a violência. Convém, neste sentido, poder ampliar o campo da saúde conhecendo os recursos de “superação” da comunidade e do indivíduo. Ambos campos de práticas comunitárias, religiosidade e lazer podem dar acesso ao mundo de relações extra-familiares e à socialização associada a estas vivências coletivas. Focalizamos em última instância a inter-relação destas práticas com a questão da violência e a saúde ao buscar compreender seu significado para os sujeitos nas distintas gerações.

- O que costuma fazer para se distrair? O que mais gosta de fazer? O que gostaria de poder fazer? Costuma se encontrar com amigos? Em que ocasiões?

- Tem alguma religião ou crença? Pratica? Desde quando? Por que a escolheu? Já mudou de crença/religião alguma vez? Acha que ela interfere em alguma coisa na sua vida? Em que momento você escolheu segui-la? Houve algum momento em que tenha se “agarrado” mais a ela?

5. Família e Geração:

A família é o espaço privilegiado de convivência entre gerações, sendo a primeira instância de socialização do indivíduo, de sua identificação e diferenciação. Através de uma abordagem sobre a rede familiar, pretendemos perceber a interação entre as gerações que convivem com o sujeito entrevistado, interferindo provavelmente na construção das representações, na mudança ou manutenção dos comportamentos. Buscamos também perceber divergências, formas de apoio ou de pressão, atrito ou convergência sobre a questão da violência. Como a família interage sobre a questão, se há formas de prevenção dentro da família, se a violência é um tema de educação ou preocupação presente. Para isso propomos “desenhar” o mapa da família e moradia (quem habita na mesma casa), com seus membros, idades, o parentesco, sua história, laços e conflitos principais.

A partir do contexto apresentado traremos questões sobre as gerações tais como: Quais são os maiores problemas das pessoas da sua geração? Eles tem mudado? Já existiam antes, para pessoas da sua idade? Quais as gerações mais afetadas pela violência? O que poderia ajudá-las neste sentido?

6. Violência:

Num momento em que se tenha estabelecido um pouco mais de confiança e se percebido referências mais espontâneas quanto ao tema, pretendemos abordar mais diretamente a questão da violência. Destaco algumas possibilidades de abordagem, em questões que podem já ter sido abordadas nos temas anteriores. Como o objetivo aqui direciona-se às representações, o interesse é de se estabelecer uma conversa em que o indivíduo se expresse mais livremente sobre o tema, em que possa se referir às suas vivências e aos assuntos já conversados.

- Já sofreu alguma forma de violência? O que sentiu, como reagiu? E quanto a familiares, amigos? Você acha que mudou depois disso, em quê? Houve alguma situação de violência que tenha te marcado ou a alguém de sua família? Que sentimentos provocou? Que mudanças ou pensamentos? Você conversa sobre este assunto com alguém? Com quem? Em que

momentos? O que acha que poderia ser feito para poder “evitar” a violência, “diminuí-la” ou diminuir os seus efeitos?

- O que é violência pra você?

(Trabalhar com a resposta, explorando o seu sentido)

7. Saúde:

O objetivo de trazer este tópico é perceber possíveis relações entre violência e saúde para os entrevistados, buscando junto a eles pistas para a prevenção.

- Como você vê a saúde dos moradores de Vigário Geral? Quais são as suas maiores necessidades/dificuldades? Isso tem mudado? O que poderia ser feito para melhorar a saúde das pessoas aqui em Vigário Geral? Em que medida a violência interfere na saúde dos moradores ? Existem pessoas que são mais ”afetadas”? Por quê? Como um posto de saúde poderia ajudar a controlar ou evitar estes problemas?

12. Medos e Desejos:

Pretendemos, dentro de uma abordagem mais subjetiva, compreender a influência do cotidiano e das vivências de violência relatadas nos projetos de vida, nos sonhos, na visão de si, nos recursos e limitações que o sujeito projeta numa idéia de futuro, abrindo assim espaço para o conhecimento de “esperanças” e possibilidades. Tal espaço poderá se dar em algum momento que se faça propício na entrevista.

- Quais são seus maiores medos? E preocupações? Por que ou como surgiram? Eles são antigos? Eles tem mudado ou mudaram com o tempo?
- Você hoje tem algum sonho (desejo intenso)? Acha que pode realizá-lo? Você se lembra de algum outro sonho que já teve, em outro momento ou no passado? Hoje em dia há algo que você planeje fazer/realizar?